



COMISSÃO PAZ NO ESPORTE

Ministério do Esporte e Ministério da Justiça
Brasília, 2005/2006

Preservar o Espetáculo, Garantindo a Segurança e o Direito à Cidadania.



FASE I
RELATÓRIO FINAL
Marco Aurelio Klein

Preservar o Espetáculo, Garantindo a Segurança e o Direito à Cidadania.

FASE I
RELATÓRIO FINAL
Marco Aurelio Klein

Agradecimentos

Início o **Relatório** agradecendo a todos que ajudam, ou ajudaram, na realização deste trabalho e devo começar pelos próprios **colegas da Comissão**, que, muitas vezes precisando deixar seus afazeres e responsabilidades do dia a dia, não titubearam para colaborar no cumprimento da nossa missão.

Agradeço ao **ex-Ministro de Estado do Esporte, Agnelo Queiroz** pela confiança ao atribuir a mim esta missão tão especial, permitindo que o trabalho fosse realizado com total liberdade.

Também agradeço a **Marco Polo Del Nero**, presidente da Federação Paulista de Futebol (FPF) - bem como a seus colaboradores na entidade, porque desde a primeira hora adotou a Comissão Paz no Esporte, colocando a federação ao nosso dispor, no trabalho de campo ou para tarefas internas durante as várias reuniões que fizemos na sede da federação; reuniões das quais, aliás, o presidente participou da maior parte. No mais, em expressivo voto de confiança, assumiu a responsabilidade para receber experiências piloto.

Acompanhado do presidente da FPF, estive com o **Dr. Saulo de Castro Abreu Filho**, Secretário de Estado da Segurança Pública do Estado de São Paulo, de quem reconheço a atenção dispensada para conhecer o projeto, o apoio para diversas das propostas da Comissão e a quem agradeço pela cooperação das polícias civil e militar do estado.

Também contribuíram bastante para facilitar nossa tarefa, o **tenente-coronel Luiz Fernando Tarifa Serpa** - Comandante do 2º. Batalhão de Choque da PM do Estado de São Paulo, responsável pelo policiamento de estádios e grandes eventos - e a **Dra. Margarette Barreto Gracia**, Delegada-Titular do Grupo de Repressão e Análise contra os Delitos de Intolerância, da Polícia Civil do Estado de São Paulo (hoje Delegacia, DEGRADI). Ambos, bem como suas respectivas equipes, sempre estão à disposição para tudo que precisamos no dia-a-dia da estada em São Paulo.

É especialmente importante a ajuda sempre diligente do **Dr. Francisco Horta**, membro da Comissão, que, com seu saber jurídico e experiência como dirigente de sucesso no futebol, é uma espécie de guru, sempre disponível para os aconselhamentos que precisamos.

Outro guru - para mim diretamente e na prática para toda a Comissão é o Marcos Marinho, mais conhecido como **Coronel Marinho**. Com sua experiência e respeitabilidade contruída ao longo de anos e anos no comando do policiamento de estádios foi porto seguro para nossas dúvidas e balizamento de propostas.

Foi importante também a participação do **Major Marcello**, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, Comandante do Grupo Especial de Policiamento de Estádios, o **GEPE**. A experiência de policiamento especializado em estádios é aprovada pela Comissão, que a incluiu em suas recomendações.

À agência **Sight-Momentum** de São Paulo, agradeço o trabalho voluntário na criação da logomarca da Comissão, bem como dos coletes sugeridos para a Polícia Militar e para Comissários de Estádio.

Não poderia deixar de mencionar o trabalho conjunto realizado pelo **Instituto Gol**, pela **Federação Paulista de Futebol** e também pelo **São Paulo FC** (aos quais a **Comissão Paz no Esporte** juntou-se), no intuito de implantar o Jecrim no futebol de São Paulo, provendo instalações e todo o apoio possível para que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, a Secretaria de Segurança Pública, e as Polícias Civil e Militar, bem como outras entidades técnicas envolvidas, pudessem realizar com sucesso as primeiras experiências no estádio do Morumbi.

Finalizo fazendo um registro muito - muito especial - para a mais importante fonte de conhecimento e referência deste trabalho, bem como inspiração de forma e conteúdo deste documento: o **Relatório Taylor**, do juiz inglês (falecido em 1996) **Peter Taylor**.

Desde que comecei a estudar a modernização de gestão e das práticas administrativas, financeiras e de marketing do futebol, cerca de dez anos atrás, observo as experiências realizadas na Inglaterra porque lá aconteceu uma revolução, profunda, incisiva e de resultados positivos muito significativos.

O Relatório feito em 1989 pelo juiz Taylor - responsável pelo inquérito sobre uma das mais emblemáticas tragédias da história do futebol (The Hillsborough Stadium Disaster Inquiry Final Report, conhecido mundialmente como Taylor Report), a mim sempre pareceu o verdadeiro marco divisor do futebol moderno tratado como espetáculo de entretenimento. Porque tratando com seriedade da prevenção da violência, da segurança e do conforto dos torcedores do futebol, pôde garantir a qualidade das instalações para garantir o conforto e a segurança do torcedor.

O juiz Taylor entendeu claramente o quanto era fundamental melhorar o todo do espetáculo futebol. Isto significando, a organização, a qualidade da infraestrutura, os processos de segurança, bem como a importância de relacionar as práticas mais importantes com uma legislação adequada, que responsabilizasse clubes, entidades da administração esportiva, autoridades locais, responsáveis pela segurança e ordem pública, bem como torcedores.

Seu trabalho, de estonteante simplicidade difícil de imitar, mais do que a fonte que merece este tributo, é uma lição muito especial, a mais difícil porque prática, de como examinar um tema de maneira profunda, nunca permitindo que isto o afastasse do seu mais nobre objetivo: a proteção do verdadeiro torcedor.

Marco Aurelio Klein
Coordenador-Executivo

Sumário Executivo

**“Algumas pessoas pensam que futebol
é uma questão de vida ou morte...
posso assegurar que é muito
mais importante do que isso”**

Bill Shankly
Ex-Treinador do Liverpool

O que é a Comissão Paz no Esporte

Em 2004, por decreto do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, foi criada a Comissão Nacional de Prevenção da Violência para a Segurança dos Espetáculos Esportivos. Instalada por Portaria Interministerial (Esporte e Justiça) em 2005, desde então é conhecida como Comissão Paz no Esporte

Missão

Preservar o espetáculo, garantindo a **Segurança** e o direito à **Cidadania**.

Situação Atual

- Violência
- **Impunidade**
- Desconforto
- Despreparo do RH
- **Insegurança**
- Alto risco
- Desrespeito ao Estatuto do Torcedor
- Baixos índices de ocupação
- Perda de receitas
- **Perda de oportunidades**

Percepção da Sociedade

O que afasta do estádio?

- **79% Violência**
- **14% Falta de conforto**

Pesquisa Lance-IBOPE 2004

A) Conceitos assumidos para o evento futebol

- Segurança
- Conforto
- Acesso
- Entorno
- Iluminação e Sinalização
- Limpeza e Higiene
- Alimentação
- Bilheterias
- Cambismo
- Vias e controles de acesso
- Meios de transporte
- Pontos de embarque
- Áreas de estacionamento
- Definição de responsabilidades
- Procedimentos operacionais
- Comportamento dos atletas
- Procedimentos de segurança

Metodologia de trabalho da Comissão

- Reuniões plenárias
- Visitas técnicas a estádios
- Conversas com especialistas
- Visita a Inglaterra
- Caso inglês > Relatório Taylor
- Leis disponíveis no Brasil
- Leis: Alemanha, Bélgica, Espanha,
- Leis: Inglaterra, Holanda e Portugal

Referências de base e subsídios para o trabalho

- Procedimentos de Segurança da União Européia
- Procedimentos PM de PE, RJ e SP
- Procedimentos > entidades e clubes ingleses
- Caso espanhol
- Material da União Européia
- Material do Seminário ME 2003
- Relatório Amsterdam Group
- Interpol

O Modelo: porquê Inglaterra

- Na década de 80, problema muito semelhante ao do Brasil de hoje
- Alcançaram sucesso*
- Há permanente aperfeiçoamento

* Chile, Equador, Peru, dentre outros países ibero-americanos e também vários países europeus e asiáticos, tiveram (ou têm) especialistas ingleses como consultores; a Alemanha trabalhou junto com os ingleses para implementar algumas das políticas de segurança adotadas com sucesso na última Copa; A União Européia e a Interpol adotaram várias das medidas da Inglaterra nos seus procedimentos de segurança e prevenção da violência relacionada ao futebol.

B) O problema na Inglaterra na década de 80

- Estádios decadentes, inseguros, desconfortáveis
- Para os clubes, segurança = a mais policiamento
- Hooliganismo > efeito torcidas organizadas
- Depredações nos metrô e ônibus
- Brigas, ataques e emboscadas de rua
- Desordens e arrastões quando em viagem
- Alcool e drogas
- Vítimas inocentes > Famílias fora do futebol
- Desvalorização do entorno dos estádios
- Futebol com imagem associada a violência
- Receitas das bilheterias inexpressivas
- Produto Futebol > desvalorizado
- Clubes quebradíssimos

Principais Resultados das Mudanças

- Segurança sob controle
- Hooligans fora do futebol
- Fim das depredações no transporte público
- Estádios seguros e confortáveis
- TV: mais de US\$ 1,3 bi/ano (Premier League)
- + de 13 milhões de ingressos só na Premier
- Quase 100% da capacidade instalada (na média)
- 65% na 2ª divisão
- Venda crescente de produtos oficiais (US\$ 2,6 bi)
- 1ª, 2ª e 3ª
- Campeonato mais transmitido do mundo

Premissas para o sucesso das mudanças no Brasil

- Governos Federal e Estaduais
- Judiciário e Legislativo
- Autoridades locais
- Polícia Militar e Polícia Civil
- **Clubes**
- **Federações e Confederação**
- Ministério Público
- Procon etc.

Aspectos Estratégicos

- Inserção na agenda de Ordem Pública
- Operação do jogo de futebol como Evento
- Padrão de orientação e normalização técnica
- Ajuste da legislação, aproveitando o Estatuto do Torcedor
- Sistematização da geração de recursos financeiros
- Projeto Piloto > criação das Ilhas de Excelência
- Escolha dos estádios-modelo de excelência
- Sistematização da disseminação dos modelos de excelência
- Mapeamento dos focos de violência
- Criação do Banco de Dados > Inteligência Coletiva
- Sistema Nacional de Prevenção da Violência no Futebol
- Plano de Cinco Pontos

C) Plano de Cinco Pontos

Legislação

- Delitos graves relacionados ao Futebol > tipificação
- Ofensa, racismo e invasão de campo > punição
- Cambismo > tipificação
- Exclusão dos campos > construção do caso
- Responsabilidade criminal pelas condições do evento
- Disque-denúncia
- Responsabilização civil > vandalismo no futebol
- Divulgação/exposição dos vândalos

Responsabilidade

- Clube > segurança no estádio > Comissários
- Atletas, comissões técnicas, árbitros > conduta em campo
- Polícia Militar > última palavra no Plano de Ação
- JECRIM nos jogos de risco (Categorias A++; A+ e A)
- CBF/Federações > fiscalização dos padrões
- Termo de Ajuste de Conduta

Inteligência

- Especialização das Polícias > Inteligência
- Estrutura operacional > Comissários
- Batalhões Paz no Esporte > PM
- Salas de Controle > padrão de ação e visibilidade
- Quebra dos paradigmas da ação policial
- Mapeamento dos focos de Violência
- Banco de Dados > Inteligência Coletiva

Sistematização

- Padronização e procedimentos > Plano de Ação, Prevenção e Segurança
- Procedimentos de avaliação dos jogos > riscos (categorias A, B e C)
- Bilheteria adequada . procedimentos e qualidade de atendimento
- Padrões de fluxo de acesso > catracas
- Sinalização no estádio e entorno
- Procedimentos de segurança e emergência
- Manuais de procedimentos operacionais
- Regularização de acessos e áreas de dispersão

Excelência

- Comissários
- Sinalização, Iluminação, Limpeza e Higiene
- Banheiros
- Comunicação no Estádio
- Bilheteria e Acessos
- Bolsões de estacionamento e áreas do entorno
- Áreas de alimentação
- Disseminação dos melhores exemplos

Índice

Tópicos	Página	Parágrafo
Agradecimentos		
Sumário Executivo		
Introdução	3	
Parte I A Comissão Paz no Esporte	5	
Capítulo 1 - Objetivo da Comissão Paz no Esporte	5	1
Capítulo 2 - Histórico da Comissão	5	2
Capítulo 3 - Composição da Comissão	5	
Capítulo 4 - Metodologia de trabalho	8	3 a 14
Capítulo 5 - Documentos e outras fontes de consulta	18	
Parte II Passado, Presente e Futuro	19	
Capítulo 6 - Lições do passado	19	15 a 19
Capítulo 7 - Entendendo o presente	19	20 a 28
Capítulo 8 - Tarefas para o futuro	20	29 a 34
Capítulo 9 - Referências mais importantes	21	35 a 63
Parte III Síntese da Análise e das Recomendações	31	
Capítulo 10 - Situação Atual	31	64 a 79
Capítulo 11 - O quê fazer para mudar?	33	80 a 83
Capítulo 12 - Os Cinco Pontos Básicos	34	84 a 108
Capítulo 13 - Conceitos e Recomendações em Resumo	38	109 a 210
Parte IV Minudências	54	
Capítulo 14 - Estádios	54	
a) Boas referências de legislação no Brasil	54	211
b) Plano de contingência	54	212 a 216
c) Comissários de Estádio	55	217 a 232
d) Policiamento e Jecrim	57	233 a 235
e) Estrutura	58	236 a 263
f) Acesso, circulação e divisórias	60	264 a 300
g) Bilheterias, ingressos e cambismo	63	301 a 308
h) Monitoramento do público	64	309 a 332
i) Comunicações e Sinalização	67	333 a 338
j) Crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais	68	339 a 345
Parte V Recomendações complementares	69	
Capítulo 15 - Torcidas Organizadas	69	346 a 364
Capítulo 16 - Grupos de Trabalho e Prazos	71	365 a 366
Parte VI Projeto Piloto SP	72	
Capítulo 17 - Conceito e Abrangência	72	367 a 369
Capítulo 18 - Ações previstas e Responsabilidades	72	370 a 386
Anexos	76	
1. Decreto 4.960/2004 Criação da Comissão	76	
2. Portaria Interministerial No. 21/2005 - Instalação da Comissão	79	
3. Planilha de Visita Técnica (Modelo)	80	
4. Portaria nº 659/SEHAB G/95 Prefeitura da Cidade de São Paulo	82	
5. Lei nº 10.671/2003 Estatuto de Defesa do Torcedor	84	
6. Normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas-ABNT	93	
7. Lei nº 9.470/1996 Estado de São Paulo	95	
Ficha técnica do Relatório Final	96	



Introdução

Este Relatório é ambicioso em suas pretensões conceituais porém, de certa forma, comedido em suas recomendações práticas. Nem por isto de pequeno alcance nas análises e propostas. Esta Comissão não acredita nas soluções simplistas à força de “canetadas” ou projetos mirabolantes para problema tão complexo.

Estudamos os principais problemas, analisando mais suas causas do que seus efeitos, estes sobejamente projetados nas arquibancadas vazias e nas ruas em clima de terror em dias de grandes jogos. Ouvimos especialistas vários, que colaboraram com nosso trabalho. Examinamos os melhores exemplos de sucesso, buscando avaliar as possibilidades de reprodução das melhores práticas no ambiente brasileiro. O resultado é um conjunto de sugestões e propostas pontuais, completadas pelo desafio da experiência em “projetos pilotos”. As melhores práticas, ungidas pelo teste verdadeiro, poderão ser reproduzidas por meio do processo da disseminação da excelência.

Muito ouvimos, muito ouviremos sobre a dificuldade de se fazer grandes aperfeiçoamentos em quesitos para os quais serão necessários investimentos, em momento de grandes dificuldades financeiras no universo dos clubes brasileiros. Sim, é verdade. É um fato. Contudo, é preciso criar o momento de inflexão para sair desta situação, e nada melhor para isso do que recuperar o torcedor no estádio, valorizando o espetáculo, valorizando o produto futebol. Se há um investimento que vale a pena, certamente é este. O contrário, comprovado pelos fatos, é a aceleração do empobrecimento, agravada pela perda das novas gerações, muito mais exigentes quanto à qualidade do entretenimento escolhido.

Na Comissão, entendemos que as boas soluções se impõem pela própria racionalidade e, principalmente, pela aceitação por parte dos torcedores comuns ainda que em princípio pareça contrariar uma tal “cultura de arquibancada”, que, mais do que tudo é de semeadura fértil para a violência e o desrespeito ao próximo e ao patrimônio alheio. Acreditamos que levadas adiante, as sugestões contidas neste documento serão validadas por quem de direito: a sociedade.

Queremos que torcedores possam ir, em segurança, de qualquer ponto de sua cidade para o estádio. Que o acesso e a saída sejam seguros. Que o estádio esteja em boas condições de segurança, respeito, iluminação, sinalização, limpeza, higiene e, claro, conforto condizente com os padrões básicos de outras formas de lazer melhor organizadas.

Que torcedores não sejam tratados como animais e não se portem como tais. Que os agentes de segurança estejam treinados e preparados para agir se e quando necessário e que a polícia e a justiça disponham dos instrumentos legais para impor a lei e a ordem, submetendo os infratores a leis apropriadas.

Acreditamos que é fundamental não tolerar nenhuma infração, por menor que seja. É preciso acabar com as agressões verbais, cânticos racistas, sexistas ou de qualquer forma discriminatórios ou apelativos de violência em qualquer matiz. É importante acabar com as faixas e outras formas de comunicação de torcidas que espantem em vez de encantar. Achar que isto faz parte do futebol é renegar o nosso passado festivo de maracanãs lotados.

Não se trata é claro de pendores pudicos, mas, como na citação de Bergman, no filme O Ovo da Serpente, não ficar assistindo de forma passiva quando não conivente - a geração do monstro (a violência) bem à nossa frente.

Brasília, 22 de fevereiro de 2006

Marco Aurelio Klein
Coordenador-Executivo

Nota: Relatório e Projeto Piloto em versão atualizada e revisada em agosto de 2006



Parte I - A Comissão Paz no Esporte

Capítulo 1 Objetivo da Comissão Paz no Esporte

1. Temas complexos e polêmicos, a prevenção da violência e a segurança nos espetáculos esportivos têm ficado ambos restritos a uma visão de certo modo simplista da violência entre as chamadas torcidas organizadas. O objetivo principal da Comissão pode ser resumido no estudo e entendimento destas questões como um todo, permitindo sugerir um conjunto de medidas integradas de modo a conter a violência, ao tempo em que recupera e/ou propõe novas formas de natureza legal e administrativa para garantir as melhores condições possíveis na realização do espetáculo futebol, dentro das mais modernas técnicas para grandes eventos, assegurando, assim, condições básicas de conforto e segurança para todos, torcedores e não torcedores.

Capítulo 2 - Histórico da Comissão

2. Em 2003, o Governo Federal, através dos ministérios do Esporte e da Justiça promoveu em Brasília o Seminário sobre Segurança nos Estádios; encontro de especialistas de diversas áreas para debater o problema da violência relacionada ao esporte em geral e ao futebol em particular. Na ocasião foi proposta a criação da Comissão Nacional de Prevenção da Violência para a Segurança nos Espetáculos Esportivos. Criada por decreto do Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, em março do ano seguinte (Anexo 1), a Comissão com 11 membros (10 + o presidente) - foi instalada em março de 2005, através de portaria interministerial dos ministérios do Esporte e da Justiça (Anexo 2). Desde então, é conhecida como Comissão Paz no Esporte.

Capítulo 3 Composição da Comissão Titulares e Suplentes) Comissão Paz no Esporte

Presidente

* **Orlando Silva Jr.**

Ministro de Estado do Esporte

* O ex-Ministro Agnelo Queiroz, então Ministro de Estado do Esporte, instalou a Comissão e a presidiu em toda a Fase I, até deixar o cargo em 2006

Coordenador-Executivo

Marco Aurelio Klein - Ministério do Esporte

Diretor de Programa da Secretaria Executiva

Diretor responsável por Futebol no Ministério do Esporte

Sociólogo e Professor da Fundação Getúlio Vargas/SP

Membros da Comissão (ordem alfabética)

**** Cel. Aurélio Ferreira Rodrigues** - Ministério da Justiça

Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Segurança Pública

Comandante da Força Nacional de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Dr. Francisco Horta

Ouvidor das Séries A e B do Campeonato Brasileiro CBF

Juiz de Direito Aposentado do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro

Ex - Presidente do Fluminense Football Club

Presidente do Conselho Empresarial de Segurança Pública da Associação Comercial do Rio de Janeiro

Dr. Francisco Xavier da Silva Guimarães - Ministério do Esporte

Consultor Jurídico do Ministério do Esporte

Presidente da Comissão de Estudos Jurídicos Desportivos

***** João Carlos Toledo Cirello** - Ministério do Esporte - Suplente

Coordenador-Geral de Planejamento e Acompanhamento de Gestão

***** José Cácio Tavares da Silva** - Ministério do Esporte - Suplente

Assessor do Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento

José Hilário Medeiros - Ministério da Justiça

Coordenador-Geral de Ações de Integração de Segurança Pública

Coordenador Geral de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Coordenador das Ações de Segurança dos Jogos Pan-Americanos Rio 2007

Marcos Marinho

Ex-Comandante do 2º Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo, responsável pelo policiamento dos estádios e grandes eventos

Presidente da Comissão de Arbitragem da Federação Paulista de Futebol

Muniz Gonçalves Ferreira

Professor da Universidade Federal da Bahia

Mestre em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo

Paulo Cesar de Souza Santos - Conselho Nacional de Defesa Civil

Assistente Técnico do Conselho Nacional de Defesa Civil

Dr. Rodrigo Terra

Promotor de Justiça Titular da 2ª Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Professor de Direito Penal Militar da Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro - FEMPERJ

Ricardo Adriano Vasconcelos Dias

Jornalista

Fundador e presidente da ONG Torcida Ativa de Minas Gerais

** O Cel. Aurélio Ferreira Rodrigues, do Ministério da Justiça, Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico da Segurança Pública, foi substituído pelo Ten. Cel. Ronaldo Rosa dos Santos - Ministério da Justiça, Colaborador da Secretaria Nacional de Segurança Pública

*** Suplentes

Participantes que deixaram a Comissão

Cel. Miguel Libório Cavalcanti Neto - Ministério da Justiça
Coordenador-Geral de Gestão, Acompanhamento e Avaliação Técnica do Plano Nacional de Segurança Pública

Dagoberto Albernaz Garcia - Ministério da Justiça
Chefe-de-Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Major Silvio Bernardes - Ministério da Justiça
Colaborador da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Paulo Roberto Feregueti Góez - Conselho Nacional de Defesa Civil
Diretor do Departamento de Minimizações de Desastres da
Secretaria Nacional de Defesa Civil

Juranil da Costa Zanina Filho - Conselho Nacional de Defesa Civil
Assessor do Gerente da Secretaria Nacional da Defesa Civil

Outros colaboradores, aos quais a Comissão agradece a participação

(ordem alfabética por Unidades da Federação e até a data de fechamento desta publicação)

I Espírito Santo

Dr. Guilherme Filgueiras de Carvalho - Secretário Municipal de Esporte e Lazer de Vitória

II Goiás

Dr. Eduardo Carneiro Neves - Gerente Administrativo do estádio Serra Dourada, em Goiânia

Ten. Cel. Amarildo Menezes Guerra - Batalhão da Polícia de Choque do Estado de Goiás

Pedro Ferreira Goulart - Diretor do Goiás Esporte Clube

Raimundo Queiroz - Presidente do Goiás Esporte Clube

II Pernambuco

Antonio Fernandes - Diretor de Gestão do Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão)

Arcôncio G.de Oliveira - Gerente de Segurança do Sport Clube do Recife

Comandante Cristiano Vieira Ramos - Capitão Bombeiro da Polícia Militar de Pernambuco

Cap. Darlan Bartolomeu da Silva - Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de Pernambuco

Jamerson Antônio de Almeida da Silva - Diretor Presidente do Geraldão

João Caixeiro de Vasconcelos - Secretário Geral da Federação Pernambucana de Futebol

Major José Batista - Gerente de Segurança do Clube Náutico Capibaribe

Dr. Jose do Prado - Delegado Gestor da Unidade Operacional da Polícia Civil do Estado de Pernambuco

Ten. Cel. Luiz de França Meira - Comandante do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de Pernambuco

III Rio de Janeiro

Dr. Marcelo B. Arsênio - Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Major Marcelo Vianna - Comandante do Grupamento Especial de Policiamento em Estádio GEPE, da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

Dr. Murilo Kieling - Juiz do Juizado Especial Criminal - JECRIM do Estádio do Maracanã, RJ

Dr. Orlando Zaccone - Delegado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro

Dr. Virgílio Elíseo da Costa Neto - Diretor Técnico da Confederação Brasileira de Futebol - CBF

IV São Paulo

André Dahmer - Delegado de Polícia do Departamento de Inteligência da Polícia Civil do Estado de São Paulo

Carlos Lourenço Botelho, Major - 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Dárcio Jose Marques da Silva - Assessor para fiscalização de jogos da Federação Paulista de Futebol

Eder do Lago - Promotor de Justiça do Estado de São Paulo

Eduardo Finelli - Estudante da Fundação Getulio Vargas - SP (FGV)

Eduardo S. Paracêncio - Estudante da FGV, SP

Fernando Capez - Promotor de Justiça do Estado de São Paulo

Dra. Heloisa Helena Baldy - Professora da Unicamp, SP

José de Assis Aragão - Ex-Administrador do Estádio do Pacaembu e Presidente do Sindicato dos Árbitros

José Carlos de Oliveira Jr. - Estudante da Unicamp, SP

José Reinaldo Guimarães - Promotor de Justiça do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado GAECO, do Ministério Público do Estado de São Paulo

Leandro Pavani Agostini - Capitão 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Lilian Cardoso - Secretária da Presidência da Federação Paulista de Futebol

Lucas Chedid - Estudante da FGV, SP

Luiz Fernando Tarifa Serpa - Ten. Cel. Comandante do 2º Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo

Marco Polo Del Nero - Presidente da Federação Paulista de Futebol

Marcos W Vita Filho - Estudante da FGV, SP

Dra. Margarette Barreto Gracia - Delegada Titular do Grupo de Repressão e Análise dos Delitos de Intolerância - GRADI, da Polícia Civil do Estado de São Paulo

Paulo Kraide Piedade - Estudante da Unicamp, SP

Paulo Sérgio de Castilho - Promotor de Justiça do Estado de São Paulo

Renata Moruzzi - Estudante da FGV, SP

Roberto Cicivizzo Jr. - Consultor Jurídico da Federação Paulista de Futebol

Robson Feitosa da Silva - Investigador de Polícia, Ex-Investigador do GRADI

Vereadora Soninha - Vereadora de São Paulo e Presidente do Instituto Gol

Thiago Aragão Escher - Estudante Unicamp, SP

Vinícius Zwarg - Ex-diretor do Procon-SP

Walter Gomes Mota - Major 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo

Capítulo 4 - Metodologia de trabalho

3. Nesta primeira etapa, denominada Fase I, a Comissão Paz no Esporte trabalhou no regime de sessões plenárias (para as quais convidou especialistas de diversas áreas), seguidas de reuniões complementares e de trabalho técnico; o resultado sendo submetido à plenária seguinte. No decorrer dos trabalhos - e para enriquecimento dos estudos e debates, membros da Comissão visitaram diversos segmentos envolvidos com o tema segurança nos espetáculos esportivos. A eles foram apresentados os objetivos da Comissão sobre cada tema, ouvidas e debatidas suas sugestões, depois analisadas nas reuniões regulares.

Comissão Paz no Esporte

Reuniões Plenárias e Complementares

Com exceção da primeira reunião - de instalação da Comissão, todas as demais foram de planejamento, trabalho, visitas técnicas, aprendizado, articulação e troca de experiências

entre profissionais e as muitas entidades ligadas à segurança e a prevenção e combate à violência relacionada aos espetáculos esportivos; Dentre outras, destacamos:

Visita para conhecimento do JECRIM do Rio de Janeiro e acompanhamento na instalação do JECRIM em São Paulo;

Palestra para oficiais e aspirantes da Polícia Militar de São Paulo;

Palestra para os árbitros do Campeonato Paulista de São Paulo;

Acompanhamento de atividades do Inmetro no Rio de Janeiro, quanto às técnicas para medição de campos oficiais de futebol e avaliação de parâmetros adotados;

Visita a estádios para aplicação da Planilha Técnica em Goiás, Pernambuco, Rio e São Paulo;

Contato com participante do Seminário de 2003;

Avaliação junto às autoridades a respeito dos atos de violência com mortes na cidade de São Paulo e visita a zona vítima de vandalismo na avenida Paulista e região; participação em reunião com Secretário de Segurança Pública e comandantes das Polícias Civil e Militar, em como delegados e oficiais relacionados com a segurança de espetáculos públicos;

Reuniões com as lideranças de oito das maiores Torcidas Organizadas do Estado de São Paulo;

Em São Paulo, em 2006, participei e palestrei no Seminário promovido por entidades alemãs de combate à violência relacionada ao futebol e promoção de paz e integração entre torcidas (Embaixadas de Torcedores), abordando os procedimentos e ações voltadas para a Copa de 2006 e com a presença de especialistas brasileiros, estudiosos, jornalistas e líderes das principais torcidas do Brasil;

Em Cartagena de Índias, na Colômbia, também em 2006, participei e apresentei os trabalhos e projetos da Comissão Paz no Esporte no Seminário sobre Violência em Espetáculos Esportivos, organizado pelo Centro de Formación de la Cooperación Española, com a presença de dezoito países iberoamericanos e seus especialistas, profissionais e estudiosos, dentre eles:

- Da. Ana Criado Contreras - Jefa del Area de Informes y Asesoramiento Juridico de la Subdirección General de Régimen Jurídico del Deporte del Consejo Superior de Deportes e Secretária da Comisión Nacional contra la Violencia em los Espectáculos Deportivos, da Espanha;

- Angel Feliciano Colman Cristaldo - Diretor do Comitê Executivo da Asociación Paraguaya de Fútbol;

- D. Antonio Herrador Sarmiento - Jefe Area de Estudios del Consejo Superior de Deportes de Espanha;

- Coronel Efraim Guillermo Romero Mendoza - Polícia Nacional da Colômbia e Chefe da Segurança dos Jogos Centro Americanos e do Caribe;

- Fernando Obregón Egoavil - Comissário Nacional de Futebol do Peru

- Jose Luis Valle Cosio - Coordinador de Normatividad y Asuntos Juridicos da la Comisión

Nacional de Cultura Física y Deportes, do México;

- D. Juan Carlos Blanco Director de Seguridad Deportiva de la Secretaria de Deportes de Argentina;

- Dr. Oscar Astudillo Presidente da Federação Colombiana de Futebol;

- Rui Daniel Amaro Xavier Mourinha Vice-Presidente do Instituto do Desporto de Portugal;

1ª - 15/03 Ministério do Esporte Brasília

Membros da Comissão
Agnelo Queiroz - Presidente
Ministro de Estado do Esporte

Marco Aurelio Klein - Coordenador-Executivo
Diretor de Programa da Secretaria Executiva do Ministério do Esporte

Dr. Francisco Xavier Guimarães
Consultor Jurídico do Ministério do Esporte
João Carlos Toledo Cirello
Coordenador-Geral de Planejamento e Acompanhamento de Gestão do Ministério do Esporte
José Cácio Tavares da Silva
Assessor do Secretário Nacional de Esporte de Alto Rendimento do Ministério do Esporte
Dagoberto Albernaz Garcia
Chefe-de-Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública
Juramil da Costa Zanina Filho
Assessor do Gerente da Secretaria Nacional da Defesa Civil
Dr. Francisco Horta
Ouvidor das Séries A e B do Campeonato Brasileiro
Dr. Rodrigo Terra
Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Ricardo Adriano Vasconcelos Dias
Presidente da Torcida Ativa de Minas Gerais (ONG)
Muniz Gonçalves Ferreira
Professor da Universidade Federal da Bahia
Marcos Marinho (Ex-comandante do II Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo)
Presidente da Comissão de Arbitragem da Federação Paulista de Futebol

Convidado
Dr. Luiz Fernando Corrêa
Secretario Nacional da Segurança Pública

2ª - 31/03 Federação Paulista de Futebol São Paulo

Membros da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo da Comissão
João Carlos Toledo Cirello
Marcos Marinho

Dr. Marco Polo Del Nero Presidente da Federação Paulista de Futebol

3ª - 03/04 Estádio do Maracanã - Rio de Janeiro

Membros da Comissão
Agnelo Queiroz - Presidente
Marco Aurelio Klein - Coordenador-Executivo
João Carlos Toledo Cirello
Cel. Aurélio Ferreira Rodrigues
José Hilário Medeiros
Juranil da Costa Zanina Filho
Dr. Francisco Horta
Dr. Rodrigo Terra
Ricardo Adriano Vasconcelos Dias
Muniz Gonçalves Ferreira
Marcos Marinho

Francisco de Carvalho - Secretário de Esporte do Estado do Rio de Janeiro
Dr. Murilo Kieling - Juiz do Juizado Especial Criminal (JECRIM) no estádio do Maracanã
Dr. Marcelo B. Arsênio - Promotor Público do Estado do Rio de Janeiro
Dr. Orlando Zaccone - Delegado de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro
Virgílio Elíseo - Diretor Técnico da Confederação Brasileira de Futebol
Major Marcelo Vianna - Comte. Grupamento Especial de Policiamento em Estádio da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

4ª - 08/05 Estádio do Pacaembu São Paulo

Membros da Comissão
Marco Aurelio Klein - Coordenador-Executivo
João Carlos Toledo Cirello
Paulo Cezar Santos
Dr. Francisco Horta
Dr. Rodrigo Terra
Ricardo Adriano Vasconcelos Dias
Muniz Gonçalves Ferreira
Marcos Marinho
Major Silvio Bernardes
Dr. Marco Polo Del Nero - Presidente da Federação Paulista de Futebol
Dr. Vinicius Zwarg - Procon do Estado de São Paulo
Major Walter - 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar de SP
Cap. Gonzáles - 2o. Batalhão de Choque da Polícia Militar de SP
Sr. José Assis Aragão - Administrador do Pacaembu

5ª - 21/05 Estádio Serra Dourada Goiânia/GO

Membros da Comissão
João Carlos Toledo Cirello
Major Silvio Bernardes

Ten. cel. Amarildo Menezes Guerra - Batalhão da Polícia de Choque de Goiás
Dr. Eduardo Carneiro Neves - Gerente Administrativo do Estádio Serra Dourada

6ª - 03/06 Ginásio de Esportes Geraldo Magalhães (Geraldão) Recife/PE

Membro da Comissão
João Carlos Toledo Cirello

Silvio Bernardes dos Santos

Convidados

Jamerson Antônio de Almeida da Silva Diretor Presidente do Geraldão

Eduardo Jackson dos Santos Assessor Técnico do Geraldão

Antonio Fernandes - Diretor de Gestão do Geraldão

7ª - 04/06 - Estádio José do Rego Maciel (Repúblicas Independentes do Arruda) - Recife PE

Membro da Comissão

João Carlos Toledo Cirello

Silvio Bernardes dos Santos

Colaborador da Secretaria Nacional de Segurança Pública

Ten. Cel. Luiz de França Meira Comandante do Batalhão de Choque de Pernambuco

Cap. Darlan Bartolomeu da Silva - Batalhão de Choque Pernambuco

Cel. RR Romildo Polícia Militar de Pernambuco

Comandante Cristiano Viegas Ramos Capitão Bombeiro da Polícia Militar de Pernambuco

Dr. Jose do Prado Delegado Gestor da Unidade Operacional da Polícia Civil de Pernambuco

8ª- 11/07 Federação Paulista de Futebol São Paulo

Membros da Comissão

Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo

João Carlos Toledo Cirello

Dr. Francisco Horta

Dr. Rodrigo Terra

Marcos Marinho

Cel. Ronaldo Rosa Santos

Convidados

Dr. Marco Polo Del Nero Presidente da Federação Paulista de Futebol

Dr. Vinícius Zwarg Procon do Estado de São Paulo

Ten. Cel. Luiz Fernando Serpa Comandante do 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo

Major Walter - 2º Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo

Dra. Margarete Gracia Delegada titular do GRADI (Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância atual Delegacia de Crimes Raciais e Delitos de Intolerância - DCRADI)

Dr. Robson Feitosa Investigador do GRADI

Dr. Fernando Capez Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

Dr. José Reinaldo Guimarães Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO)

Mustafá Contursi Presidente do Sindicato do Futebol

Américo Calandriello Diretor de Esportes Amadores da Federação Paulista de Futebol

9ª - 01/08 Estádio do Morumbi São Paulo

Membro da Comissão

João Carlos Toledo Cirello

Convidados

Representantes do Instituto Gol

Diretoria do São Paulo Futebol Clube

Representantes do Tribunal de Justiça de São Paulo

10ª - 04/08 Centro de Treinamento do Fluminense em Xerém Rio de Janeiro

Membro da Comissão
João Carlos Toledo Cirello

Convidados
Marcelo Penha Ribeiro Assessor da Presidência
Fluminense Football Club
Marcos André Borges Técnico do Inmetro Instituto de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial no Rio de Janeiro

11ª - 04/08 Federação Paulista de Futebol São Paulo

Membros da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo
João Carlos Toledo Cirello
Dr. Francisco Horta
Dr. Rodrigo Terra
Marcos Marinho

Convidados
Dr. Marco Polo Del Nero Presidente da Federação Paulista de Futebol
Ten. Cel. Luiz Fernando Serpa Comandante do 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo
Dra. Margarette Gracia Delegada Titular GRADI, da Polícia Civil do Estado de São Paulo (GRADI)
Dr. Robson Feitosa Investigador do GRADI
Major Marcelo Viana Comandante do Grupamento Especial de Policiamento em Estádio no Rio de Janeiro - GEPE

12ª - 07/09 Estádio do Morumbi São Paulo

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo

Convidados
Autoridades do Tribunal de Justiça de São Paulo
Diretoria do São Paulo Futebol Clube
Representantes da Polícia Militar e Civil do estado de São Paulo

13ª - 09/09 Tribunal de Justiça de São Paulo

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo
Autoridades do Tribunal de Justiça de São Paulo

14ª - 22/09 2o. Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo

Convidados
Ten. Cel. Luiz Fernando Serpa Comandante do 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo
Oficiais da Polícia Militar do Estado de São Paulo

15ª - 23/09 Federação Pernambucana de Futebol Recife/PE

Membro da Comissão
João Carlos Toledo Cirello

João Caixeiro de Vasconcelos Secretário Geral da Federação Pernambucana de Futebol
Sérgio Ribeiro Gerente Administrativo do Clube Náutico Capibaribe
Major José Batista Gerente de Segurança do Clube Náutico Capibaribe
Arcôncio G. de Oliveira Gerente de Segurança do Sport Clube do Recife
Ten. Cel. Luiz de França Silva Meira Comandante Batalhão de Choque da Polícia Militar de Pernambuco.

16ª - 07/10 São Paulo

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo

Convidados
Dra. Heloisa Helena Baldy - Professora da Unicamp
Dr. Miguel Cardenal Carro - Juiz da Justiça Desportiva da Real Federação Espanhola de Futebol

17ª - 08/10 Estádio da Portuguesa de Desportos São Paulo

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo

Eduardo S. Paracêncio Estudante da Fundação Getulio Vargas
Thiago Aragão Escher Estudante Unicamp

18ª - 18 e 19/10 Federação Paulista de Futebol São Paulo

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo

Dr. Marco Polo Del Nero Presidente da Federação Paulista de Futebol
Roberto Cicivizzo Jr.- Consultor Jurídico da Federação Paulista de Futebol
Ten. Cel. Luiz Fernando Serpa Comandante do 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo
Major Walter Gomes Mota - 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo
Dra. Margarete Gracia Delegada Titular GRADI, da Polícia Civil do Estado de São Paulo (GRADI)
Dra. Heloisa Helena Baldy - Professora da Unicamp
Dr. Fernando Capez Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo

19ª - 21/10 Secretaria de Segurança Pública de São Paulo

Membros da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo
José Hilário Medeiros

Cel. Ronaldo Rosa Santos
Dr. Saulo de Castro Abreu Filho Secretário de Segurança do Estado de São Paulo
Dr. Marco Polo Del Nero Presidente da Federação Paulista de Futebol
Ten. Cel. Luiz Fernando Serpa Comandante do 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar de São Paulo

Subprefeitos do Município de São Paulo
Representante do Procurador Geral da Justiça do Estado de São Paulo
Delegados da Polícia Civil de São Paulo

20ª - 23/10 - Federação Paulista de Futebol São Paulo

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo

Dr. Marco Polo Del Nero Presidente da Federação Paulista de Futebol

21ª - 03/11 Federação Paulista Futebol São Paulo

Membros da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo
Roberto Cicivizzo Jr.
Lideranças de Torcidas Organizadas de São Paulo (Gaviões da Fiel-Corinthians; Torcida Independente-SPFC; Dragões da Real-SPFC; Mancha Alviverde-Palmeiras; TUP-Palmeiras; Guerreiros da Tribo-Guarani; Torcida Jovem do Santos e Torcida Jovem da Ponte Preta)

22ª - 18/11 Federação Paulista de Futebol

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo
Marcos Marinho
Árbitros da Federação Paulista de Futebol

23ª - 19/11 Estádio Moisés Lucarelli - Campinas SP

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo

Heloísa Helena Baldy Professora da Unicamp

24ª - 02/12 Federação Paulista de Futebol - São Paulo

Membro da Comissão
Marco Aurelio Klein Coordenador-Executivo

Sobre Torcidas Organizadas de São Paulo

Visita à Inglaterra

4. Para conhecer em detalhes as melhores práticas e processos, de um caso reconhecido como de extraordinário sucesso, estive em Londres, em visita oficial. Lá, fui recebido pelas principais autoridades inglesas de governo e de entidades privadas, responsáveis pela segurança no futebol e pelo combate ao hooliganismo: Ministério do Interior (Home Office), National Criminal Intelligence Service - NCIS, Polícia Metropolitana (Scotland Yard), Football Association (The FA), a Federação Inglesa, Football Licensing Authority (FLA), agência de certificação de segurança dos estádios; bem como pelos Gerentes de Segurança do Tottenham Hotspur FC e do Chelsea FC. Também estive com um dos responsáveis pela administração da construção do novo estádio de WEMBLEY, no que toca às questões de segurança, na Health, Safety and Licensing.

5. Pude conhecer com bastante riqueza de detalhes, dentre os mais relevantes, processos e ações de segurança e prevenção da violência, bem como acompanhar um dia completo do trabalho da polícia e do corpo de segurança (Gerente de Segurança e Comissários de Estádio) no jogo Tottenham Hotspur FC x Blackburn Rovers FC, pela divisão de elite do campeonato inglês, no estádio White Hart Lane. O Tottenham é um dos dois clubes mais populares de Londres.

6. Observei na prática a importância da cooperação entre todos os envolvidos na operação do evento; atuando de forma coordenada e coesa para garantir o sucesso das operações em termos de segurança e conforto do torcedor.

7. Também visitei o estádio do Chelsea FC, Stamford Bridge, onde fui recebido pela Gerente de Segurança, que mostrou todas as instalações e procedimentos adotados nos dias de jogos e em detalhe a operação da Sala de Controle, de onde os agentes de segurança do clube mais os agentes da polícia monitoram rigorosamente tudo o que acontece no estádio.



Stamford Bridge - Estádio do Chelsea FC
Londres, Inglaterra

8. Nas visitas a Football Intelligence Unit, da Scotland Yard, recebido pelo superintendente Mr. David Page e equipe, e a Football Intelligence Section do National Criminal Intelligence Service, o NCIS, recebido por Mr. Bryan Drew e sua equipe foram apresentadas a mim a dinâmica das investigações e a forma de construção dos casos contra torcedores violentos levados à corte (através de evidências corroboradas por documentos e vídeos), buscando-se conseguir as ordens de exclusão (Banning Order Disorder Act, 2002) dos estádios (e perímetro determinado), bem como o impedimento de viagens internacionais (retenção do passaporte) quando o clube do torcedor, ou a Seleção Inglesa, faz partidas fora da Inglaterra.

9. No Ministério do Interior, Home Office, estive em audiência com o chefe do Crime Reduction and Community Safety Group, Mr. David Bohannon, sob o qual funciona a Football Disorder and Civil Emergencies Section, órgão responsável pela coordenação dos diversos atores aqui citados. Periodicamente, se reúnem para reavaliação das ações, medidas e legislação diante da prática experimentada no dia-a-dia.

10. Na Federação Inglesa, a The Football Association, The FA, fui recebido pelo chefe do Stadium Safety and Security, Mr. Chris Whalley, que, como explícito no próprio nome, responde pelas políticas da federação com relação a segurança do estádio e dos espectadores.

11. Citado por último, porém, não menos importante, estive também na Football Licensing Authority FLA, agência responsável pelas normas e padrões de segurança dos estádios, bem como pela sua fiscalização sob a responsabilidade de Mr. John de Quidt, Chief Executive, e sua equipe de inspetores. Mr. De Quidt esteve no Brasil, quando participou do Seminário de 2003 em Brasília e visitou os estádios do Morumbi e do Maracanã. A ele devo a excepcional organização da agenda das minhas visitas.

12. A nós, os ingleses franquearam toda a documentação e informação possível. Recebi cópias da legislação, bem como das regras e procedimentos para a segurança de estádios. Este material foi rico subsídio para este trabalho e alguns excertos foram aproveitados e estão aqui reproduzidos de forma resumida.

Visitas técnicas a estádios no Brasil

13. No decorrer dos trabalhos - integrantes da Comissão, auxiliados por colaboradores voluntários (estudantes da FGV e da Unicamp), fizemos visitas técnicas a oito estádios em cinco cidades de quatro estados, resultando em levantamentos específicos através de planilha própria para conhecimento, entendimento e análise da infra-estrutura e fluxos operacionais (modelo da Planilha no Anexo 3).

Legislação, normas, práticas e processos

14. Durante o trabalho, colhemos farto material para consulta e referência, local e internacional - estudos, pesquisas, legislações e normas de combate e prevenção da violência de vários países e entidades relevantes (Conselho da Europa, Alemanha, Bélgica, Espanha, Holanda, Inglaterra e Portugal). Fontes de referência, estas, que, tão logo possível, as colocaremos à disposição dos interessados.

Capítulo 5 - Documentos e outras fontes de consulta

Alemanha - Polizeipräsidium Dortmund Deutschland Concrete practical examples of international police co-operation

Alemanha - Zentrale Informationsstelle Sporteinsätze (ZIS) Polizeidirektor

Bélgica - Conclusions of the Eurofoot Seminar Brussels April 2002

Brasil - Estatuto do Torcedor Lei No. 10.671 de 15 de maio de 2003

Brasil - Policiamento em Eventos 2o. BPChq Polícia Militar do Estado de São Paulo

Brasil Manual de Policiamento em Praças Esportivas Polícia Militar de Pernambuco/1º. Ten. QOPM Darlan Bartolomeu da Silva

Brasil - Violência nos Estádios: um estudo comparado entre Brasil e Espanha Heloísa Helena Baldy dos Reis, Unicamp São Paulo

Espanha - Ley del Deporte 10/1990

Espanha - Ley Orgánica 1/1992 sobre Protección de la Seguridad Ciudadana

Espanha - Orden de 31 de Julio de 1997 Regula el funcionamiento del registro central de sanciones impuestas por infracciones contra la seguridad pública en materia de espectáculos deportivos

Espanha - Orden de 22 de Diciembre de 1998 Regula las unidades de control organizativo para la prevención de la violencia en los espectáculos deportivos

Espanha - Real Decreto 75/1992 sobre la Comisión Nacional contra la Violencia en los Espectáculos Deportivos - Espanha

Espanha - Real Decreto 769/1993 Reglamento para la Prevención de la Violencia en los Espectáculos Deportivos - Espanha

Holanda - Holland x England Co-Operation Dutch and UK Police document

Holanda - The Netherlands Central Information Unit for Hooliganism presentation

Inglaterra - Eurofoot Seminar Football Banning Orders in England and Wales NCIS Head of Specialist Intelligence Branch

Inglaterra - Football Licensing Authority FLA - Contingency Planning

Inglaterra - Football Licensing Authority - FLA Control Rooms

Inglaterra - Football Licensing Authority - FLA Guide to Safety at Sports Grounds (Green Guide)

Inglaterra - Football Violence in Europe Social Issues Research Centre Oxford

Inglaterra - Metropolitan Police Arsenal FC Highbury Stadium Pre-Season Information 2004/2005

Inglaterra - Taylor Report (Hillsborough Stadium Disaster Inquiry by Lord Justice Taylor) - 1989

Portugal - Decreto Lei 238/92 regulando penas, policiamento e vigilância em eventos esportivos - Portugal

Portugal - Euro 2004 Sistema Interno de Segurança

Portugal Lei 38/98 implementando medidas preventivas e repressivas para casos de violência relacionada ao esporte

Portugal Resolução do Conselho de Ministros 17/96 sobre programa de modernização de estádios (controle de acesso via circuito fechado de TV)- Portugal

União Européia - Council of European Union decision concerning a handbook with recommendation for international police cooperation and measures to prevent and control violence and disturbances in connection with football matches 6 December 2001

União Européia - Council of the European Union decision concerning security in connection with football matches with international dimension 25 April 2002

União Européia - Procedimentos de segurança para futebol e cooperação entre polícias: Alemanha, Bélgica, Espanha, Holanda, Inglaterra e Portugal

União Européia - Spectator Violence Associated with Sport Council of Europe

Parte II Passado, Presente e Futuro

Capítulo 6 - Lições do passado

15. A conquista da Copa do Mundo em 1958 certamente deu notável impulso na paixão dos brasileiros pelo futebol. A chegada do videoteipe na televisão brasileira à época da campanha do bi, no Chile, possibilitou, pela primeira vez, que os torcedores acompanhassem a Copa pela televisão quase ao tempo das partidas; tivemos a sensação de comemorar a conquista do bi ao vivo. O Santos de Pelé e Cia. reforçou este sentimento de força e beleza do futebol brasileiro ao conquistar a América duas vezes seguidas (Copa Libertadores) e também ao bater dois gigantes europeus da época, Milan e Benfica nas decisões da Copa Intercontinental. Pinta, sabor e encanto de futebol imbatível. Tempos de Pelé e Garrincha, com os quais, juntos em campo, a Seleção jamais foi vencida sequer uma única vez.

16. O reflexo no futebol doméstico se fez sentir imediatamente. Ao menos nos clássicos disputados nas grandes cidades, a casa estava sempre cheia. O Pacaembu (ainda sem o chamado Tobogã) recebia até sessenta mil pessoas em dias de clássico, de decisão de Taça Brasil ou de Rio-S. Paulo. Falando em Rio, o estádio do Maracanã quase todo final de semana acolhia público superior a cento e vinte mil torcedores, vibrando com os tradicionais clássicos cariocas. As construções de Morumbi e Mineirão, dentre outras, foram saudadas por todos como um sinal da grandeza do futebol verde e amarelo ultrapassando as quatro linhas. Em todas as maiores cidades do país se discutia a ampliação e/ou construção de estádios.

17. Brigas entre torcedores ou torcidas nos termos que as entendemos nos dias de hoje - simplesmente não aconteciam. Vandalismo? Impensável. Agressões e depredações pelo caminho ou nas vizinhanças? Qual nada. Mortes? Jamais. Palavrões? Sim, mas, raros em relação aos costumes atuais e especialmente dedicados, desde sempre, ao árbitro. Coros do tipo "vai morrer"... Jamais! De pior mesmo, uma ou outra bandinha fazendo barulho incansável durante toda a partida para incomodo dos ouvidos mais sensíveis.

18. É preciso lembrar, porém, que a realidade urbana do país nesta época era bastante diferente dos dias atuais. Cerca de dois terços da população vivia fora das grandes áreas metropolitanas. Estas eram bem menores geograficamente. Roubos a mão armada ou assassinatos por motivos fúteis não eram comuns. A violência não assolava as ruas. A população, especialmente a classe média, ainda não se fechara em edifícios com cercas eletrificadas ou condomínios com portarias, cancelas e circuitos internos de tv. Pessoas deixavam suas casas abertas enquanto iam à padaria ou a farmácia. Um vizinho dava uma olhadela e pronto.

19. Num domingo, nas grandes cidades, além da praia, cinema e futebol dividiam as preferências de lazer das pessoas. A televisão não ficava por vinte e quatro horas no ar e o esporte ao vivo era atração rara na telinha. Os shoppings ainda não tinham chegado e também é importante lembrar que os estádios eram relativamente modernos e confortáveis para os usos e costumes da época.

Capítulo 7 - Entendendo o presente

20. Hoje, só nos shoppings são muitas as atrações de entretenimento de boa qualidade, com segurança e conforto. E apenas na área metropolitana de São Paulo, a título de exemplo, são mais de setenta shoppings centers. Além disso, num domingo, o futebol concorre com tremenda variedade de outras ofertas de diversão. Boa parte delas em instalações mais

modernas, seguras e confortáveis. Ao mesmo tempo, a TV trás o que há de melhor do esporte mundial. Para o fã, na segurança e conforto de casa, os astros de cada modalidade, inclusive, e especialmente, os melhores jogadores brasileiros, ali mesmo à disposição do fã desde seu próprio sofá.

21. Silenciosamente, o torcedor que poderíamos chamar de torcedor-comum foi abandonando os estádios. Comparecendo apenas aos jogos ditos decisivos e de grande importância. Daí, talvez, a idéia tão difundida de que o brasileiro só se interessa por finais. É provável que o público só nas finais se disponha a enfrentar estádios desconfortáveis e inseguros, somado à grande dificuldade para comprar ingressos e até mesmo chegar ou sair em segurança.

22. O crescimento da violência urbana, em seus variados formatos - de natureza delituosa ou não, completa o complexo quadro de decadência que ao longo dos anos contribuiu para tirar dos estádios muitos fãs do futebol, impedindo as novas gerações de viver a fantástica experiência do futebol ao vivo.

23. Sim, o problema não é só a violência de forma explícita das bombas caseiras ou dos arrastões provocados por membros ou não de Torcidas Organizadas.

24. O comportamento agressivo de torcedores em geral, por tolerado, cresceu em progressão geométrica. Dá-se para ofender impunemente, por que não agredir também, desrespeitando qualquer regra de convivência?

25. Inverteu-se velha máxima do direito romano “quem pode o mais, pode o menos”. No estádio, quem pode o menos, pode o mais. Se é possível xingar, é possível ir além nas transgressões: pichações, toda sorte de vandalismo; arremesso de recipientes com urina sobre outros torcedores, pilhas e chinelos sobre o campo; tudo é tolerado desde há muito tempo.

26. Os estádios de futebol foram se transformando em “terra de ninguém” e a legislação cada vez mais ultrapassada, não permitindo à polícia coibir adequadamente tais práticas, nem tampouco à justiça punir os infratores. Impunidade, portanto. A extensão destes problemas para as ruas foi só questão de tempo. E de força. A força do terror imposta por grupos armados e violentos; muitas vezes escondidos sob uniformes das ditas Torcidas Organizadas. Destruição, vandalismo, furtos e, claro, mortes. Só na Cidade de São Paulo, onde o problema é mais grave, mais de vinte nos últimos dez anos. No Rio, outra dezena de mortes.

27. A receita é longa, mas bastante simples e de fácil entendimento: ao envelhecimento da infra-estrutura instalada para o futebol (em geral, também para outros esportes), some-se à caducidade de procedimentos operacionais para eventos de grande porte, um pouco da mesma coisa com relação à preparação profissional da maior parte dos atores envolvidos, pitadas das grandes de desconhecimento e/ou desrespeito às leis e normas sobre prevenção da segurança e temos o incremento dos problemas de segurança, dificuldades para a prevenção da violência e permissividade com o vandalismo.

28. O toque final desta receita talvez seja a pouca, quiçá nenhuma coordenação entre os principais responsáveis e diversas áreas, ainda que cada um deles tente fazer o melhor possível.

Capítulo 8 Tarefas para o futuro

29. No livro *The Entertainment Marketing Revolution*, o autor, professor Al Lieberman, da

New York University, assinala: “Se há um meio no qual se permite que os espectadores se imaginem como participantes, dando vazão, às suas esperanças, sonhos, medos e aspirações, este meio é o esporte. Desde tempos longínquos, populações, civilizações, se entretiveram acompanhando o maior, mais rápido, mais forte, mais disposto, dentre os membros da comunidade, tentando derrotar o vizinho... E, claro, assim que alguém começou a pagar para desfrutar de tal privilégio, outro alguém precisou promover o evento para estimular estas receitas”.

30. À medida que se modernizaram em termos de conforto e segurança, outros setores da indústria do entretenimento, como o cinema, o teatro e as casas de show, o entretenimento na área esportiva começou perder espectadores em todo o mundo. Foi necessário reinventar o próprio conceito de espetáculo esportivo para mudar e reverter este quadro. Melhorar a infra-estrutura de ginásios e estádios e as práticas operacionais é mandatório.

31. Nos EUA, por exemplo, segundo Harold Vogel, no livro *From Entertainment Industry Economics*, o total de público anual do basquete, do beisebol e do futebol americano e do hóquei profissionais, passou de vinte e nove milhões em 1960 para mais de cem milhões em 1995. Só a liga de basquete, a NBA, coloca hoje mais de vinte milhões de fãs em seus ginásios a cada temporada; alcançando mais de 80% de ocupação média da capacidade instalada. E não digam que é questão de país rico porque meros vinte anos atrás e a situação era muito parecida com a que temos no Brasil de hoje.

32. Na Inglaterra, onde o problema do envelhecimento da infra-estrutura do futebol foi dramaticamente agravado pela violência entre torcedores, especialmente os chamados hooligans, a verdadeira revolução empreendida a partir do final dos anos 80 e início dos 90, resultou em notável melhora. Atualmente, a Premier League, equivalente à nossa Série A do Brasileiro, tem taxa de ocupação da capacidade instalada superior a noventa por cento. Nos maiores clubes há filas de espera de até dez anos para se comprar um carnê da temporada. Estádios de quase sessenta e oito mil lugares, como o Old Trafford do Manchester United, têm todos os seus lugares vendidos em todos os jogos da temporada e já está sendo ampliado para cerca de setenta e cinco mil.

33. Muito se fala na construção de novos estádios, ou arenas, como têm sido denominados estes projetos. Não há dúvida da importância da requalificação do parque instalado. Sobre isto há duas coisas, uma má e outra boa. A má é que tais mudanças precisam ser bastante profundas, são caras e precisam de tempo para ser feitas. A boa é que dá para começar já, requalificando procedimentos e processos. Melhorando o que tem. Capacitando o pessoal envolvido e atualizando a legislação pertinente. De saída, é preciso e possível - integrar as ações de todos os setores envolvidos, criando a cultura e a responsabilidade do trabalho cooperado.

34. No caso brasileiro, e especialmente no futebol, a realização de uma partida precisa obrigatoriamente ser vista como a realização de um evento grandioso. Como qualquer outro evento de potencialmente - grande público deve ser rigorosamente planejado previamente, de maneira profissional e responsável. Sem improvisos de qualquer ordem.

Capítulo 9 Referências mais importantes

Modelos Nacionais e Internacionais

35. Cada vez que algum dos modelos internacionais de organização esportiva, como a NBA ou o futebol inglês, é citado como exemplo de sucesso na sua organização e resultados e, portanto, como boa referência para o Brasil, impossível não vir logo uma contestação a

partir do argumento de que são muito diferentes os cenários econômico e cultural entre estes países e o Brasil e que, “lógico”, aqui nada disso daria certo. Tal argumentação, na verdade, é uma armadilha intelectual porque parte de uma premissa verdadeira (as diferenças econômicas e culturais entre o dito primeiro mundo e o Brasil) para chegar a uma conclusão falsa (de que não daria certo no cenário brasileiro). Alguns exemplos brasileiros permitem demonstrar claramente a falácia de tal argumento.

Teatro

36. Nas principais cidades brasileiras, especialmente Rio e São Paulo, até a primeira metade dos anos oitenta ir ao teatro, de certo modo, era uma aventura incerta. As peças tinham produção modesta e limitada. O público pequeno. Do tamanho das ambições dos produtores. Teatros com instalações antigas e mal conservadas. Espetáculos que não respeitavam o horário marcado. Pessoas entrando no meio da encenação, atrapalhando quem acompanhava o espetáculo. Quase sempre a numeração dos lugares desrespeitada. Pobreza na oferta de alimentação e bebidas. Estacionamentos precários e sob total domínio dos chamados “flanelinhas”. Um pouco de sucesso e cambistas no comando dos ingressos.

37. Quando o ator (e também produtor) Antonio Fagundes encenou a super e bem cuidada produção *Cyrano de Bergerac*, no teatro Cultura Artística, em São Paulo garantindo que seu espetáculo começaria rigorosamente na hora marcada e que não seria permitida a entrada dos atrasados até o intervalo, poucos foram os que acreditaram que era para valer. O que mais se ouviu na ocasião foi “não vai funcionar”... “Isto é coisa que só dá certo na Broadway”... “No Brasil é diferente”. Como se sabe, funcionou e hoje quaisquer montagens de padrão internacional podem ser (e são) feitas no país. Os teatros foram modernizados, outros, dentro dos padrões os mais modernos, foram construídos. Nestes espaços a oferta de alimentos e bebidas é de qualidade compatível com que há de mais correto mundo afora. A sinalização é prática, funcional. Os banheiros são limpos e bem conservados. Escadarias de acesso são bem iluminadas. A venda de ingressos está informatizada e os lugares são respeitados. Em muitas casas, meios de facilitação do estacionamento foram criados. O público deixa claro que referenda estas mudanças comparecendo em peso às boas peças e aos bons shows e espetáculos.

Shows e desfiles de carnaval

38. Durante o processo de modernização da oferta de entretenimento dito cultural no país, uma das questões mais polêmicas foi a da venda antecipada de ingressos. Movimento lógico no bem organizar de qualquer espetáculo - porque evita problemas de aglomeração, cambismo dominante e a óbvia insatisfação do cliente, o procedimento foi contestado à luz do argumento de sempre: “no Brasil não vai funcionar”, “brasileiro sempre deixa para a última hora” etc.etc.etc... Como também se sabe, funcionou e hoje quem quiser assistir aos bons espetáculos já sabe que só comprando antecipadamente. Até mesmo para ver os desfiles de carnaval, do Rio ou de São Paulo, é preciso comprar antecipadamente. No caso do Rio com meses de antecedência.

Cinema

39. Vinte anos atrás os cinemas estavam praticamente abandonados, à exceção de uma ou outra sala exibindo alguma superprodução de grande sucesso internacional. Em primeiro lugar, como sempre, partiu-se para a conclusão mais simplória: o problema é o preço. Então, o preço da entrada foi baixando, baixando... E nada de público. Ora, por que não fazer promoções? Daí, sessões duplas, triplas. Nada. Mais promoção: mulher, ou criança, não paga... Nada de resultado. Público cada vez menor. O precário controle de bilheteria e catracas e do que era conhecido nos cinemas como bomboniéres, permitia a fácil (e impune) evasão de receitas, deixando as empresas exibidoras ainda em maiores dificuldades

Maldizendo a escuridão, o discurso era que a crise econômica não permitia que as pessoas saíssem como antes e que a chegada do vídeo estava acabando com o cinema. Claro, porque sair de casa se era possível ter cinema em casa...

40. Nem mesmo uma derradeira tentativa com as chamadas pornochanchadas (algumas delas de relativo sucesso) pôde garantir a volta do público de forma regular. Pensou-se em várias razões. Menos uma: será que o modelo de negócio ainda estava bacana? Não, não estava. São Paulo que chegara a ter mais de duzentas salas de exibição assistiu este número cair abaixo da metade em pouquíssimos anos. Grandes salas, com platéia, balcões e frisas, plenas de glamour em outras épocas, arrastaram-se em mórbida decadência até virarem templos, supermercados ou até mesmo, já no chão, simples estacionamentos.

41. Não fora diferente em outras grandes cidades do mundo, exceto que em vez de permanecer maldizendo a escuridão, os responsáveis buscaram a luz na forma de estudar o problema, entendendo as razões que afastavam os fãs do cinema. Descobriram que o maior problema é que o consumidor de cinema apenas não encontrava oferta de qualidade. Os cinemas tinham envelhecido de toda forma: a programação era pouco inteligente em termos da diversificação da oferta para cada tipo de público; as instalações estavam envelhecidas e, portanto, desconfortáveis, sujas e inseguras; precários e ultrapassados equipamentos de projeção e som tinham muito por melhorar; idem a oferta de comes e bebes. Era preciso renovar a experiência de ir ao cinema. E isto foi feito com sucesso, como sabemos todos os que vamos ao cinema.

42. No Brasil, apesar de ser mais caro do que o futebol nos finais de semana, os cinemas venderam cerca de 125 milhões de entradas no ano de 2002 (o futebol profissional, em 2004, vendeu menos de 10 milhões). Segundo o estudo do BNDES (2002), alimentos e bebidas representam até 25% do faturamento total dos exibidores.

Dá para melhorar as condições do torcedor no futebol?

43. Falei de teatro, casas de shows, carnaval e cinema - poderia acrescentar parques, que, tematizados, recriados, remodelados ou reformados, em sua infra-estrutura, processos, conceitos e modelos de negócio, deram a volta por cima e estão à altura dos melhores exemplos internacionais com os quais gostamos de nos comparar. Além disso, para olhar outras áreas de excelência, o Brasil é referência mundial em qualidade da sua indústria aeronáutica, em diversos ramos da medicina ou da pesquisa biotecnológica, dentre outros tantos setores de sucesso. Então, por favor, vamos parar com esta história de que no futebol é diferente e não dá para ser organizado, limpo, seguro e confortável.

Não acredite nisto. Simplesmente porque não é verdade.

Por que Inglaterra como referência para a organização do evento futebol?

44. Bem, primeiro porque se trata de um caso de sucesso reconhecido em toda parte. Segundo porque por volta dos anos 80, o contexto dos problemas extra-campo era bastante semelhante aos problemas do futebol brasileiro de hoje:

- I. Estádios inseguros, desconfortáveis e sem procedimentos de segurança;
- II. Para os clubes, segurança era apenas uma questão de mais policiamento;
- III. Hooliganismo = torcidas organizadas em termos de vandalismo, clima de insegurança, mortes e prejuízos;
- IV. Depredações no metrô, trens e ônibus eram recorrentes;
- V. Brigas, ataques e emboscadas nas ruas deixando um rastro de destruição e Prejuízos;

- VI. Desordens e arrastões quando em viagem;
- VII. Álcool e drogas em excesso;
- VIII. Vítimas inocentes;
- IX. Famílias fora do futebol;
- X. Desvalorização imobiliária no entorno dos estádios;
- XI. Comportamento agressivo de torcedores: invasões de campo recorrentes; xingamentos; cânticos de morte ou racismo; arremesso de objetos no campo; jogando recipientes com urina nos outros torcedores;
- XII. Acidentes com fogos de artifício;
- XIII. Futebol com imagem associada à violência;
- XIV. Futebol muito desvalorizado como produto;
- XV. Baixíssimas receitas de bilheteria;
- XVI. Clubes em grandes dificuldades financeiras, dependendo basicamente da TV.

45. Talvez a única grande diferença tenha sido o fato de que na Inglaterra os estádios não ficaram vazios. Mesmo nos piores momentos tinha público, ainda que protagonista de mau comportamento e violência, desvalorizando o esporte preferido dos ingleses. No livro *Entre os Vândalos* (Companhia das Letras), o autor, Bill Buford, jornalista americano que viveu quatro anos entre hooligans ingleses, narra passagens que poderiam ter se passado no meio de qualquer torcida no Brasil, tal a semelhança.

46. Foi determinante para a mudança deste cenário a vontade política do governo. Neste processo, fundamental a compreensão do todo do problema. Pela primeira vez, o futebol foi tratado como um setor importante da economia e os torcedores violentos como uma ameaça à segurança pública.



Hooliganismo - Estádio londrino nos anos 80

“Estas pessoas violentas precisam ser afastadas da sociedade... Precisamos ter estádios seguros para nossas famílias, a salvo dos hooligans... Se é uma verdade que a violência faz parte da natureza humana, também é verdade que há três maneiras de se tratar a questão: persuasão, prevenção e punição”.

Primeira Ministra Margaret Thatcher, em discurso no Parlamento

47. Quando aconteceu a tragédia de Heysel*, em 1985 na Bélgica, na qual morreram 39 pessoas em meio à distúrbios causados por hooligans ingleses, o futebol inglês dominava completamente as competições européias de clubes. A título de exemplo, entre 1977 e 1984 clubes da terra da Rainha ganharam todas as sete edições da Champions League (a então Copa dos Campeões, principal competição européia de clubes). Em consequência do acontecido na Bélgica, os clubes ingleses foram severamente punidos pela própria Federação Inglesa, que se antecipou a UEFA, entidade maior do futebol europeu, determinando que todos os clubes fossem suspensos por cinco anos (cumpridos) de todas as competições européias de clubes. O Liverpool FC, cujos torcedores hooligans foram os protagonistas da tragédia na Bélgica, foi punido com dez anos, pena depois reduzida para seis. Enorme prejuízo técnico e econômico para o futebol da Inglaterra.

***Heysel:** nome do estádio belga no qual, em 29 de maio de 1985, Liverpool e Juventus fizeram a final da Champions League. Os administradores do estádio deixaram uma parte reservada para torcedores neutros, mas, torcedores do Liverpool, em muito maior número e com ingressos comprados de cambistas à porta do estádio, invadiram o local e também a parte reservada aos torcedores da Juventus. Assustados, estes correram, rompendo alambrados de proteção. No tumulto, trinta e nove pessoas - a maioria delas italianas - perderam a vida. Temendo consequências ainda piores em caso de adiamento da partida, as autoridades belgas e da UEFA decidiram realizar o jogo, que foi vencido pela Juventus por 1x0. Viu-se depois que o estádio não tinha condições para hospedar partida tão importante.

48. Apesar da punição exemplar e do tamanho da tragédia na Bélgica, os problemas causados por torcedores violentos não paravam: em 1988, durante a Euro Copa, campeonato europeu de seleções disputado na Alemanha, graves distúrbios ocorreram envolvendo torcedores ingleses e alemães. Desta vez, diferentemente do que acontecera em Heysel, houve violentos conflitos de rua. Torcedores reeditaram verdadeiras batalhas, opondo ingleses e alemães e deixando centenas de feridos e destruição em ruas, praças, bares e restaurantes.

49. Como consequência direta deste episódio, o governo inglês criou a National Football Intelligence Unit (hoje serviço absorvido pelo National Criminal Intelligence Service - NCIS), com o objetivo de conhecer a fundo o problema de modo a poder adotar as medidas adequadas para enfrentá-lo.

50. Porém, a grande tragédia envolvendo o futebol ainda estava por acontecer. Em 1989, em infeliz coincidência, novamente envolvendo o Liverpool. Na semifinal da Copa da Inglaterra, a equipe da cidade dos Beatles enfrentaria o Nottingham Forest, em Hillsborough, estádio do Sheffield Wednesday FC, na cidade de Sheffield. Os eventos desta tarde trágica na história do futebol mundial causaram a morte de noventa e seis pessoas. Em sua totalidade torcedores do Liverpool que viajaram para ver a partida. Não houve brigas.

51. Cerca de cinco mil destes torcedores chegaram ao estádio pouco tempo antes da hora marcada para o início da partida, provocando enorme aglomeração junto às catracas e ao túnel de acesso à geral. Pressionada, a polícia decidiu abrir outros portões, sem catracas, dando acesso à outra área, que, entretanto, já estava tomada. Houve correria e milhares de pessoas se espremeram dentro de um túnel estreito e escuro, buscando chegar dentro do estádio e comprimindo as pessoas da frente nos alambrados. Muitos pularam estas cercas, outros conseguiram rompê-las e o campo foi invadido por milhares. O jogo tinha seis

minutos quando foi interrompido. Além dos mortos (a vítima 96 passou quatro anos em coma), setecentos e sessenta e seis pessoas ficaram feridas. Muitas delas gravemente.

52. Transmitido ao vivo pela TV, o acontecimento chocou a Inglaterra. Para presidir o inquérito foi designado um dos mais respeitados juizes do país: Peter Taylor, o Lord Justice. Seu trabalho foi dividido em duas partes. A primeira delas feita em apenas um mês dizia respeito especificamente a sua avaliação dos problemas diretamente relacionados à atuação da polícia e dos administradores do estádio naquela tarde. Peter Taylor entendeu que tinha diante de si a oportunidade de mudar a história do futebol inglês (e mundial, veremos) em termos de segurança e conforto para os torcedores e conduziu uma segunda e mais ampla etapa.



53. Percebera que além da violência intrínseca ao hooliganismo, era preciso combater outra forma de violência contra o aficionado do futebol, esta ainda pior porque dissimulada: o envelhecimento da infra-estrutura instalada, dos processos e, ainda, o despreparo técnico dos organizadores do espetáculo, da polícia e das outras autoridades envolvidas.

54. Seu relatório final, conhecido como Relatório Taylor (Taylor Report) marca duas épocas distintas na história do futebol mundial porque em grande medida virou referência internacional. Foi de grande valia como fonte de conhecimento e modelo para a elaboração deste relatório. Lord Peter Taylor morreu em 1996, mas ainda pôde ver os grandes avanços realizados na Inglaterra a partir de suas recomendações.

55. Embora contido dentro da Inglaterra, o hooliganismo inglês ainda provocaria enormes transtornos, violência e prejuízos nas competições internacionais de clubes ou de seleções. Pior, suas ações eram mimetizadas por grupos de outros países europeus. A Euro 2000, disputada na Bélgica e na Holanda, voltou a ser palco de extrema violência, quando hooligans ingleses e alemães travaram violenta batalha de rua na cidade de Charleroi.

56. Ainda neste ano, hooligans do Arsenal e do Leeds, times ingleses de grandes torcidas, foram mortos ao se envolverem em conflitos com hooligans do Galatasaray, time turco, em Istambul e Copenhague, por ocasião de disputa de copas européias de clubes.

O recrudescimento das ações internacionais do hooliganismo inglês levou o governo britânico a introduzir legislação ainda mais radical para conte-los: o Football Disorder Act, a Lei dos Tumultos no Futebol.

57. Esta lei ampliou o alcance das medidas para a exclusão dos estádios dos torcedores causadores de violência, as Banning Order. Antes, a exclusão compulsória do estádio era uma opção do juiz, quando do estabelecimento da pena para um condenado por quaisquer dos delitos de violência relacionados ao futebol. Com a nova lei a exclusão passou a ser mandatória em casos de condenação e, mais, independente de uma condenação criminal prévia, também pode ser pedida à corte pela polícia, através de uma queixa complementada com evidências convincentes.

58. Pela legislação atual, um torcedor punido com a exclusão dos estádios não só está fora dos jogos na Inglaterra, fora de limites consideráveis dos espaços físicos de estádios, fora das estações metrô-ferroviárias e até mesmo fora dos pubs do entorno dos estádios com jogos, está também proibido de sair do país. É obrigado a entregar o passaporte na delegacia de polícia de onde vive, até cinco dias antes da partida internacional da Seleção Inglesa ou de seu clube, ou do início de uma competição internacional tipo Copa do Mundo. Só poderá retirá-lo trinta minutos antes do jogo (caso único) ou da final da competição. Não importa que apresente planos de visitar a vovó na Manchúria.

59. Como resultado direto desta medida, determinados torcedores, notórios causadores de problemas, ficaram fora da Euro 2004 disputada em Portugal. Este fato mais a competente preparação conjunta das duas polícias, serviços de inteligência e autoridades do futebol da Inglaterra e de Portugal, garantiu que a competição transcorresse sem problemas dignos de nota. Apenas um inglês foi preso por violência durante a competição (contra 945 na Euro 2000) em terras lusitanas, embora, cerca de quarenta mil súditos de Sua Majestade estivessem em Portugal. Tão significativa foi a presença inglesa na Euro 2004, que na semifinal contra Portugal, os donos da casa, os torcedores ingleses eram 55% da ocupação do estádio. Portugal venceu e não houve problemas.

60. Atualmente, cerca de três mil baderneiros estão banidos do futebol na Inglaterra. As penas mais comuns variam de alguns meses até três anos. Há um caso de reincidência da reincidência que resultou em banimento perpétuo. A outros casos graves. Dois bem recentes, de 2006: dois torcedores do Chelsea, presos quando promoviam distúrbios na



Tottenham Hotspur x Blackburn Rovers
Londres - Maio de 2005

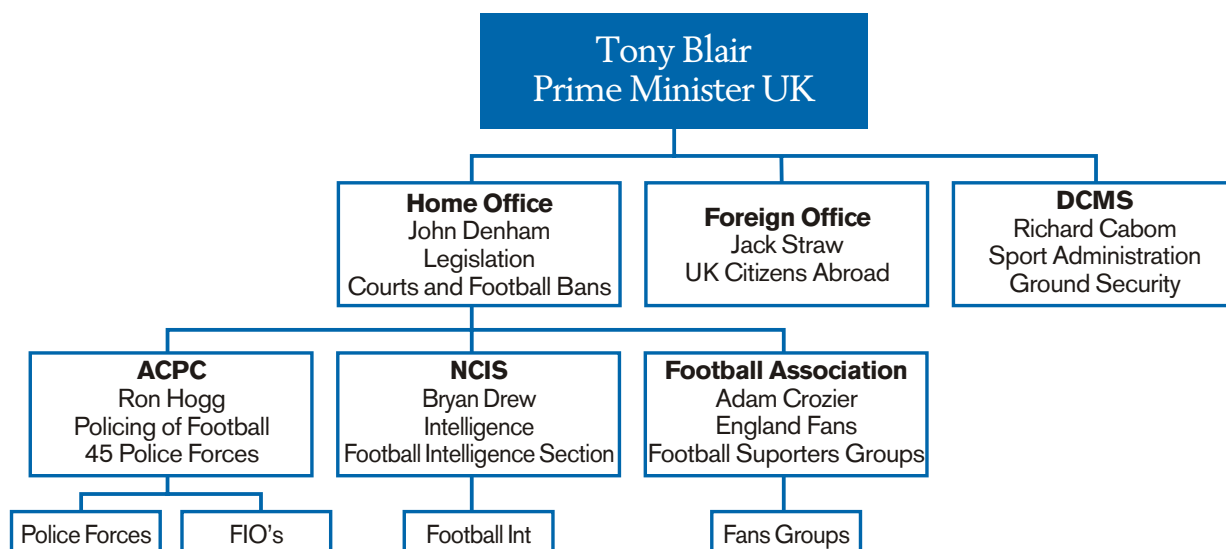
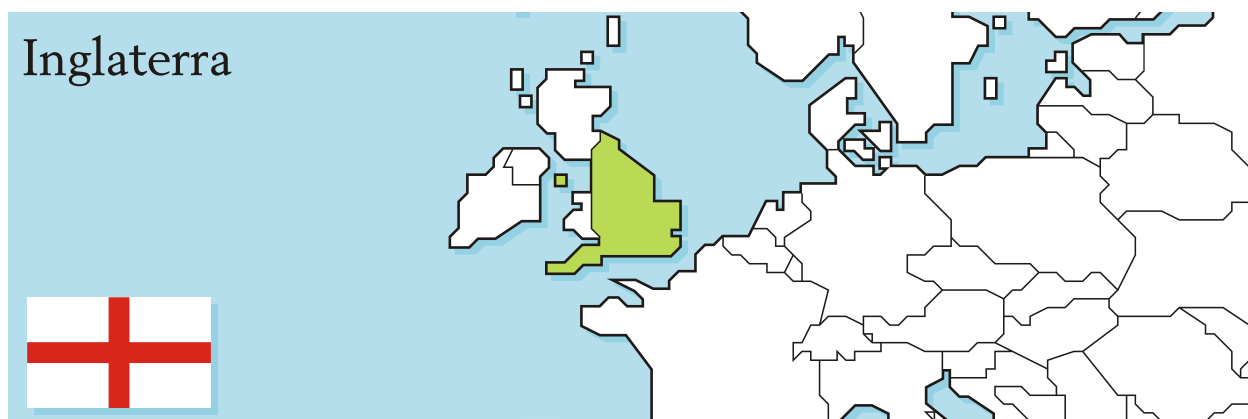
estação de trem de King's Cross, em Londres. Um deles foi apenado com dois anos de prisão em regime fechado mais dez anos de banimento dos estádios. O outro pegou nove meses de prisão também em regime fechado mais a punição de uma década banido dos estádios.

61. É muito importante destacar que o impressionante sucesso da Inglaterra na prevenção da violência relacionada ao futebol, não está ligado a nenhuma medida genial ou a “canetadas” de improviso de última hora.

62. É resultado de muito trabalho no estudo e entendimento global dos problemas; da vontade política do governo, das entidades privadas e do futebol; de uma legislação adequada e permanentemente atualizada; da inteligência no trato das informações disponíveis; da cooperação entre todos os atores e da responsabilidade de cada um. Há um permanente processo de atualização coordenada de práticas e processos.

O resultado não poderia ser melhor:

- XVII. Melhora da segurança em todos os quesitos;
- XVIII. Hooligans, ou torcedores violentos, fora do futebol;
- XIX. Fim das depredações no transporte e áreas públicas;
- XX. Estádios mais seguros e confortáveis;
- XXI. Produto futebol tremendamente valorizado;
- XXII. Ocupação superior a 90% na Premier League, a Série A; mais de 60% na segunda divisão;





* Polícia Metropolitana

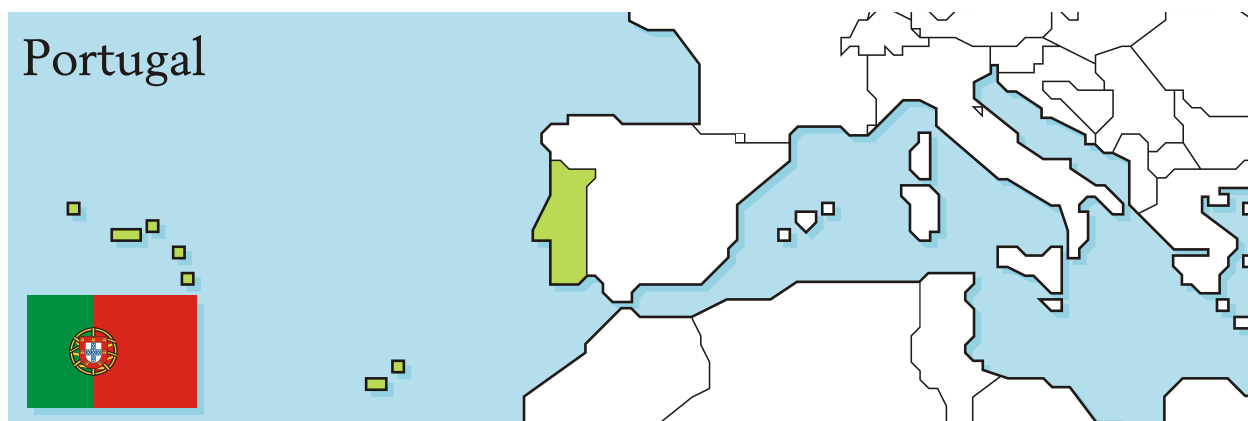
** National Criminal Intelligence Service

*** The Football Association

**** Football Licensing Authority

NOTA: Todas as entidades têm setores especializados em futebol e/ou segurança relacionada a estádios.

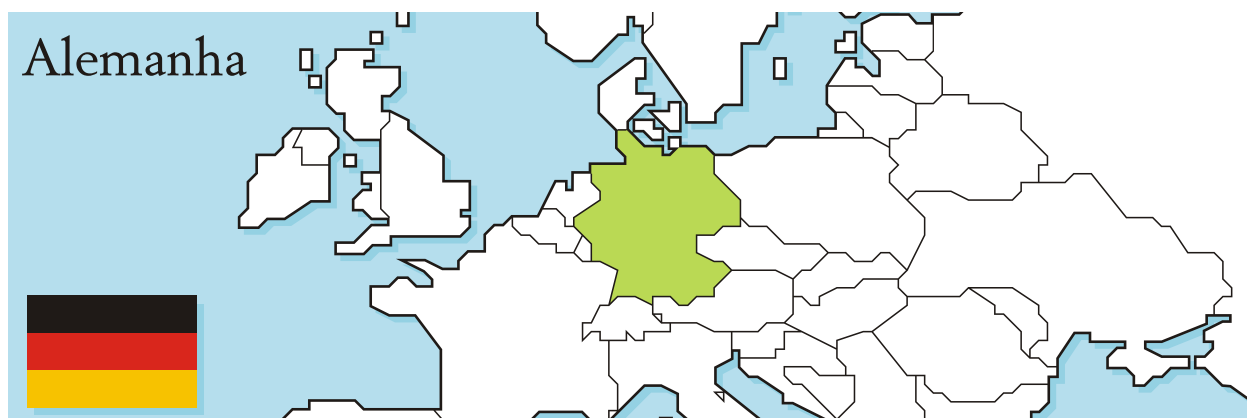
63. Hoje, na Inglaterra, a realização do espetáculo futebol está tão estruturada e bem organizada que Londres, a principal cidade do país, com treze times profissionais disputando uma das quatro divisões chega a ter oito jogos num mesmo sábado. Jogos com público médio próximo de trinta mil torcedores cada. São cerca de duzentos e cinquenta mil torcedores, de dezesseis clubes diferentes, circulando por uma dezena de grandes estações ou entroncamentos metro-ferroviários sem nenhum problema grave. Sem mortes. Outros países europeus também especializaram suas polícias e setores de inteligência com relação à segurança e combate à violência entre torcidas. Casos de Portugal e Alemanha, conforme quadros a seguir:



Responsabilidade do Estado:

- Coordenação Nacional das atividades de Segurança Pública
- Segurança no entorno dos estádios
- Preparação do Plano Mestre de Segurança e Prevenção
- Definição, em termos de segurança, dos processos de
- Coordenação entre o estado e a sociedade
- Colaboração com a implementação do sistema de Comissários
- Preparação e atualização do sistema de Comissários
- Organização de seminários e visitas
- Preparação dos Protocolos de Entendimento entre o Estado e os Organizadores
- Declaração de Cooperação Internacional entre Polícias





Parte III - Síntese da Análise das Recomendações

Capítulo 10 - Situação atual

Violência

64. Paira um clima de violência sobre o futebol brasileiro, especialmente nas grandes cidades. Seja no estádio, no seu entorno, nas vias de acesso ou nos pontos de embarque de torcedores, a violência é latente e a possibilidade de conflito entre grupos muitas vezes armados de torcedores é real e permanente. Emboscadas e provocações de toda sorte são comuns e, pior, toleradas como se fizessem parte do futebol. Não fazem.

Impunidade

65. Desde 1995, só para citar a cidade de São Paulo, vinte e duas pessoas morreram e centenas ficaram feridas, vítimas diretas e indiretas dos confrontos entre torcidas organizadas. Desde então, somente um dos agressores foi realmente punido. Bombas caseiras, facas e armas de fogo têm sido usadas rotineiramente, inclusive dentro de estádios. Torcedores comuns, comerciantes, meros transeuntes, bem como moradores vizinhos dos estádios e das principais vias de acesso a estes e dos locais tradicionais de comemorações, vivem sob permanente terror diante da possibilidade de ataques ou confrontos entre torcedores. E a venda de bebidas no estádio está proibida no estado de São Paulo desde 1996 (Lei 9.470 de 27 de dezembro de 1996, do então governador Mario Covas Anexo 7).

66. Dezenas e dezenas de comerciantes e moradores da região da avenida Paulista, foram vítimas de atos de brutal vandalismo por ocasião da partida final da Copa Libertadores da América, jogada no Morumbi (distante dez quilômetros desta região), em 2005. Pequenos comerciantes, donos de bares e bancas de jornal na avenida, tiveram seus negócios completamente arrasados. Um posto de gasolina teve até mesmo algumas bombas arrancadas do chão. Lojas foram destruídas e completamente saqueadas. Caixas eletrônicos vandalizados. Quase uma centena de veículos foi depredada. Ninguém, ninguém foi punido. Ninguém foi indenizado. A leitura feita pela sociedade é bastante simples: o futebol virou território sem lei.

Insegurança e Desconforto

67. Em plena era de esplendor da indústria do entretenimento, ir ao futebol é um desafio permanente para o torcedor. Além dos perigos já citados, há uma série de dificuldades a serem superadas. Verdadeira prova de obstáculos. Comprar ingressos é difícil, desconfortável e duplamente perigoso, já que tumultos nas bilheterias são recorrentes e a ação de falsificadores uma constante. O caminho para o estádio, perigoso diante do risco de ataques e confrontos entre torcidas organizadas, de ataques a ônibus e automóveis. No estádio, estacionar um carro é submeter-se inapelavelmente ao achaque criminoso dos chamados “flanelinhas”. Caminhar para as catracas, significa vencer um aglomerado de barracas e ambulantes, situação impensável num espetáculo bem organizado e seguro.

68. Aliás, shows musicais em estádios de futebol, em geral, estão livres deste problema porque segurança e planejamento são de responsabilidades dos promotores do espetáculo, que, portanto, exigem que as áreas de acesso fiquem livres. Obviamente, também levam em consideração as inúmeras possibilidades de faturamento com a venda de comes e bebes no âmbito do espetáculo

69. Dentro do estádio – salvo poucas e honrosas exceções – sujeira, paredes pichadas, má iluminação, mau cheiro, sinalização precária, banheiros sujos e mal conservados, precária oferta de alimentação e bebidas. E, pior, grande sensação de insegurança. É preciso gostar muito de futebol para enfrentar tudo isto. Boa parte do público potencial, claro, só topa tal desafio em partidas especiais, decisivas, o que, em parte, explica os baixos índices de ocupação média da capacidade instalada e a “teoria” de que brasileiros só gostam de finais.

Clima de Guerra

70. O comportamento belicoso das Torcidas Organizadas – e mesmo de muitos torcedores comuns, faixas com destaque para símbolos de violência e morte, cânticos guerreiros, chulos, agressivos, sempre buscando a humilhação do adversário – é completado pelo aparato de guerra montado pela polícia – civil e militar – no intuito de demover – se necessário enfrentar – qualquer manifestação mais direta de agressão ou ataque entre grupos organizados. Policiais de preto em roupas de combate, tipo Swat. Cavalaria da tropa de choque. Soldados fortemente armados sob proteção de escudos. Escaramuças entre torcedores dispersadas com o uso de bombas de gás. Corre-corre. Terror. Claro, situações quase sempre inevitáveis para o policiamento no sentido de conter a multidão.

71. O resultado para o torcedor comum que vai ao estádio com sua família é o aumento da sensação de insegurança e perigo. A sensação de que aquele não é a melhor opção de lazer para a família.

Imagem de insegurança e perigo

72. Segundo pesquisa Diário Lance/Ibope (2004), 79% dos torcedores que deixam de ir ao estádio o fazem por causa da Violência e 14% por causa da Falta de Conforto.

Baixa especialização do RH envolvido

73. Neste quesito é gigantesca a necessidade de programas de capacitação técnica de todos os recursos humanos envolvidos nas diversas áreas da realização de um grande evento, como é o caso de um jogo de futebol. Neste campo é hercúleo o desafio.

Desentrosamento entre as áreas envolvidas

74. Em todos os lugares onde houve avanço na organização do espetáculo futebol e o aperfeiçoamento das medidas de prevenção da violência e dos procedimentos de segurança, a integração foi fator chave do sucesso. No caso do Brasil, para que possa ser feito um Plano de Ação (exigência do Estatuto do Torcedor) completo e adequado para cada tipo de jogo, bem como elaborado o Plano de Contingência de todos os estádios (ver capítulo específico), é preciso que cada clube (áreas de segurança, comercial e fornecedor do serviço de catracas e bilhetes), federação, polícias civil e militar, autoridades de trânsito e de transporte, prefeitura, bombeiros, serviços médicos, comunidade e representantes das torcidas organizadas, ajam de forma integrada e coordenada.

Estatuto do Torcedor

75. Várias das determinações previstas no Estatuto do Torcedor (Anexo 5) não são cumpridas. Outras, embora cumpridas, têm pouco ou nenhum efeito prático no sentido de atender ao espírito da lei. Caso específico, a título de exemplo, da exigência de numeração dos assentos. Sem o encadeiramento do estádio pode não fazer sentido. Nestes casos, como por assento fica entendido o cimento da arquibancada, quase sempre descoberta, fica difícil obrigar o torcedor a ocupar seu lugar e assistir ao espetáculo sentado no cimento áspero

úmido ou molhado, sujo, sem conforto. Melhor ficar em pé, claro. Onde há cadeiras e este precisa ser o futuro, estabelecidos prazos realmente viáveis para cada tipo de clube ou estádio é preciso que cada clube ou administrador do estádio faça cumprir a lei.

76. O poder público deve dar o exemplo (nos estádios municipais e estaduais), mantendo seus estádios em boas condições de acordo com as leis locais (existem boas leis) e com o Estatuto do Torcedor e fazendo cumprir todas as determinações de segurança. Pode criar linhas específicas de financiamento para as mudanças estruturais necessárias.

77. O realinhamento fiscal dos clubes, possível com a aprovação da Timemania - e a eventual opção pelo modelo empresarial, permitirá que se candidatem a financiamentos do BNDES. Lembro que o Brasil é candidato a sediar a Copa de 2014. A definição da sede se dará em 2008. Pouco mais de um ano, portanto.

Baixos índices de ocupação média dos estádios

78. Enquanto nos outros campeonatos da elite do futebol mundial a ocupação média da capacidade instalada é superior a 60% (no inglês da Primeira Divisão, Premier League, os índices superam os 90%) no Campeonato Brasileiro da Série A estes índices mal chegam aos 20% (dados de 2004).

79. Conseqüentemente, os clubes perdem receitas diretas de bilheteria e receitas indiretas de outras rubricas possíveis (alimentos, bebidas, merchandising etc.), sem falar nas oportunidades perdidas como decorrência da desvalorização do produto futebol como um todo.

Capítulo 11 - O quê fazer para mudar?

Analisando o problema no Brasil

Pensata

O que queremos ser?

O que vamos fazer?

O que nos é permitido fazer?

O que não sabemos fazer?

Conceituação técnica do trabalho

Entendendo os problemas

80. Para que você possa acompanhar o processo técnico adotado no desenvolvimento do trabalho da Comissão será interessante que conheça (ou revise) uma tradicional ferramenta da administração à qual recorremos, chamada SWOT: Strengths (forças), Weaknesses (fraquezas), Opportunities (oportunidades) and Threats (ameaças), na sigla em inglês.

81. Trata-se de uma técnica - bastante simples, criada nos Estados Unidos durante os anos 60. Muito popular entre administradores e especialistas em planejamento estratégico, é muito útil no desenvolvimento e análise de projetos. Tem por base a combinação analítica de Forças e Fraquezas de uma dada idéia, ou projeto, com as Oportunidades e Ameaças da vida real.

82. Em essência, consiste em definir as estratégias necessárias para manter os Pontos Fortes, reduzir a intensidade dos Pontos Fracos; aproveitando as Oportunidades e protegendo-se das Ameaças.

83. Submetemos os temas, personagens e ambientes principais relacionados às medidas de segurança e de combate à violência à ferramenta SWOT. Acompanhe nosso resultado.

Capítulo 12 - Os Cinco Pontos Básicos

Pontos Fortes

Presidente que gosta de futebol

84. O Presidente Lula é o primeiro presidente na história da República sobre o qual ninguém tem dúvidas de que realmente gosta e acompanha o futebol no dia-a-dia. Já frequentou estádios regularmente;

Compromisso dos ministérios do Esporte e da Justiça

85. Dois ministérios envolvidos e o Ministério do Esporte conduzindo a Comissão Paz no Esporte, materializam a vontade política do governo para enfrentar o problema;

Relevância do futebol brasileiro

86. Pentacampeão mundial de futebol, detentor dos títulos em outras categorias e novamente com o melhor jogador do mundo, o Brasil é candidato a sediar a Copa de 2014. A solução do problema da violência relacionada com o futebol, bem como a capacitação para a boa organização do espetáculo é vital para a manutenção do sonho de receber outra vez uma Copa do Mundo;

Expectativa da sociedade

87. Assustada com a violência no entorno do futebol, a sociedade em grande medida abandonou os campos. Tem medo que seus filhos acompanhem o futebol nos estádios ou esteja próximo de qualquer grande manifestação de torcidas, especialmente as organizadas. Espera que o governo faça sua parte, garantindo a segurança no sentido mais amplo;

Pouco público e a baixa arrecadação

88. A diminuição da ocupação da capacidade instalada dos estádios brasileiros reflete de maneira direta na saúde financeira dos clubes, pela cada vez mais rasa importância da rubrica bilheteria no bolo de receita de cada clube e indiretamente por conta da desvalorização do produto futebol; provocando efeitos nefastos em outras rubricas (como o licenciamento de produtos) e até mesmo na definição de valor dos direitos de televisão (estádio frequentemente com pouquíssimos torcedores torna o produto mais pobre);

Apoio dos setores envolvidos

89. No desenvolvimento deste trabalho, a Comissão Paz no Esporte pôde sentir a possibilidade real de conseguir apoio, de forma coordenada, de todos os atores relacionados ao tema.

Pontos Fracos

Síndrome do improviso

90. Procedimentos de segurança devem ser seguidos à risca; não permitem improvisos de nenhuma natureza. A idéia de que improvisar é bacana, pode fazer sentido na jogada do craque, nunca nos cuidados para a segurança dos espectadores de um estádio de futebol.

Falta de integração e planejamento

91. Por melhor que sejam as intenções e a qualidade possível nas tarefas desempenhadas por cada um dos atores responsáveis pela prevenção da violência, sem coordenação e clara definição das responsabilidades, têm-se resultados pífios.

Insanidade de torcidas organizadas

92. Torcidas Organizadas podem representar beleza, paixão e animação num jogo de futebol. Entretanto, podem, a continuar a insanidade da violência gratuita e a impunidade, significar prejuízo, tragédia, desespero e morte.

Legislação desatualizada/impunidade

93. Se a legislação permanecer desatualizada em relação aos novos padrões de comportamento e à nova realidade urbana no entorno do futebol (e, eventualmente, de outras formas de manifestação popular) o resultado será como é a impunidade, servindo de estímulo para mais violência. Para a população, a imagem que resta é a de que o estádio de futebol e seu entorno, em dias de jogos, são lugares sem lei; verdadeira terra de ninguém.

Infra-estrutura decadente e falta de recursos para as reformas

94. A maior parte dos estádios no país está envelhecida; a maioria instalações precárias em termos de segurança e conforto. Projetos que foram modernos à época da construção, hoje, estão na sua quase totalidade ultrapassados diante das novas necessidades e da mudança de comportamento do público. Além disso, muitos estão sujos, pichados e com iluminação precária, agravando ainda mais a sensação de insegurança. A dificuldade financeira dos clubes explica, mas não justifica o pequeno às vezes nenhum - investimento na melhoria da infra-estrutura. Estádios ruins e inseguros, o resultado é que temos claro o porquê dos menos de 20% de ocupação média da capacidade instalada e receitas de bilheteria pouco significativas.

Baixa capacitação do RH envolvido

95. Envelhecimento da infra-estrutura, mudanças no comportamento do torcedor do futebol, gestão amadora na maior parte dos clubes, tudo isto acarretou grande defasagem na capacitação dos recursos humanos envolvidos com a operação de estádios e a segurança. Embora em alguns poucos setores e clubes esta situação seja mais bem resolvida, a falta de coordenação nas tarefas e de cooperação entre as partes minimiza os ganhos de qualidade possíveis.

A operação do negócio é ultrapassada

96. A operação do espetáculo esportivo no Brasil, é eficiente em certa medida, afinal na hora marcada para o jogo, em todos os rincões do país, tudo acontece conforme previsto. No que diz respeito à segurança e ao conforto do público, no entanto, a gestão amadora mostra que não funciona. Salvo raríssimas e pontuais ocasiões, o que se vê é filas e confusão para a compra de ingressos, até mesmo em jogos de pequeno público, dificuldade no acesso aos lugares, sujeira em geral, falta de banheiros em número adequado, banheiros sujos, áreas de saída e circulação ocupadas, serviços de má qualidade (em relação a outras formas de entretenimento) etc.etc.etc. O torcedor, num ambiente - em tudo de pouca qualidade, tende a se comportar de acordo, contribuindo para criar uma cultura, segundo a qual, tudo relacionado ao futebol pode ser desmantelado. Pode ser de qualquer jeito.

Oportunidades

Estatuto do Torcedor

97. O Estatuto do Torcedor, de 2003, certamente é um avanço no sentido de melhorar a condição dos espectadores nos espetáculos esportivos. Agora, depois de três anos de vigência prática podemos promover os ajustes e melhoramentos necessários.

Comissão Paz no Esporte

98. A Comissão Paz no Esporte representa verdadeira oportunidade e na prática um avanço - de forma coordenada e cooperada - para a melhora dos principais processos relacionados à prevenção da violência para a segurança nos espetáculos esportivos.

Preocupação com Segurança no Esporte nos Ministérios do Esporte e da Justiça

99. O tema não é novo no Esporte (Seminário 2003). O Ministério da Justiça, participante da Comissão através de representantes da Área de Inteligência, exercita a prática da questão da segurança relacionada ao esporte por conta do projeto Pan 2007, no qual tem responsabilidades da maior importância.

PAN 2007 e a Pré-candidatura do Brasil para a Copa 2014

100. Tanto a realização do PAN, como a pré-candidatura para sediar a Copa do Mundo de 2014, são, ambas, boas oportunidades para a revisão de conceitos, práticas e processos sobre estádios e sua operação, bem como para abrir o debate sobre mecanismos de financiamento público e privado para a reforma, remodelação ou reconstrução de equipamentos esportivos.

Ameaças

Faltar vontade política

101. Mudar a situação atual implica em mudanças significativas na cultura brasileira sobre a operação de espetáculos esportivos, bem como no padrão de comportamento dos torcedores. Não são - e não serão - mudanças fáceis. Os exemplos internacionais de sucesso registram isto. Mudar implica grandes transformações em usos e costumes. Implica investimentos. Implica responsabilidades. Implica vontade política de governo, entidades esportivas e sociedade.

Faltar recursos financeiros

102. As reais dificuldades financeiras em que se encontram quase todos os clubes brasileiros certamente representam fator importante quando consideramos a necessidade de reformar e/ou readaptar estádios de futebol, no sentido de atender as condições básicas para uma operação que garanta segurança e conforto. Não pode, entretanto, servir para que tal operação, do jeito que está, continue colocando em risco a segurança dos espectadores. A dificuldade financeira, portanto, não pode e não deve isentar o futebol, especialmente, de cumprir os requisitos básicos para a realização dos seus espetáculos com segurança, conforto e dignidade.

Não modernização da legislação

103. Hoje, a maior parte dos delitos gerados na violência entre torcedores, particularmente

das Torcidas Organizadas, fica impune, apesar da resposta quase sempre rápida do policiamento. Se há uma invasão de campo, a equipe da polícia, treinada no que chamam “pinça,” é rápida e o invasor é detido. Mas, e daí? O que acontece depois? Nada. O invasor pode ir para casa antes que o policial termine de preencher sua papelada. Muitas vezes, ainda sai prontinho para dar entrevistas, como se fosse o herói do dia.

104. Atos de vandalismo têm acontecido no caminho ou na saída do estádio e os únicos punidos acabam sendo as vítimas, que têm seus bens, propriedades ou negócios destruídos. Diante da impunidade, a violência cresceu e da conhecida vias de fato ou da simples rixa, passamos a conviver com emboscadas armadas para ataques a tiros e bombas, ditas de fabricação caseira. Verdadeiras batalhas de rua. No saldo, mortos. Mais de vinte só na cidade de São Paulo nos últimos dez anos, mais uns tantos quantos feridos. Outra dezena e meia no Rio. Ao redor, o terror. Cenários dignos das guerras no Oriente Médio.

105. É preciso mudar a legislação para que delitos comuns, como, dentre outros, a rixa, ou contravenções, como vias de fato, se praticados de forma relacionada com o futebol, colocando em risco a vida de muitos, possam ser tipificados com as agravantes que a seriedade do problema exige. É preciso que a polícia possa realmente fazer o seu trabalho de proteger o cidadão, o torcedor dito comum, organizado ou não, da violência de criminosos escondidos atrás da paixão pelo futebol.

“Descostura” dos apoios

106. As famílias brasileiras não toleram mais, semana após semana, ver as guerras entre torcedores, deixando mortos estendidos no cimento da arquibancada ou no asfalto da estrada ou da porta da estação. Cada um de nós - os que temos filhos apaixonados por futebol - pensa: e se um dia for minha filha, ou meu filho? Neste contexto de indignação com os casos acontecidos ao longo de 2005, em várias partes do país, a Comissão conseguiu costurar apoio nas mais diversas áreas. Para levar adiante as mudanças necessárias, na hora mesmo de mudar, muitos serão questionados por querer romper uma velha ordem de usos e costumes, ainda que ultrapassados pela roda da modernidade para não dizer do bom senso e da sanidade.

Não comprometimento dos clubes

107. Quando falamos em apoio dos diversos atores, claro está que consideramos o comprometimento de clubes e entidades da administração como ponto-chave para as mudanças. Afinal, são eles os responsáveis pela organização e realização do espetáculo. A Comissão tem clareza quanto às dificuldades de ordem financeira, mas, também entende que as melhorias significarão melhora geral na qualidade do produto futebol, trazendo maior público e colocando em andamento um movimento virtuoso em termos de melhores receitas, não só da bilheteria diretamente, mas também de vendas agregadas no dia do jogo.

Não conseguir o apoio da mídia

108. Mudanças como as que são necessárias para alterar usos e costumes, que têm contribuído para disseminar péssima imagem do futebol e de seus torcedores, além de levar profunda infelicidade às tantas famílias que perderam seus filhos em brigas e ataques insanos, são profundas. Algumas drásticas. A compreensão e envolvimento da mídia em geral e da mídia esportiva em particular, é de fundamental importância. Dar espaço para agressores como aquele sujeito que invadiu o gramado do Mineirão para agredir o árbitro, podem contribuir para um sentimento de glória entre o grupo, servindo até mesmo de estímulo para seguidores. Em alguns países europeus, em experiência que começou na Inglaterra, as TVs deixaram de dar destaque a figuras deste tipo, limitando-se a registrar

rapidamente o fato, evitando abrir espaço para os vândalos propagarem sua fé na violência. A melhora do espetáculo como um todo certamente será passo positivo na revalorização do futebol e do estádio, permitindo que sonhemos com a possibilidade real de hospedar novamente a Copa do Mundo.

Capítulo 13 - Conceitos e Recomendações em Resumo - 5 Pontos

Premissa

Quebrar Paradigmas

Abandonar conceitos aparentemente sólidos e definidos como inevitáveis para possibilitar uma nova maneira de ver as coisas

1. **Legislação**
2. **Responsabilidade**
3. **Inteligência**
4. **Sistematização**
5. **Excelência**

109. O princípio básico é a integração entre a recomendação e a ação. Assim, a Comissão entende que é preciso mudar a Legislação nos diversos tópicos e níveis concernentes ao tema, definindo as Responsabilidades de cada setor envolvido, criando processos de Inteligência aqui, expressão usada no sentido técnico e amplo de coleta, conhecimento, processamento e tratamento da informação de modo que as práticas e processos adotados possam ir para a fase de Sistematização, com implantação estruturada e pontual para que as melhores práticas sejam reconhecidas como de Excelência e depois disseminadas de forma estruturada.

Legislação

110. Hoje, espetáculos esportivos são grandes eventos de entretenimento, que movimentam dezenas de milhares de pessoas. No caso do futebol, os espectadores, os torcedores, têm comportamento muito diferente do que tinham os torcedores de quarenta ou sessenta anos atrás, quando os principais estádios do país foram construídos. Da final da Copa do Mundo de 1950, no Maracanã, a título de exemplo, conta-se que eram 200 mil os presentes. Quando o Brasil entrou em campo ou quando marcou seu gol, certamente vibraram muito, talvez tenham pulado bastante, mas, por certo nada parecido como que ocorre hoje, quando enormes grupos se movimentam juntos em pulos cadenciados ou em gigantescas ondas durante boa parte do tempo provocando oscilações estruturais. Estava no Morumbi na final do Paulista de 1993, em junho daquele ano, quando o Palmeiras venceu o Corinthians e saiu de longa fila sem títulos. Em dado momento, a torcida no anel superior do estádio pulava tanto, de forma ritmada, que o movimento de balanço de todo o anel era perceptível a olho nu. Aterrador, para dizer o mínimo. No caso do Morumbi, foi necessária a instalação de amortecedores próprios e outros dispositivos especiais de segurança para contrabalançar estes movimentos. O fato é que o comportamento de grande parcela dos espectadores do futebol mudou muito, a infra-estrutura instalada envelheceu fisicamente e, salvo casos pontuais, não está mais à altura das necessidades e padrões de segurança atuais. Padrões estes, definidos e aplicados a outras instalações como shoppings, cinemas, teatros e casas de show.

111. Além disso, é grande a agressividade entre torcedores de maneira geral. Ofensas e

símbolos de morte e violência predominam nas faixas e cânticos de Torcidas Organizadas, que, com frequência enfrentam-se umas às outras em batalhas de rua ou com emboscadas em estações de trem ou metrô, colocando em risco transeuntes, moradores, comerciantes, pessoas sem nenhum envolvimento com o futebol. Vandalismo no caminho e no entorno de estádios, além do prejuízo direto, provoca a desvalorização de imóveis, quando não de uma região como um todo. Invasões de campo e tumultos de grandes proporções apavoram a todos. O crime organizado por detrás da falsificação de ingressos e do cambismo contribui para aumentar o caos.

112. São diversas as situações, que, agravadas com o citado envelhecimento da infraestrutura e somadas ao baixo padrão de qualidade técnica na operação do evento, contribuem para afastar os espectadores comuns, fortalecendo um ciclo vicioso que causa enorme dano ao futebol e ao esporte brasileiro. Várias das situações citadas não estão previstas diretamente na legislação atual, caso, em mais um exemplo, da corrupção envolvendo árbitros comprometidos com a interferência em resultados de partidas para beneficiar apostadores.

113. É preciso proteger a cidadania e o próprio futebol de todos estes problemas. É preciso ter dispositivos legais para garantir a segurança dos espectadores e das pessoas direta ou indiretamente afetadas pela realização de grandes espetáculos esportivos, permitindo à polícia e ao judiciário agirem de forma eficaz no enfrentamento desta realidade.

Projeto de Lei atualizando o Estatuto do Torcedor

114. O Estatuto do Torcedor embora tenha sido um avanço não é cumprido de forma satisfatória, nem tampouco existem mecanismos eficientes de fiscalização e punição aos infratores. Se olhada no todo, a questão da violência e da segurança dos torcedores tem diversos aspectos ainda não cobertos adequadamente pelo estatuto. Inclusive em relação aos torcedores violentos, seja individualmente, seja pela atuação em grupo através das chamadas Torcidas Organizadas.

115. Ações, práticas e processos relacionados ao gerenciamento e à organização do evento futebol estão, de certo modo, bastante defasados em relação às transformações urbanas e de costumes ocorridas nas últimas décadas, bem como por conta da inevitável comparação da qualidade da infra-estrutura instalada para o futebol versus a oferta de outras formas e instalações para entretenimento. Sancionado em 2003, é certo que o estatuto merece diversos aperfeiçoamentos.

Violência relacionada ao futebol como delito criminal

O primeiro policiamento oficial executado em campos de futebol no Brasil foi realizado no estádio Palestra Italia, em três de julho de 1934, com um efetivo de 207 homens.

116. É preciso criar tipificações adequadas aos crimes e contravenções relacionados ao futebol. Em princípio, estamos falando de futebol porque este tipo de problema é do futebol. Alguém nos disse numa das reuniões que, em certa ocasião, também já aconteceu muita violência entre torcedores de vôlei de Vasco e Flamengo, contudo, à época ficou claro que se tratava de brigas de torcidas organizadas do futebol no cenário do jogo de vôlei.

117. Vejamos: se duas pessoas se desentendem num incidente de trânsito ou num bar, chegando, digamos, às tapas, como se diz no nordeste, isto constitui delito de rixa (artigo 137 do Código Penal, de sete de dezembro de 1940, com pena de 15 dias a dois meses) ou se considerado como vias de fato (de 15 dias a três meses ou multa segundo a Lei das Contravenções Penais, de três de outubro de 1941). Porém, se esta mesma situação acontece no meio da multidão no estádio, ou, à rua, no caminho ou no entorno do estádio, inflamando

grupos maiores ligados a um ou ao outro agressor e provocando violência em larga escala, é claro que não pode ter o mesmo tratamento da rixa comum ou da vias de fato.

118. Como se sabe, a maior parte das brigas entre torcidas de futebol no estádio, ou no caminho para o estádio, tem como estopim ofensas que, em geral, começam pequenas - e como fator desinibidor o álcool. Assim, entendemos que é preciso total intransigência com a intolerância seguida da agressão verbal, bem como com o consumo de álcool (ou outras substâncias proibidas) no transporte coletivo, público ou privado, em dia de jogos. Algumas unidades da federação - caso de São Paulo proibiram também a venda de qualquer bebida alcoólica nos estádios. Outros permitem a venda de cerveja. O assunto é polêmico e merece análise coerente com os hábitos e cultura de cada local versus a avaliação das ocorrências dentro do estádio.

119. Nos jogos internacionais de competições Fifa, como a Copa do Mundo, também existiu este tipo de proibição. Agora, na Copa da Alemanha, foi permitida a venda de cerveja. Na Inglaterra, seguros do papel nocivo do consumo excessivo de álcool no agravamento da questão da violência, a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios foi uma das primeiras medidas tomadas para a prevenção da violência em meados dos anos oitenta. No seu Relatório, entretanto, o juiz Taylor, recomendou o fim desta proibição, pois se quiser beber e não puder comprar a bebida no estádio (recomendou a liberação apenas da cerveja), o torcedor talvez beba mais pelo caminho, chegando em cima da hora, mais agressivo e muito mais inconveniente.

120. Os bares dos estádios ingleses, porém, estão sujeitos a uma rigorosa regulamentação, que permite que abram no máximo 1h30 antes do início da partida. Em nenhum caso, sob nenhuma condição é possível ir para áreas com visibilidade do jogo carregando bebidas alcoólicas, em quaisquer embalagens. Infringir esta determinação é considerado delito criminal, assim como chegar bêbado (por amostragem, a polícia submete torcedores ao bafômetro).

121. No estado de São Paulo a proibição perde o efeito porque ambulantes introduzem destilados (especialmente aguardente de cana) dentro do estádio e boa parte das barracas que operam às portas dos estádios vendem bebidas alcoólicas de variado grau etílico. O importante, na verdade, é impedir torcedores alcoolizados dentro ou nas imediações dos estádios.

122. A Comissão propõe tipificação com agravantes das penas ora previstas para os delitos relacionados direta ou indiretamente ao esporte (futebol) ou espetáculo esportivo, através de Projeto de Lei alterando o Estatuto do Torcedor.

123. Assim, ficam tratadas como delito criminal, com agravantes das penas previstas e passíveis de prisão em flagrante as seguintes ações:

- XXIII. Tomar parte em ofensas, cânticos ofensivos a outrem ou de natureza racista, homofóbica, sexista ou de outras formas de discriminação ou incitação à violência;
- XXIV. Tentar introduzir no estádio faixas ou quaisquer outras formas de comunicação com ofensas de natureza racista, homofóbica, sexista ou de outras formas de discriminação ou outros símbolos de incitação à violência;
- XXV. Delitos de rixa e vias de fato;
- XXVI. Vandalismo ou quaisquer formas de depredação de patrimônio público ou privado; assegurado aos prejudicados o Direito de Regresso;
- XXVII. Formação de quadrilha, quando do fomento, incitação ou prática de violência por grupos organizados a qualquer pretexto relacionado ao futebol, ao jogo de futebol ou outro esporte, bem como a qualquer associação de administração ou prática esportiva seja diretamente ou através de outros meios tais como a internet;

- XXVIII. Furto ou roubo, se relacionados à ação de grupos uniformizados de alguma forma relacionada ao futebol;
- XXIX. Posse de álcool em ônibus (transporte público ou privado), metrô ou trens, quando em trajeto ou direção a jogo de futebol;
- XXX. Tentar acesso ao estádio quando alcoolizado (ou sob efeito de qualquer outra substância); fiscalização por amostragem, com bafômetros;
- XXXI. Tentar introduzir qualquer bebida alcoólica no estádio, independente de liberação para venda regular;
- XXXII. Beber em áreas proibidas do estádio;
- XXXIII. Atirar qualquer objeto dentro do campo ou sobre outros torcedores, dentro ou fora do estádio ou ainda quando em trajeto para o estádio;
- XXXIV. À polícia será permitida a revista (e prisão) pessoal ou a detenção de ônibus ou outros meios de transporte levando torcedores que infringirem a legislação em vigor;
- XXXV. Tentar introduzir fogos de artifício ou sinalizadores nos estádios ou no perímetro de segurança dos estádios (raio de 300 metros), bem como transportá-los em qualquer tipo de meio de transporte coletivo público ou privado;
- XXXVI. Vender, oferecer, contribuir para o oferecimento ou expor para a venda ingressos de jogos oficiais, sem autorização expressa das entidades organizadoras do evento e/ou detentoras dos direitos de comercialização dos ingressos, em lugares públicos ou outros meios aos quais os torcedores tenham acesso;
- XXXVII. Tipificação da pena de exclusão por tempo determinado do estádio (por prazos relacionados à gravidade do delito, bem como aos casos de reincidência), complementadas e amparadas por penas de reclusão em caso de não cumprimento das Ordens de Exclusão;
- XXXVIII. Negligenciar medidas e procedimentos de segurança previstos em legislação local ou federal, colocando em risco a segurança ou a integridade física de torcedores ou funcionários em serviço.

124. Participante de reuniões e colaborador da Comissão, o promotor José Reinaldo Guimarães Carneiro, do GAECO, Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado, do Ministério Público do Estado de São Paulo, mais seu colega promotor Roberto Porto, responsáveis que foram pela investigação que resultou na descoberta da venda de jogos de futebol por dois árbitros, sugeriram, e a Comissão acatou, a inclusão da Fraude Esportiva como delito criminal. Sugerem ainda que, este delito, mais o cambismo e todos os delitos que colocam em risco a segurança de espectadores, torcedores ou não, estejam sujeitos a penas de reclusão de no mínimo dois anos (casos relacionados à violência e a fraude esportiva) ou de um ano no caso do cambismo, permitindo à polícia a prisão em flagrante durante as ocorrências.

Legislação possível contra o cambismo hoje

DECRETO-LEI Nº 8078 de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor) **LEI nº 1521 de 26 de dezembro de 1951 (Crimes contra a economia popular)**

Artigo 2º - São crimes desta natureza:

VI - transgredir tabelas oficiais de gêneros e mercadorias, ou de serviços essenciais, bem como expor à venda ou oferecer ao público ou vender tais gêneros, mercadorias ou serviços, por preço superior ao tabelado, assim como não manter afixados, em lugar visível e de fácil leitura, as tabelas de preço aprovadas pelos órgãos competentes.

Artigo 5º- Nos crimes definidos nesta lei caberá suspensão da pena e livramento condicional em todos os casos permitidos pela legislação comum. Será a fiança concedida nos termos da legislação em vigor, devendo ser arbitrada dentro dos limites de cinco mil cruzeiros a cinquenta mil cruzeiros, nas hipóteses do art. II, e dentro dos limites de dez mil cruzeiros cem mil cruzeiros nos demais casos, reduzida a metade dentro desses limites, quando o infrator for empregado do estabelecimento comercial ou industrial, ou não ocupe cargo ou posto de direção dos negócios.

125. No plano cível, criar a responsabilidade de Torcidas Organizadas comprovadamente envolvidas com quaisquer atos de vandalismo contra patrimônio público ou privado através do chamado Direito de Regresso, o qual permitirá que os prejudicados abram ação cível contra as entidades organizadas, envolvidas e/ou responsáveis pelos atos de vandalismo; É fundamental a implantação de um sistema de identificação dos membros das Torcidas Organizadas.

126. Criar autorização para que a polícia e demais autoridades responsáveis possam divulgar e expor vândalos que se fazem passar por torcedores de modo a possibilitar que a população se proteja deles.

127. Neste sentido, permitir o estabelecimento pelas autoridades de segurança pública de cada estado de serviços do tipo DisqueDenúncia contra a Violência no Futebol, estimulando a população e os torcedores comuns a denunciarem qualquer preparação de ações de violência, depredação ou emboscadas contra ou entre torcedores e/ou torcidas.

Responsabilidades e Sistematização

Clubes

128. É fundamental a definição da responsabilidade de cada um na realização dos eventos esportivos, especialmente jogos de futebol. A sugestão da Comissão é que seja integralmente dos clubes a responsabilidade pelas medidas de segurança no âmbito do estádio, quanto ao pessoal encarregado da operação do estádio e da segurança.

129. A recomendação é de que todas as associações que disputam competições oficiais de futebol, ou de qualquer outro esporte, e promovam jogos sob seu mando, em seu estádio ou em outro alugado para este propósito, sejam obrigadas a manter no seu quadro de funcionários um profissional especializado no tema segurança, como Gerente de Segurança. Quando da realização de partidas a seu mando, devem contratar o que chamamos Comissários de Estádio para auxiliar na manutenção da segurança, bem como na orientação aos torcedores. A definição do número de comissários deve ser calculada contra a presença presumida de público, conforme a carga prevista de ingressos confeccionados.

130. No entender da Comissão, um estádio que atenda adequadamente (e o faça regularmente) todos os requisitos de planejamento e operação de segurança não deve ser interditado em caso de invasão ou arremesso de objetos por parte de torcedores, devendo as punições previstas em lei recaírem exclusivamente sobre os infratores.

Atletas

131. Atletas devem estar conscientes de seu papel dentro do campo em relação ao espetáculo, nunca se envolvendo com os procedimentos da polícia para preservar o campo de invasões, não tentando proteger torcedores da detenção em caso de invasão, tampouco tomando atitudes de provocação ostensiva, que possam resultar em possíveis atos de violência.

Polícia Militar e Polícia Civil

132. No entender da Comissão, a Polícia Militar, responsável pelo policiamento das áreas externas, trajeto e pontos nevrálgicos, pode atuar dentro do estádio por demanda do clube mandante.

133. A avaliação da necessidade numérica de policiamento no interior do estádio pode ser sugerida pelo clube mandante nas reuniões de elaboração do Plano de Ação, cabendo a palavra final ao comando do policiamento responsável pelos estádios.

sugerida pelo clube mandante nas reuniões de elaboração do Plano de Ação, cabendo a palavra final ao comando do policiamento responsável pelos estádios.

134. A Comissão recomenda que a Polícia Militar use para o trabalho dentro dos estádios, bem como dentro do bolsão de segurança (raio de trezentos metros) um colete na cor limão (ver modelo no Projeto Piloto) para melhor visualização do seu efetivo e caracterização de polícia Paz no Esporte; recomenda também que os policiais civis em serviço no estádio estejam identificados com seus coletes tradicionais, evitando roupas “de combate” e a exibição desnecessária de armamento pesado.

135. É importante que esteja bastante clara a função de cada polícia em ação no estádio, conforme a legislação pertinente.

JECRIM

136. A recomendação da Comissão é de que em todos os jogos categoria A (ver Categorização das Partidas), de risco, funcione o Jecrim (Juizado Especial Criminal).

CBF e Federações

137. Padrões de segurança nos estádios, de responsabilidades de cada clube, podem ser recomendados pela CBF (que ultima trabalho neste sentido) e avaliados pela Comissão, de acordo com ditames determinados no Estatuto do Torcedor e nas legislações específicas para estes quesitos. Devem ser fixados nos regulamentos das competições oficiais e resoluções das federações (muitas federações já o fazem) e por elas fiscalizados. A propósito, recomendamos a utilização de serviço do tipo 0800 - além da internet, no funcionamento dos serviços de ouvidoria de clubes, federações e da CBF.

138. Por padrões de segurança, entendam-se os critérios para a atuação do corpo de segurança (Gerente de Segurança e Comissários de Estádio), a determinação de capacidade do estádio para cada tipo de jogo, a operação das bilheterias, catracas e acessos, os procedimentos da Sala de Controle (monitoramento por câmeras de circuito interno, serviços de som, controles de acesso e catracas), bem como o atendimento médico e a manutenção de Plano de Contingência (ver Minudências).

Termo de Ajuste de Conduta

139. A Comissão resgata sugestão do Seminário de 2003 para a elaboração de Termos de Ajustamento de Conduta, envolvendo os compromissos a serem assumidos por todas as partes, inclusive um específico para as Torcidas Organizadas quanto a identificação dos membros associados e a regularização destas, como entidades civis, junto a Federação Paulista de Futebol.

Inteligência

Aqui, o termo é utilizado no amplo sentido técnico e atual, significando a coleta, análise, interpretação e dinâmica de uso das informações.

140. Um tema complexo como a organização de eventos que podem mobilizar direta e indiretamente mais de uma centena de milhar de pessoas - com a agravante da movimentação de grandes grupos através de pontos nevrálgicos de uma grande cidade e, principalmente, tendo como combustível a paixão - seguramente necessita de uma boa estrutura de operações de inteligência.

141. As melhores práticas adotadas no mundo mostram que a integração e o compartilhamento da informação disponível são essenciais não só para a polícia na prevenção da violência e a manutenção da ordem, mas, sobretudo, para os organizadores, públicos e privados, do espetáculo, em última análise os responsáveis por que tudo corra bem.

compartilhamento da informação disponível são essenciais não só para a polícia na prevenção da violência e a manutenção da ordem, mas, sobretudo, para os organizadores, públicos e privados, do espetáculo, em última análise os responsáveis por que tudo corra bem.

142. Para a elaboração de bons planos de ação e/ou de contingência é fundamental o conhecimento e domínio do maior número de fatos previsíveis sobre o evento, bem como que as informações passadas memória do evento sejam organizadas de forma sistemática.

143. No caso específico da organização para a segurança e a boa operação do espetáculo esportivo, são várias as fontes de informação possível. A começar pelas factuais em relação a um jogo determinado, tais como, local, data e horário, tipo e importância do jogo, expectativa de público, médias históricas, históricos de violência e confrontos entre grupos uniformizados, antecedentes dos responsáveis por atos de violência, prisões e condenações, ordens de exclusão de torcedores violentos, histórico das operações de trânsito, rotas de deslocamento de grandes grupos, defesa civil, auxílio médico, bombeiros, histórico meteorológico etc.

144. A partir destas informações começa o trabalho de planejamento da operação. Do ponto de vista da polícia, por exemplo, significa planejar e calcular o efetivo previsto para o policiamento no estádio e no seu entorno e também as precauções com pontos de possíveis encontros de torcidas adversárias pelo caminho. Para a autoridade de trânsito, a missão é planejar as alterações e cuidados específicos em relação aos acessos, estacionamento, operações de embarque e desembarque, chegada e saída das delegações dos times e dos ônibus de Torcidas Organizadas. A área comercial precisa planejar a venda de ingressos e a operação das bilheterias e de outros pontos de venda. A mídia planeja a cobertura do evento. Enfim, informação é a base para o planejamento. Parece lógico, pois não? E daí? Você pode se perguntar?

Banco de Dados

145. Daí que a Comissão sugere que todo o conjunto de informações seja coletado e trabalhado em termos de banco de dados setoriais (por estado, competições e clubes), sistematizado para criar séries históricas, servindo para planejamento apurado não mais a partir de um jogo determinado, mas, a partir de competições específicas.

146. Todos os envolvidos, cada qual segundo sua responsabilidade, são responsáveis pela coleta e repasse da informação para o Banco de Dados, que, sugere a Comissão, esteja inserido no contexto da Rede Infoseg (sistema de integração de informações relacionadas à segurança pública, justiça e fiscalização, operado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública, do Ministério da Justiça). Assim, todas as informações relativas direta ou indiretamente à segurança relacionada com futebol, poderão estar consolidadas num único ponto de consulta. Consulta esta, hierarquizada por competência de acesso, conforme senhas autorizadas.

Setor de Inteligência do Futebol nas PMs

147. A Polícia Militar em alguns estados já desenvolveu seus bancos de dados e, no caso de São Paulo nossa proposta de Projeto Piloto servirá de base para o início dos trabalhos. No entanto, entendemos que embora seja muito importante o trabalho de campo para a construção do Banco de Dados, é fundamental o trabalho de retaguarda e para isso sugerimos que sejam criados em todos os estados os Setores de Inteligência do Futebol dentro de cada Polícia Militar. De certa forma, já existem os especialistas formados no policiamento de estádios, o que ajudará na especialização necessária tal a dimensão do desafio.

148. O trabalho destes setores será permanente para mapear focos de violência, planejar com antecedência - em relação a toda a competição - todos os passos do planejamento de segurança e da atuação nas Salas de Controle dos estádios.

Salas de Controle

149. Estas, previstas no Estatuto do Torcedor, são operadas de forma precária em comparação aos melhores exemplos internacionais, embora algumas estejam bem instaladas e tenham bons recursos. Uma Sala de Controle, sempre que possível, deve estar absolutamente à vista de todos e sua operação objeto da mais ampla divulgação pela imprensa. Os torcedores devem saber qual o objetivo da Sala de Controle, bem como entender o alcance de suas operações para dar segurança ao torcedor comum e desestimular o vândalo por saber que não poderá se esconder no anonimato.



Sala de controle de estádio inglês:
Sala de Controle do Tottenham FC
White Hart Lane Stadium, Londres

150. A Sala de Controle no entendimento da Comissão, é de responsabilidade do administrador do estádio e sua operação a cargo do Gerente de Segurança do clube mandante em co-responsabilidade com oficial designado e treinado pela Polícia Militar para este fim.

151. Desde a Sala de Controle deve ser possível observar e controlar todo o conjunto de catracas, os principais acessos, áreas externas de importância direta com as entradas principais, setores ocupados por torcidas organizadas, bem como pontos nevrálgicos das instalações elétricas e hidráulicas do estádio. No caso de estádios com poucos jogos de risco durante o ano pode ser utilizado o que batizamos de Unidade Móvel de Monitoramento. Veículo equipado com recursos de controle das imagens captadas e câmeras para instalação no estádio e nas cercanias do acesso.



Unidade Móvel de Monitoramento (Teste-Piloto)

152. Na Fase II dos trabalhos da Comissão (ver Grupos de Trabalho), elaboraremos sugestão detalhada de procedimentos padrão para as Salas de Controle.

Excelência

153. Recomendamos que os principais procedimentos adotados sigam plano de experiência piloto, com observadores convidados e prévio planejamento da disseminação das experiências de sucesso. Neste sentido, a Comissão proverá site dedicado ao projeto como um todo e a uma dinâmica sistematizada de acompanhamento, debates e avaliações de cada processo. Para tal, usaremos ferramentas apropriadas do tipo plataforma tecnológica para suporte educacional em ambiente virtual.

154. A análise das principais variáveis da realidade brasileira no futebol, a legislação em vigor, hábitos, infra-estrutura e costumes, cruzadas com as práticas e processos adotados nos países tidos como boa referência, contribuiu para as seguintes conclusões:

155. O problema da prevenção da violência e da segurança dos espetáculos esportivos, notadamente do futebol, é muito, muito complexo e de muitas variáveis; envolve diversos atores que precisam ter responsabilidades bem definidas;

156. É claramente uma agenda de Ordem e Segurança Pública, relacionada com um universo bastante particular como é o caso do futebol brasileiro;

157. A violência das torcidas organizadas, mais do que causa dos problemas de insegurança no futebol, é efeito dos problemas analisados neste trabalho;

158. É necessária vontade política para fazer as mudanças necessárias para garantir segurança e boa gestão de eventos, como o futebol, que podem mobilizar dezenas de milhares de pessoas, das mais variadas características sócio-econômicas e que têm hábitos sustentados por meio-século de uma cultura específica;

159. É preciso legislação própria para fazer frente às brutais transformações pelas quais passaram (ou deveriam ter passado) os grandes eventos esportivos do ponto de vista da infra-estatura, da dinâmica e da segurança;

160. É preciso ter procedimentos padrão para cada etapa ou área, estabelecimento das responsabilidades e os respectivos corpos de fiscalização;

161. É necessário o comprometimento obrigatório de todos os atores envolvidos para que seja possível levar a bom termo a operação de eventos de grande porte. Esta cooperação precisa vir de uma base com responsáveis por cada etapa ou área, um líder para fazer as devidas amarrações, um responsável por eventuais vetos em matérias relativas à segurança das pessoas;

162. Dentre os atores citados, destacam-se os seguintes: governo federal, estadual e municipal, judiciário e legislativo, polícias civil e militar, entidade federal de inteligência, ministério público, PROCON, mídia, confederações e federações estaduais, clubes e os próprios torcedores;

163. É dos clubes a responsabilidade pela segurança do espetáculo e conforto dos espectadores e para isto cada um deles deve tomar as providências de natureza operacional e administrativa dentro das melhores práticas sugeridas neste Relatório e/ou constantes do Estatuto do Torcedor;

164. É fundamental ter processos de inteligência e integração nas operações relacionadas à segurança e à prevenção da violência, bem como ao bom andamento das operações em geral. Entenda-se o termo inteligência como o conhecimento, processamento e manipulação estruturada das informações disponíveis;

165. É preciso que as polícias civil e militar tenham grupos especializados em segurança, processos de inteligência, prevenção e contenção da violência relacionada ao futebol (daí para os outros esportes de menor público será mais fácil à operação de transferência de conhecimento);

166. É importante que fique absolutamente claro o papel de cada uma das forças policiais nos assuntos relacionados à segurança em dias de jogo, no estádio, seu entorno, caminhos e pontos de embarque ou comemorações. A Comissão sugere que no estádio as forças policiais (polícias civil e militar) estejam sob comando único, a Polícia Militar, nos casos de invasão massiva do campo, tumulto generalizado ou necessidade de evacuação forçada.

167. Para a Comissão, cabe à Coordenação de Inteligência da Secretaria Nacional de Segurança Pública, a SENASP, do Ministério da Justiça o estabelecimento dos padrões conceituais e operacionais relativos aos processos de inteligência adotados em cada estado, de forma a permitir a integração das informações na Rede INFOSEG, com um Banco de Dados específico para o tema Segurança do Futebol;

168. É absolutamente primordial que haja a integração das informações de utilidade para os procedimentos de inteligência em cada estado da federação; para isso as polícias civil e militar devem buscar constituir um único banco de dados, que possa ser acessado por ambas as forças; as formas de acrescentar/atualizar informações devem ser sistematizadas; a sugestão da Comissão é que cada Secretaria de Segurança Pública de cada estado constitua uma unidade de Inteligência do Futebol em unidades da polícia militar, responsável pelo policiamento de estádios, trabalhando, estas unidades, em permanente sintonia com as autoridades da polícia civil e do judiciário;

169. É de suma importância que este serviço de Banco de Dados seja acessível ao Tribunal de Justiça, notadamente para que os juízes responsáveis pelos JECRIM em cada estádio possam receber, quando da instrução do caso ainda no estádio, todas as informações disponíveis no Banco de Dados sobre cada réu;

170. A Comissão propõe que todos os esforços sejam envidados para diminuir os confrontos físicos e choques entre polícia x torcedores. Vários dos procedimentos sugeridos podem contribuir para isto por minimizarem o que infelizmente se convencionou chamar de “Operações de Guerra”, os esquemas especiais de policiamento; importante registrar que, nestas recomendações, em nenhum momento está sugerido que a polícia militar ou civil necessariamente afrouxe seus procedimentos diante da necessidade de confronto com torcedores violentos e vândalos;

171. Entretanto, lembramos que a diminuição do clima de confronto faz todo sentido, pois os torcedores violentos, vândalos, responsáveis pelo clima de agressividade no estádio, serão nitidamente minoritários; se as polícias civil e militar também tiverem postura que simbolize agressividade, em vez de diminuí-la talvez a estejamos valorizando e com isto assustando as famílias que não querem que seus filhos façam parte de “cenários de guerra”;

172. É muito importante que sejam tomadas medidas, de natureza legal, para desestímulo até mesmo das menores formas de incitação à violência; isto contribuirá para a diminuição dos problemas em mais larga escala e nos casos menores permitirá ação mais efetiva da polícia, contribuindo para que não sejam necessárias posturas mais belicosas; quanto a polícia civil no estádio, a Comissão recomenda que evite a presença em roupas de ações de combate, do tipo toda preta com capuz e armamento pesado à mostra.

173. É muito importante que todo o trabalho da polícia seja o mais especializado possível; também é muito importante que sejam estabelecidos laços de conhecimento mútuo entre torcedores e a polícia de serviço no estádio, contribuindo para a diminuição do clima de enfrentamento; a propósito, a sugestão da Comissão é que os batalhões de policiamento de estádio, quando de serviço no evento futebol não sejam identificados como Batalhão de Choque, mas sim como Batalhão Paz no Esporte;

174. É sugestão da Comissão que os policiais militares de serviço nos estádios de futebol (dentro ou fora deles), usem colete verde limão para se destacar de forma muito clara na multidão, permitindo a clara identificação da presença da polícia;



Modelo
Colete para a Polícia Militar

Tolerância ZERO

Há 20 anos, James Wilson e George Kelling, dois sociólogos, publicaram um artigo na revista Atlantic Monthly com o título "Janelas Quebradas - A Polícia e a Segurança do Bairro".

Em essência, a melhor forma de combater crimes sérios é combatendo crimes menores. A janela é uma metáfora. Se uma janela aparece quebrada num prédio e ninguém faz nada, vão quebrar outras, depois as portas, até destruir o prédio.

A "teoria da janela quebrada", usada pelo prefeito de Nova York para recuperação social daquela cidade, diz que uma pessoa se sente desencorajada a atirar pedras na janela de uma casa que esteja bem pintada, conservada e com seu jardim florido e com grama aparada. Por outro lado, uma casa suja, com vidros quebrados, portões caídos e outras mazelas, imprime uma sensação de abandono e permissividade, produzindo efeito contrário.

O sucesso numa nova postura cultural em relação à preservação dos estádios de futebol pode ajudar na conscientização com relação a outras edificações

175. Para contribuir com a diminuição do clima belicoso que envolve o futebol, é hora de Tolerância Zero com qualquer tipo de violência e com qualquer tipo de provocação entre torcidas até mesmo através de xingamentos e/ou cânticos de morte e incitamento a violência; é comum que no intervalo das partidas, pequenos grupos de torcedores comecem a postar-se junto aos setores de divisão entre torcidas, começando pequenas provocações; o que começa com um trio ou quarteto de cada lado, logo evolui para números muito maiores; quanto mais cresce cada grupo mais cresce a intensidade da postura de violência e agressividade dos xingamentos, cânticos ou ameaças; um dos lados pode perder o jogo e o extravasamento tende a ser a agressão a quem ofendeu;

176. Nos jogos visitados pela Comissão, pudemos observar que a polícia militar mantém-se na divisória, impedindo a progressão física de um grupo sobre o outro, mas, permitindo as agressões verbais; a Comissão recomenda que não seja tolerado este tipo de comportamento ou qualquer outro desta natureza antes, durante ou depois do jogo, bem como durante o trajeto para o estádio, quando é comum que torcedores especialmente dentro de ônibus ocupados pelas Torcidas Organizadas, mas não só - provoquem pessoas nas ruas ou em carros;

177. O que se sabe que começa com pequenas ofensas quase sempre termina em agressões, às vezes de violência então incontrolável; para a Comissão é papel da polícia não permitir que provocações, de qualquer tipo, tenham seguimento, e cuidando para dominar as relações entre torcidas - e /ou torcedores individualmente - desde o nascedouro de quaisquer ações geradoras de atos violentos que possam resultar em agressões ou tumultos;

178. É fundamental o trabalho de planejamento prévio em todas as áreas relacionadas a uma partida de futebol, levando ao perfeito funcionamento de todos os esquemas necessários ao bom andamento de um grande evento; segundo o Estatuto do Torcedor, o clube mandante do evento é responsável pelo planejamento do evento (Plano de Ação), bem como pela divulgação deste para os outros envolvidos;

179. A sugestão da Comissão é para que em jogos determinados como de risco e médio risco, este planejamento (ver classificação dos jogos, a seguir), sempre de responsabilidade do clube mandante (presença obrigatória do responsável pela segurança e pela área comercial ou outra que responda pela venda de ingressos), seja feito em reunião que conte obrigatoriamente com a participação de representante da federação, da polícia militar, da polícia civil, da autoridade de trânsito, da autoridade local, dos bombeiros e da Defesa Civil e que seja realizada em no mínimo 72 horas antes da hora marcada para a realização da partida;

180. Para a Comissão, o representante da polícia militar tem a prerrogativa do veto a quaisquer das medidas relacionadas à segurança e a prevenção da violência;

181. É muito importante que os clubes estejam preparados para a gestão da segurança no seu estádio ou naquele no qual manda seus jogos, bem como que estejam preparados para tratar com seus pares de outros clubes, federação ou autoridades policiais, médicas, dos bombeiros ou de justiça;

182. Previsto no Estatuto de Torcedor, a Comissão recomenda expressamente que seja objeto de Resolução de cada federação, bem como da Confederação Brasileira de Futebol, responsável pelo Campeonato Brasileiro, em suas Séries A, B e C, que todo clube que dispute competições oficiais e em qualquer situação seja mandante de jogos, tenha em seu quadro de funcionários profissional qualificado como gestor de segurança;

183. É básico que o planejamento e esforço de segurança seja feito em cima de necessidades previstas; para isso a comissão sugere a adoção de classificação de jogos em relação ao potencial de risco, como segue:

Jogos A++ > ALTÍSSIMO RISCO

- Todo clássico com algum histórico de violência entre torcidas nos últimos três anos;
- Todo clássico cujo resultado implique em alguma forma de definição para ao menos um dos contendores;
- Jogo no qual o clube, no jargão do futebol, dito pequeno receba um grande e tenha algum histórico de violência entre as torcidas de ambos nos últimos três anos;

Jogo A+ > ALTO RISCO

- Todo e qualquer clássico ou com histórico de violência ou com peso de algum tipo de decisão;
- Jogo no qual um clube dito pequeno recebe um grande;

Jogo A > RISCO

- Todos os clássicos;
- Qualquer tipo de jogo com histórico de violência entre torcidas nos últimos três anos;
- Qualquer jogo assim considerado em função de alguma característica do estádio ou do dia na cidade (outras partidas nas proximidades);

Jogo B > MÉDIO-RISCO

- Clube dito pequeno recebe grande, em partida sem poder de definição e sem histórico de violência entre seus torcedores;
- Clube grande recebe pequeno em jogo de importância para alguma forma de decisão ou com histórico de violência entre suas torcidas nos últimos três anos;

Jogo C > SEM RISCO

184. A sugestão da Comissão é que esta classificação de jogos por tipo de risco seja feita ao início da temporada por cada federação (ou CBF mais cada federação estadual no caso do Brasileiro) de modo a permitir o planejamento antecipado das medidas de segurança e prevenção da violência;

185. A Comissão sugere ainda que o comando do batalhão da Polícia Militar responsável pelo policiamento de estádios tenha palavra final sobre esta classificação; notório está que a classificação é dinâmica, podendo mudar diante de novos fatos à luz da proximidade da partida;

186. É básico que nas partidas de risco algumas medidas complementares sejam adotadas como política de segurança, prevenção da violência e segurança do espectador;

187. A Comissão sugere que nestas partidas os seguintes procedimentos sejam adotados:

Jogos A++, A+ e A

XXXVIII. 100% dos guichês de bilheteria do estádio funcionando na véspera e no dia do jogo;

XXXIX. No dia do jogo as bilheteria devem fechar no mínimo três horas antes da hora marcada para o início da partida; ficando, a partir deste momento, vedada à entrada ou circulação de pessoas no Bolsão de Segurança se não tiverem ingresso ou autorização/credencial oficial;

XL. Na semana do jogo (sete dias contando o dia da partida), ao menos 10 postos de venda fora do estádio;

XLI. Ao menos um ponto de mictório ou vaso sanitário para cada 500 torcedores presumidos (com base na carga de ingressos), distribuídos adequadamente de modo que nenhum setor fique fora desta condição (se e quando necessário, usar banheiros químicos);

XLII. Todos os setores devem ter ao menos um ponto de venda de água, refrigerante e alimento;

XLIII. Funcionamento do JECRIM (todos os estádios com possibilidade de receber jogos categoria A devem ter instalações adequadas para o funcionamento do Jecrim). Estádios do Maracanã (Rio) e do Morumbi (São Paulo) servem de modelo para as instalações físicas; a Comissão, no entanto, fornecerá a orientação básica;

XLIV. Nestes jogos deve ser montada pela autoridade local, autoridade de trânsito e polícia militar o Bolsão de Segurança com no mínimo 300 metros de raio, dentro do qual não será permitida a instalação de qualquer tipo de comércio do tipo ambulante ou quaisquer barracas de natureza comercial; a área passa a ser área exclusiva para acesso e dispersão; deve ser aplicada política de identificação de veículos autorizados;

XLV. Limitação da venda de ingressos a seis para cada pessoa;

XLVI. Sem venda de ingressos para setores ocupados por Torcidas Organizadas na bilheteria do estádio a partir de 48 horas antes da hora marcada para o início do jogo;

XLVII. Preferencialmente só vender ingressos para estes setores através de mecanismo de venda nas sedes das maiores Organizadas (ver Projeto Piloto);

188. É fundamental que nos jogos determinados como de risco (Jogos tipo A++; A+ e A), os clubes mandantes tenham o que a Comissão chama de Comissários de Estádio, já previsto no Estatuto do Torcedor;

189. A recomendação da Comissão é que estes Comissários estejam presentes à razão de 1/250 espectadores, calculados sobre a carga de ingresso posta à venda nos jogos qualificados como A++, A+ ou A e no mínimo de 1/500 nos jogos classificados como B, ficando facultativa sua utilização nos jogos considerados sem risco (C);

190. No entender da Comissão, a contratação dos Comissários de Estádio é de responsabilidade do clube mandante e é dele a responsabilidade pelo seu pagamento; a Comissão sugere que este tipo de trabalho deve ser remunerado (dentro das características de cada cidade) e os comissários devem ser treinados por cada clube, cabendo a federação local a supervisão do treinamento; A Comissão prepara material apropriado com as principais sugestões para tal treinamento;

principais sugestões para tal treinamento;

191. Os Comissários devem usar coletes laranja (ver Projeto Piloto) com identificação do clube e um número que permita a identificação do Comissário e sua localização de trabalho no estádio em caso de necessidade; juntamente com o material de treinamento, a Comissão proverá os clubes com sugestão de divisão operacional, de comando e de comunicação dos Comissários com a cadeia de comando até o Gerente de Segurança e deste com a polícia;

192 a 194. Colete para Comissários de Estádio



195. A Comissão recomenda que a polícia militar não seja em nenhuma hipótese empregada em qualquer função relacionada ao controle de ingressos ou catracas, exceto em caso de tumulto, ação direta de falsários e/ou cambistas e na fiscalização dos procedimentos de identificação dos membros das Torcidas Organizadas;

196. É fundamental que os estádios possam cumprir determinados pré-requisitos para hospedar partidas de qualquer categoria de risco, isto é, jogos das categorias A;

197. O Estatuto do Torcedor prevê a exigência de certos requisitos para estádios com capacidade igual ou superior a 20 mil lugares; a Comissão sugere que este dispositivo seja alterado para que as exigências se dêem em função da categoria do jogo, isto é, um pequeno estádio para receber um jogo A precisa atender aos dispositivos do Estatuto do Torcedor, bem como os outros relacionados neste documento;

198. É necessário adequação do Estatuto do Torcedor a realidade atual dos estádios brasileiros no que diz respeito aos assentos numerados;

199. Provavelmente inspirado no já citado Relatório Taylor - que recomendou que os estádios tivessem 100% dos lugares sentados e marcados (em determinado prazo) na Premier League (Série A do campeonato inglês) e depois para as demais divisões - o Estatuto do Torcedor também exigiu os lugares devidamente numerados.

200. Entretanto, a leitura do documento do juiz Taylor permite conhecer exatamente o que pensava o magistrado sobre este tema e daí tirar determinadas lições. Ele faz distinção entre um lugar e uma cadeira. Claro, é mais fácil estimular alguém a sentar no seu próprio lugar (numerado) se este lugar for uma cadeira. Se for apenas um degrau de cimento com um número, a céu aberto e, portanto, em geral sujo, quando não molhado, isto simplesmente não vai funcionar.

201. O mais importante, enquanto não chegarmos ao completo encadeiramento dos nossos principais estádios, é criar as condições de segurança para acesso, permanência e saída destes setores;

202. A Comissão recomenda que nenhum Setor de nenhum estádio tenha capacidade superior a cinco mil espectadores (três mil em estádios com menos de vinte mil lugares ou de construção e operação muito antiga), e, em qualquer circunstância, todo e qualquer Setor deve ter acessos e saídas independentes, banheiros e pontos de comida e bebida;

203. É importante para as operações de segurança e conforto que as Torcidas Organizadas ocupem setores de destinação específica para elas (dentro das condições citadas no parágrafo anterior);

204. A sugestão da Comissão é que o acesso a estes setores se dê somente para torcedores cadastrados na federação de seu estado como membro de Torcida Organizada.

205. A falta desta identificação deve impedir o acesso ao setor da Organizada, mas não constitui impedimento para acesso a outros setores do estádio;

206. Fora dos setores reservados para as Organizadas, no entanto, não será permitida a entrada de torcedores vestindo ou portando qualquer indumentária, boné ou qualquer outra forma de identificação de Torcida Organizada;

207. A sugestão complementar da Comissão sobre este tema, é que seja feita venda direta de ingressos nas sedes das maiores Organizadas, de modo que a compra antecipada permita a prática do desconto; tal prática será objeto do Projeto Piloto em São Paulo.

208. É certo o ganho do clube no ambiente de segurança porque poderá aumentar a sua taxa de ocupação da capacidade instalada, vendendo ingressos que não vende hoje.

209. Segundo estudo publicado pelo Diário Lance e desenvolvido pela Casual Auditores, com dados de 2004, é de cerca de 730 mil o número de lugares disponíveis na Série A do campeonato brasileiro, que, a título de exemplo, ocupou apenas 19,8% da capacidade instalada.

210. A gradativa melhora das condições de conforto e segurança, se aliada a eficientes mecanismos de promoção e divulgação deve impulsionar significativamente as receitas de bilheteria, ajudando, além disso, na valorização do produto como um todo. Crescer para **módicos 50%** da ocupação **significa** injetar ao menos **80 milhões de reais** só **nas receitas diretas** de bilheteria do Campeonato Brasileiro.

Parte IV - Minudências

Capítulo 14 - Estádios

Em muitos países europeus guias detalhados sobre segurança nos estádios foram desenvolvidos; o mais detalhado e completo deles é, sem dúvida, o Guia Verde (Green Guide) da Inglaterra, do qual usamos aqui algumas referências, excertos, modelos e exemplos.

a) Boas referências de legislação no Brasil

211. Na cidade de São Paulo - onde concentramos as ações do Projeto Piloto - há legislação específica bastante interessante sobre segurança de estádios (Portaria SEHAB, no Anexo 4), que, combinada com o Estatuto do Torcedor (Anexo 5) e com as Normas Brasileiras da Associação Brasileira de Normas Técnicas ABNT (Anexo 6), será utilizada pela Comissão como boa referência para os Grupos de Trabalho da Fase II (ver Grupos de Trabalho). Existem também normas específicas sobre posto médico (fonte 2º. Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo).

b) Plano de contingência

212. Cada Plano de Contingência irá variar de acordo com o tipo de estádio, sua localização e a natureza dos eventos lá realizados. Entretanto, a prática em outros países tem demonstrado que há um conjunto de tópicos que pode ser considerado padrão.

213. As sugestões aqui contidas têm como objetivo caracterizar o que seja um Plano de Contingência, proporcionando orientações gerais que possam ser úteis. É necessário buscar o parecer de profissionais especialistas para tomar as medidas necessárias.

214. É preciso que a administração de cada clube identifique os perigos potenciais e avalie os riscos sobre os tipos de incidentes que possam causar transtornos à normalidade das operações, prejudicando a segurança do público presente. Pequenos problemas podem se tornar grandes incidentes se não tratados de maneira controlada e sistemática.

215. Planos de Contingência devem estabelecer uma resposta estruturada com orientações claras sobre as medidas a serem adotadas em circunstâncias específicas. O sucesso de qualquer plano dependerá de uma estrutura de comando objetiva e sob total controle da administração.

216. É preciso que todos os envolvidos na implementação do Plano de Contingência tenham completo entendimento dos seus papéis e estejam aptos a desempenhá-los. Para se alcançar a combinação necessária entre conhecimento e habilidades é preciso:

- XLVIII. - treinamento e avaliações periódicas;
- XLIX. - instrução para todo o pessoal relacionado com os procedimentos de segurança;
 - L. - elaboração e divulgação interna de manuais de segurança;
 - LI. - sinalização adequada para as áreas de segurança;
 - LII. - o primeiro passo é a realização da auditoria de segurança e avaliação de riscos para;
 - LIII. Identificar os perigos aos quais possam estar expostas as pessoas presentes no estádio e determinar;
 - os níveis de risco decorrentes destes perigos;
 - LIV. Avaliar se as práticas de segurança existentes são adequadas para eliminar o perigo ou minimizá-lo dentre níveis aceitáveis, conforme a legislação local;

- IV. Documentar de forma adequada as ações planejadas;
- LVI. Definir quem são os responsáveis por cada ação a ser tomada, bem como a quem dentro da cadeia de comando cabe a supervisão;
- LVII. Estabelecer todos os procedimentos de comunicação entre as equipes de segurança, bem como as formas e conteúdo das comunicações de emergência com o público;
- LVIII. Manutenção dos acessos completamente livres para o acesso dos veículos de emergência;
- LVIX. Mapear todo o estádio, identificando de maneira clara e padrão todos os equipamentos de segurança, bem como os postos dos serviços relacionados com a segurança do estádio e dos espectadores;
- LX. Elaborar relação de todos os telefones fixos e celulares, ou equipamentos de rádio de toda a equipe de segurança e de manutenção do estádio, assim como das forças de segurança, apoio, serviços médicos, bombeiros e defesa civil em serviço no dia de jogo;
- LXI. Elaborar relação de telefones fixos e celulares, ou equipamentos de rádio das empresas ou serviços de fornecimento de energia, água, catracas, som e circuito interno de TV;
- LXII. Uma cadeia de comando deve ser estabelecida e cada responsável deve ter cópia atualizada do Plano de Contingência;
- LXIII. Os comandos da polícia civil e militar, a autoridade local, serviços médicos, bombeiros e defesa civil devem ter cópias sempre atualizadas do Plano de Contingência;
- LXIV. Planos de contingência precisam ser periodicamente atualizados e os funcionários do estádio devem ser submetidos a treinamento regular quanto a sua aplicação;
- LXV. O Plano de Contingência deve ter procedimentos detalhados para as seguintes ocorrências (ordem alfabética):
 - LXVI. - ameaça de bomba ou explosão de bombas de fabricação caseira
 - LXVII. - atraso significativo no início da partida
 - LXVIII. - cancelamento da partida
 - LXIX. - danos estruturais ou alagamentos
 - LXX. - excesso de público em qualquer dos setores
 - LXXI. - falha grave no sistema de catracas
 - LXXII. - falha no placar eletrônico ou no sistema de som
 - LXXIII. - falha no sistema de rádio da equipe de segurança
 - LXXIV. - incêndio
 - LXXV. - ingressos falsificados em grande escala
 - LXXVI. - queda da energia elétrica
 - LXXVII. - tumultos dentro ou fora do estádio
- LXXVIII. É importante que plantas detalhadas do estádio estejam disponíveis e sejam de fácil interpretação para todos os envolvidos com as operações de segurança.

c) Comissários de Estádio

217. Um gerenciamento de segurança eficaz requer o emprego de Comissários de Estádio (previsto no Estatuto do Torcedor) para auxiliar na circulação e acomodação dos espectadores, na redução da possibilidade de incidentes e desordens, prevenir a superlotação de setores e outras áreas de circulação e tomar medidas imediatas nos casos de emergência;

218. No exercício destas funções, o Comissário deve estar sempre atento e assegurar o cuidado, conforto e bem estar de todos os espectadores;

219. As responsabilidades e tarefas dos Comissários de Estádio devem ser acordadas entre a gerência de segurança do clube e a Polícia Militar;

220. O Comissário de Estádio deve ser pessoa treinada para agir de acordo com as recomendações da área de segurança do clube, bem como do comando do policiamento do estádio;

221. Comissários de Estádio devem ser pessoas, homens ou mulheres, com bom preparo físico, não ter menos de dezoito anos nem mais de sessenta e ter temperamento adequado às funções;

222. A prática internacional tem demonstrado que o padrão e a qualidade que se pode esperar estão diretamente ligados à remuneração e ao nível geral de reconhecimento que recebem e o status que se lhes é atribuído.

223. A título de orientação, há pelo menos dez funções básicas para um Comissário de Estádio:

- LXXIX. - entender suas responsabilidades básicas em relação à segurança e bem estar de todos os espectadores
- LXXX. - realizar todas as revisões e conferências de segurança necessárias antes de cada evento
- LXXXI. - controlar e direcionar espectadores que estejam entrando ou saindo do estádio, e ajudar na busca de fluxos homogêneos de pessoas indo, saindo ou dentro das áreas de visibilidade do campo de jogo
- LXXXII. - auxiliar na segurança operacional do estádio como um todo, não se preocupando em assistir às partidas
- LXXXIII. - ocupar áreas de entradas, saídas e outros pontos estratégicos, conforme descrição de suas tarefas, colaborando para garantir maior segurança em passagens continuamente abertas
- LXXXIV. - reconhecer as condições da multidão de modo a garantir sua dispersão e prevenção de superlotação, particularmente em áreas sem encadeiramento
- LXXXV. - auxiliar todos os serviços de emergência, sempre que requisitados para tal
- LXXXVI. - fornecer os primeiros socorros básicos (serão treinados para isto)
- LXXXVII. - reagir às emergências tomando as atitudes necessárias e previstas no Plano de Contingência
- LXXXVIII. - assumir funções específicas quando em emergência conforme orientação da Gerência de Segurança ou da autoridade policial no comando da segurança no estádio

224. Comissários de Estádio são representantes da gerência de segurança do estádio e em certos momentos o único ponto de contato entre o público e a administração; é, portanto, recomendável que eles tenham um código de conduta com exigências básicas:

- LXXXIX. - educação e cordialidade
 - XC. - cuidados na apresentação pessoal
 - XCI. - não assistir aos jogos; devem se concentrar nas suas próprias funções
 - XCII. - não vestir as cores de qualquer dos times
 - XCIII. - não comemorar gols ou quaisquer outros lances
 - XCIV. - não beber álcool antes ou durante o evento
 - XCV. - não usar linguagem ofensiva ou chula

225. A coordenação dos Comissários de Estádio deve ser feita a partir da Sala de Controle, através de cadeia de comando apropriada;

226. Comissários devem ser facilmente identificáveis; devem usar coletes impermeáveis de cor laranja; os coletes devem ter numeração adequada à distribuição nas diversas áreas do estádio e à cadeia de comando; Comissários responsáveis pela entrada do público e orientação junto a bilheterias devem ter megafones para facilitar a comunicação com o público;

227. Os coletes devem trazer a identificação clara do posto: Gerente de Segurança, Chefe dos Comissários, Supervisor ou Comissário; devem também ter um número possibilitando a identificação de cada Comissário;

228. Se Comissários de Estádio do clube visitante acompanharem a equipe visitante, necessariamente devem participar da preleção antes da abertura dos portões; Comissários visitantes não contam como substitutos dos Comissários locais;

229. A preleção para os Comissários é componente obrigatório para o eficaz gerenciamento da segurança. Se o número de Comissários for maior do que cinquenta é recomendável que o grupo seja dividido e a preleção feita em grupos; Na preleção são feitas as recomendações específicas de cada evento; é recomendável que um oficial da Polícia Militar acompanhe as preleções;

230. É importante que ao final de cada jogo, os supervisores e o chefe de Comissários elaborem a súmula do evento, reportando todas as ocorrências; este documento será muito importante para a alimentação do Banco de Dados; cada Comissário deve preencher formulário próprio para o relato de incidentes por ele atendidos;

231. Todos os Comissários devem receber orientação por escrito, contendo no mínimo as seguintes informações:

- XCVI. - introdução ao estádio, leiaute e cada responsável pela administração de cada área
- XCVII. - responsabilidades do Comissário de Estádio
- XCVIII. - orientação sobre a comunicação por rádio
- XCIX. - funções antes, durante e depois de cada partida
 - C. - plano de contingência e procedimentos de emergência
 - CI. - conhecimento da estrutura da cadeia de comando num dia de jogo
 - CII. - prevenção e combate a incêndios
 - CIII. - planta completa do estádio, com destaques para as saídas
 - CIV. - posição dos pontos-chave de telefonia, alarmes contra incêndio e geradores de energia

232. Cada Comissário de Estádio deve ter um cartão do tipo check list com todas as suas tarefas e instruções especiais e/ou de emergência, bem como os números de telefone e/ou de rádio da estrutura de segurança do estádio e do policiamento de serviço; todo Comissário de Estádio deve estar treinado para os cuidados necessários para com crianças, idosos e pessoas necessitando de cuidados especiais;

d) Policiamento e Jecrim

233. No entendimento da Comissão um evento deve ter um comando único do ponto de vista da atuação policial. Pela especialização no policiamento de estádios, este papel pode ser exercido pela Polícia Militar. Ambas as forças de serviço devem trabalhar juntas como já acontece - notadamente nos jogos de risco (categoria A++, A+ e A), com funcionamento de Jecrim e, portanto, em processos necessariamente obrigatórios e, idealmente, coordenados das duas forças para o encaminhamento dos réus ao juiz.

234. O funcionamento do Jecrim implica uma série de medidas relativamente às instalações, equipamentos e profissionais envolvidos (polícia militar, polícia civil, perícia, laboratório móvel, escrivão promotoria e advocacia, estenotipista e, claro, o juiz);

235. Instalações adequadas são necessárias e os estádios do Maracanã e do Morumbi são boas referências;

e) Estrutura

236. As estruturas dos estádios devem estar de acordo com a legislação local, sendo capazes de suportar a carga para a qual foram projetadas, com boa margem de segurança;

237. A mudança de comportamento das torcidas, recomenda que novas avaliações sejam feitas com margens de segurança adequadas. Inspeções e avaliações devem ser feitas 24 horas antes das partidas;

238. Todas as estruturas devem estar livres de danos, corrosão ou deformação que possa criar perigo para o público. Portões de saída ou de corredores de acesso devem estar em perfeito funcionamento;

239. As rotas de entrada e saída devem estar desobstruídas, livres de quaisquer elementos que possam causar tropeços e sua superfície não pode ser escorregadia;

240. Catracas e sistemas de monitoramento de entrada devem funcionar adequadamente e ter sistemas alternativos para o caso de falha;

241. Não deve haver acumulação de lixo ou dejetos de alguma forma combustível; todas as áreas que sejam acessíveis ao público devem estar limpas;

242. Todo e qualquer material perigoso ou que possa ser usado em caso de violência entre torcedores deve ser retirado para lugar seguro e inacessível aos torcedores em qualquer circunstância;

243. As áreas proibidas ao público devem permanecer trancadas ou sob controle de Comissários de Estádio;

244. Placas de indicação, se em local sem iluminação natural, devem estar adequadamente iluminadas;

245. Equipamentos para cortar alambrados, em caso de emergência, devem estar em lugar acessível para o pessoal de segurança;

246. Durante a partida, não deve ser permitido qualquer acúmulo de lixo ou dejetos, especialmente se comprometerem rotas de circulação;

247. Depois das partidas, deve ser realizada inspeção para verificação da ocorrência de danos que possam causar perigo potencial aos espectadores, especialmente assentos soltos, grades soltas ou problemas em rampas e/ou escadas;

248. Todos os vãos ou outros espaços que possam ser usados para armazenamento de quaisquer materiais não autorizados devem ser lacrados de forma segura;

249. Bares e lanchonetes devem ter rotina de retirada de lixo, antes, durante e depois das partidas;

250. Estas instalações devem ter rigorosa inspeção quanto a suas instalações elétricas ou de gás de cozinha;

251. Banheiros e quaisquer outras instalações que tenham janela para a rua devem sofrer rigorosa e permanente inspeção para evitar que sejam utilizados para a introdução no estádio de qualquer material não permitido, fogos de artifício, sinalizadores ou armas;

252. Todas as instalações elétricas, hidráulicas ou de comunicação devem estar protegidas contra vandalismo, devendo mesmo ter vigilância sobre os pontos considerados nevrálgicos;

253. Todos os cabos de transmissão devem ser localizados de forma a serem inacessíveis ao público. Conduítes de pvc não são considerados seguros nestes casos;

254. A iluminação de todas as rotas de entrada e saída, especialmente corredores e escadarias devem estar adequadamente iluminadas;

255. A iluminação de corredores e escadarias deve ter proteção contra vandalismo. Lâmpadas queimadas devem ser trocadas regularmente para evitar aparência de abandono ou desleixo;

256. Em áreas determinadas, a iluminação precisa ser adequada ao funcionamento do circuito interno de TV (CITV);



Área de Alimentação - Kyocera Arena
Clube Atlético Paranaense

Loja de Material Esportivo "Arena Store"

257. Paredes devem estar limpas de pichações;

258. Geradores auxiliares para emergências devem ficar em lugar isolado do público. Devem ser testados no mínimo 24 horas antes da partida;

259. Luzes de emergência são necessárias em rotas de acesso e saída, especialmente em escadarias e rampas;

260. Elevadores de passageiros devem atender todas as especificações da legislação local quantos às normas de segurança e operação; alarmes de emergência dos elevadores devem ser audíveis na Sala de Controle;

261. A Gerência de Segurança deve manter planta detalhada do estádio, interna e externamente, bem como das ruas adjacentes que estejam relacionadas com as rotas de entrada e saída ou com a movimentação das bilheterias;

262. Veículos não devem ser estacionados de maneira que obstruam a entrada de espectadores ou outros veículos dos serviços de segurança ou emergência;

263. Cabos ou outras formas de conexão não podem ser colocados de forma que obstruam o movimento dos espectadores. Se necessário o cruzamento de áreas de trânsito devem ser enterrados;

f) Acesso, Circulação e Divisórias

264. Para a segurança dos espectadores é fundamental que vários procedimentos técnicos, completados por providências preventivas, sejam tomados em relação às rotas de entradas e saídas, circulação interna e as divisórias entre os setores, ou torcidas.

265. As rotas de circulação geral (incluindo entradas e saídas) também estão ligadas, além da segurança, ao conforto dos torcedores. Assim, alguns pontos são básicos:

- CV. - bom design do projeto
- CVI. - acessórios de segurança, tais como corrimãos
- CVII. - pisos antiderrapantes
- CVIII. - boa iluminação, especialmente em casos de emergência
- CIX. - sinalização clara, objetiva e padrão em relação aos estádios
- CX. - desobstrução (sem entulho ou lixo)
- CXI. - Comissários de Estádio para orientação e apoio



Área de Circulação
Kyocera Arena
Clube Atlético Paranaense

266. Para manter controle adequado da circulação e da acomodação dos espectadores a contagem na entrada é muito importante;

267. Isto possibilita monitorar a capacidade de vazão das entradas e a tomada de decisões especiais para aumentar ou diminuir o fluxo, bem como para reposicionar Comissários de Estádios;

268. A solução ideal é trabalhar com um software de controle por computador, desde a Sala de Controle, conectado com os sistemas de controle de entradas, mostrando na tela, on-line, a posição de cada setor. O sistema é bastante simples e de implantação relativamente fácil nos estádios que usam catracas eletrônicas;

269. A capacidade do fluxo de entrada é diretamente relevante no cálculo da capacidade total do estádio e pode ser operacionalmente trabalhada em melhorias como segue:

- CXII. - estudar o número de catracas por ponto de entrada
- CXIII. - adequar o direcionamento e a qualidade da sinalização
- CXIV. - divisão por categorias: adultos, famílias, idosos etc.
- CXV. - a qualificação dos operadores das catracas

270. Muitos estádios brasileiros já operam com boa divisão de categorias de ingressos, mas melhorias significativas podem ser feitas na qualificação dos operadores das catracas e na sinalização de entrada e, especialmente, daquelas depois das catracas, melhorando o fluxo pós-catracas;

271. Na Inglaterra, foi estabelecido um número ideal como referência para o acesso coerente com a dispersão dentro do estádio: 660 por hora;

272. Um correto dimensionamento do número de catracas a partir do entendimento do fluxo versus a capacidade do setor mais a presença de Comissários de Estádio, bem treinados, é muito importante para a boa gestão do fluxo de entrada e dispersão interna para acomodação, evitando formação de filas nas rampas ou escadarias de acesso;

273. Todas as entradas devem fazer parte das áreas sob monitoração da Sala de Controle, através do CITV;

274. Quiosques de venda de lanches e bebidas, bem como entradas para banheiros não devem ficar a pelo menos 50 metros das catracas de entrada para que as filas para seu uso não obstruam o fluxo de dispersão para acomodação;

275. Ampla divulgação deve ser feita sobre o que é proibido no estádio para evitar interrupção do fluxo de entrada. Cartazes nas bilheterias podem ajudar nesta divulgação. Em dia de grande público, orientação preliminar dos Comissários de Estádio antes das catracas também será importante;

276. Aglomeração de multidão: superlotação perigosa pode ocorrer se espectadores puderem forçar a entrada num estádio já lotado escalando cercas ou portões. Em locais potencialmente de risco é necessária a instalação de CITV para monitoramento desde a sala de Controle;

277. Linhas de visão: se refere à capacidade de um espectador ver um ponto focal pré-determinado - no campo - por cima da cabeça do espectador à sua frente. Quanto melhor a "linha de visão" mais os espectadores permanecerão sentados durante a partida. Garantir linhas adequadas é importante parte da oferta para garantir assentos seguros;

278. Várias coisas podem contribuir para diminuir ou prejudicar a boa "linha de visão", tais como:

- CXVI. - colunas
- CXVII. - paredes ou cercas divisórias entre setores
- CXVIII. - estruturas de sustentação de câmeras ou outros aparatos
- CXVIII. - cartazes de publicidade
- CXX. - faixas de torcidas colocadas em plano superior
- CXXI. - corredores de passagem
- CXXII. - fotógrafos de campo ou outros profissionais no gramado

279. Métodos de separação entre torcidas: se for necessário criar separação entre torcidas deve-se tomar cuidado para garantir que os métodos não restrinjam a visão de nenhum dos dois lados;

280. É recomendado que o método escolhido seja flexível;

281. Cada assento individual ou fileira deve ser identificado de forma clara, nítida e precisa para o conforto e benefício do espectador e do Comissário de Estádio. A identificação deve ser colocada de forma que seja difícil sua remoção. Ideal que haja certa padronização entre os estádios de uma mesma cidade, ou estado, quanto ao local de colocação destas informações. Isto pode ser recomendado pela federação de cada estado;

282. Quando se tratar de assentos dobráveis, recomenda-se colocar a identificação no encosto;

283. Limpeza: áreas com assentos limpos não são apenas mais seguras, mas também auxiliam na promoção do bom comportamento e a atitudes mais favoráveis dos espectadores para os quais estas qualidades são oferecidas;

284. Cada assento deve então ser limpo antes da entrada dos espectadores. Isto é particularmente importante em situações em que os assentos estão expostos ao tempo. Se houve chuva, é preciso secá-los para não estimular os espectadores das áreas molhadas a ficar de pé, tirando a “linha de visão” dos que estão atrás em áreas secas;

285. Nas áreas encadeiradas, também é natural que os torcedores fiquem em pé nos momentos mais importantes da partida. Comissários de Estádio devem estar treinados para lidar com os espectadores que insistam em permanecer em pé;

286. É essencial que os corredores fiquem livres, tanto os laterais como os radiais (aqueles para circulação dos espectadores através das fileiras das acomodações e fileiras de assentos), especialmente onde a passagem de pessoas obstrui a visão de espectadores sentados. Além do esforço de cada Comissário de Estádio, campanhas informativas devem ser feitas regularmente;

287. As escadas internas de acesso e saída das áreas de visão de jogo devem obrigatoriamente ficar desobstruídas. Em nenhuma hipótese deve ser permitida a presença de torcedores sentados ou em pé. Escadas desobstruídas é sinal claro de ordem no estádio e pode contribuir para o desestímulo a outros tipos de infrações;

288. Migração: a distância pode influenciar o comportamento dos espectadores durante momentos especiais do jogo. Por exemplo, torcedores podem avançar para baixo, correndo pelos próprios assentos (quando não encadeirados, especialmente) da arquibancada, como fazem “barra brava” na Argentina e “ultras” na Itália. Comportamento este, aliás, já imitado, a título de exemplo, por torcedores do Grêmio, que ficam atrás do gol no estádio Olímpico, em Porto Alegre;

289. Acomodações em pé: a realidade dos estádios brasileiros mostra que as torcidas organizadas assistem aos jogos em pé, e em constante movimento. Para que esta situação não atrapalhe aos outros torcedores, a Comissão recomenda que estas torcidas fiquem em setores exclusivos para torcidas organizadas;

290. Quiosques de bebidas e lanches e entradas de banheiros devem ser posicionados para que em caso de fila, não obstruam a livre circulação de pessoas;

291. Para isso, não devem ficar muito próximos de rampas ou escadarias ou outras entradas de acessos às acomodações e assentos;

292. Aparelhos de TV ou telões ou outros tipos de monitores ou painéis informativos que possam provocar aglomeração também não devem ser colocados próximos de áreas-chave para não criar potencial tensão entre espectadores circulantes, pessoas em fila ou assistindo alguma mensagem ou imagem;

293. Sinalizações devem ser colocadas lateral e transversalmente e a uma altura tal que possa permitir que todas as pessoas, vindas de quaisquer dos acessos ou passagens possam vê-las e optar rapidamente por quais direções seguir para alcançar o rumo desejado;

294. Saída: é importante que as pessoas entrem nas rotas de saída em volume compatível com os espaços disponíveis e os fluxos conhecidos. Esta operação deve ser controlada desde que começam a deixar as áreas de acomodação;

295. É importante que a primeira estrutura componente de uma rota de saída não seja mais larga do que a seguinte.

296. Uma vez iniciada a movimentação de saída, há que ser possível que este movimento seja contínuo. No caso de haver algum incidente que inutilize ou impeça a saída usual, rotas alternativas devem estar prontas e Comissários de Estádios preparados para auxiliar;

297. Estádios que possuam rotas de saída mais complexas devem ter placas com plantas claras e ilustrativas em cada ponto de junção;

298. Trinta minutos antes do término da partida, Comissários de Estádio devem revisar todas as rotas de saída, certificando-se de que não há obstrução e que as portas e portões estarão destrancados. Ambulantes não devem ser permitidos além das portas em rampas ou rotas de dispersão;

299. Todas as portas e portões devem sempre abrir de dentro para fora, permitindo o trânsito desobstruído em casos de emergência. Portões deslizantes não devem ser usados porque não podem ser abertos quando há pressão exercida na direção do fluxo de saída. Além disso, têm em sua estrutura mecânica elementos sujeitos a apresentar falhas de funcionamento;

300. Banheiros: ficam ao longo de corredores e merecem atenção especial porque muitos têm janelas ao nível da rua e pode haver introdução de material proibido por este meio;

g) Bilheterias, ingressos e cambismo

301. Dentre os muitos tópicos que podem ser melhorados, a venda de ingressos é um deles. A começar pelas bilheterias, quase sempre muito antigas, com pequenas janelinhas desconfortáveis para quem compra e para quem vende. Alguns clubes já fizeram melhoras neste sentido. Mas, foram poucos. O melhor exemplo que conheço é o Barradão, estádio do Vitória EC, da Bahia. Construiu bilheterias no padrão das bilheterias dos cinemas mais modernos. Vale a pena ver;



302. Quanto aos ingressos, independente do modelo adotado há melhorias que podem ser feitas na operação da venda. A começar por certa simplificação da velha e boa operação de troco. É fundamental que as bilheterias estejam preparadas para fazer troco, cuidando para providenciar com antecedência os recursos necessários para tal. Lembrando que fazer troco é tarefa de quem recebe e não de quem paga. Uma boa operação para troco facilita a operação, garantindo maior rapidez no atendimento e menos tensão na fila;

303. A propósito de filas, é fundamental sugestão da Comissão que nos jogos classificados como de risco, as bilheterias funcionem com sua capacidade total no dia do jogo (até três horas antes) e na véspera;

304. A comunicação tem papel importante na gestão de problemas quando do esgotamento de ingressos. Cartazes de boa visibilidade devem ser colocados rapidamente para informar o público;

305. Um serviço de som especial para informações junto às bilheterias também é importante. Comissários de Estádio devem estar a postos para ajudar na organização das filas durante os horários de pico de venda;

306. Ingressos: informações claras e legíveis (evitando-se letras muito pequenas) aceleram a operação nas catracas e, combinadas com boa qualidade da sinalização, permitem maior rapidez na mobilidade do espectador para a entrada;

307. Idealmente, devem reproduzir uma planta simples do estádio sempre na parte que ficar com o espectador, coerente com as informações sobre o lugar para o qual o ingresso foi comprado; Cores usadas no ingresso para identificação do lugar comprado devem necessariamente ser coerentes com a sinalização do estádio;

308. Estimular políticas promocionais visando concessão de descontos para quem comprar antecipadamente o ingresso, estimulando, pois, este tipo de cultura.

h) Monitoramento do público

309. A Sala de Controle é o ponto mais importante num projeto de segurança no estádio e monitoramento de público; Para jogos em estádios sem Salas de Controle, recomendamos o uso de Unidade Móvel de Monitoramento, com o uso de veículos e sistemas apropriados para o deslocamento e a instalação de câmeras; Onde houver Sala de Controle é fundamental que ela esteja em local visível e de grande fluxo e que sua existência e operação sejam amplamente divulgadas em todo o estádio e todo o tempo, através de sinalização e de avisos. Em Barretos, interior de São Paulo, no Parque do Peão, local da Festa do Peão do Boiadeiro e onde está situado o estádio onde são realizadas as competições, encontrei a melhor solução: a Sala de Controle está no meio do caminho entre a entrada do Parque e a entrada do estádio, via de passagem para a maior parte das pessoas e, portanto, totalmente à vista.

310. Independente do seu tamanho, a Sala de Controle deve estar equipada para ser o ponto central da rede de comunicação de segurança e monitoramento;

311. Idealmente, deve ter ampla visão de toda a parte interna do estádio; notadamente das áreas de acomodação de público;

312. Idealmente, deve ser visível de qualquer ponto do estádio e sua existência e competência amplamente divulgada para o público;

313. A Sala de Controle deve ter uma “tripulação” titular, treinada em conjunto para operar os equipamentos disponíveis, bem como para interagir com todo o corpo de segurança do clube e da polícia, bem como dos demais órgãos envolvidos também nas operações de emergência;

os equipamentos disponíveis, bem como para interagir com todo o corpo de segurança do clube e da polícia, bem como dos demais órgãos envolvidos também nas operações de emergência;

314. A Sala de Controle deve estar equipada de modo a permitir a operação de CITV (Circuito Interno de TV) com acesso a todas as áreas definidas como nevrálgicas para cada estádio;

315. A Sala de Controle deve estar equipada para acessar por meio rápido, seguro e contínuo de comunicação todos os pontos selecionados como chave e por ele ser acessada;



316. Todo o material gravado pelo CITV deve estar à disposição do policiamento para instrução de casos e/ou outras análises;

317. É muito importante que a Sala de Controle mantenha diário das operações de cada jogo, com o registro das ocorrências, bem como dos números de fluxo de acesso e saída para a formação de séries históricas, importante para a avaliação dos procedimentos adotados;

318. Comando: a responsabilidade da operação da Sala de Controle deve ser do Gerente de Segurança do clube mandante (ou em certos casos do Gerente de Segurança da administração do estádio), contando com a participação de um oficial de polícia designado pelo comandante do efetivo em operação no estádio;

319. Idealmente, é interessante que a “tripulação” da Sala de Controle seja sempre a mesma em cada estádio;

320. A Sala de Controle é um lugar de trabalho fechado por certo período de tempo e, portanto, certas medidas são importantes para garantir boas condições de operação:

- CXXIII. - acesso somente às pessoas autorizadas
- CXXIV. - em nenhuma hipótese usada para assistir ao jogo
- CXXV. - se possível, ter uma ante-sala para consultas, não atrapalhando as operações regulares
- CXXVI. - porta com a parte superior transparente, permitindo ao pessoal trabalhando dentro da sala verificar quem quer entrar
- CXXVII. - espaço adequado e estação de trabalho para os funcionários
- CXXVIII. - o funcionário responsável por avisos pelo sistema de som, porém, deve ter cabine separada
- CXXIX. - os vidros utilizados devem levar em conta os reflexos de sol ou da iluminação artificial

- CXXX. - a Sala de Controle deve ser protegida do excesso de barulho para que as comunicações entre seus funcionários sejam possíveis; sem, entretanto, perder o contato da realidade das manifestações das torcidas
 - CXXXI. - é mandatário o controle de iluminação, temperatura e ventilação sejam controlados; isto é importante na presença de equipamentos em local pequeno funcionando todo o tempo
 - CXXXII. - extintores de incêndio adequados e treinamento específico também é mandatário
 - CXXXIII. - é importante que a Sala de Controle tenha banheiro e copa próprios
 - CXXXIV. - aconselhável buscar orientação de especialistas para garantir a segurança na escolha do local de instalação dos equipamentos
321. Comunicações por rádio: ideal que haja uma estação base para as operações de rádio; o sistema de rádio deve ser complementar ao da polícia; fones de ouvidos e microfones devem ser considerados;
322. Comunicações por telefone: a Sala de Controle deve ter comunicação permanente com todos os pontos-chave do estádio. Desde estes pontos, telefones diretos devem ser instalados:
- CXXXIV. - sala do Gerente de Segurança
 - CXXXV. - sala dos comissários
 - CXXXVI. - salas das polícias civil e militar
 - CXXXVII. - sala do representante da federação
 - CXXXVIII. - Jecrim
 - CXXXIX. - cabine de operação do sistema de som
 - CXL. - vestiário dos árbitros
 - CXLI. - sala de controle de energia e iluminação
 - CXLII. - Posto médico e de primeiros socorros
323. Sistema de som: deve atender aos seguintes requisitos:
- CXLIII. - audibilidade, clareza e inteligibilidade
 - CXLIV. - zoneamento: deve ser capaz de veicular informações para áreas específicas do estádio em separado, se necessário, ou para todo o estádio
 - CXLV. - é importante que as mensagens de som desde a Sala de Controle sejam ouvidas, não sendo confundidas com outras mensagens
 - CXLVI. - para isso é recomendável que em operações especiais de jogos de altíssimo risco o sistema de som seja utilizado apenas para mensagens da Sala de Controle
324. Sinal pré-anúncio: em casos normais, é importante que todos os estádios tenham um sinal padrão de três toques;
325. Experiência internacional no quesito, recomenda que seja um sinal de três toques em dois tons (bing, bong, bing, por exemplo);
326. Enquanto o sinal de pré-anúncio é transmitido é essencial que o placar eletrônico advirta pedindo atenção para a mensagem;
327. Megafones: devem estar disponíveis para apoio em caso de falha do sistema de som; pessoas devem ser treinadas para seu uso e designados Comissários de Estádio para conferência de baterias e funcionamento;
328. Supervisores, Comissários, polícia, bombeiros, pessoal de ambulância e outras equipes de emergência devem ficar atentos a todos os anúncios antecedidos pelo pré-anúncio;

329. CITV: minucioso estudo de cada estádio deve ser feito para a escolha dos pontos-chave para a instalação das câmeras; a polícia militar deve ser ouvida;

330. As imagens devem ser claras e distintas para possibilitar a identificação de pessoas; o sistema deve permitir a gravação em VHS ou DVD de toda a cobertura do CITV; válido também para a Unidade Móvel de Monitoramento;

331. Deve estar assegurado o fornecimento de energia auxiliar para os casos de queda total de energia;

332. Dentro da Sala de Controle certas informações precisam ser exibidas de forma simples e clara:

- CXLVII. - plano do estádio e das proximidades imediatas
- CXLVIII. - plano mostrando o local dos pontos de alarme e equipamentos especiais de combate a incêndio ou primeiros socorros
- CXLIX. - pontos-chave das extensões telefônicas
 - CL. - localização base dos comissários
 - CLI. - localização básica do policiamento
 - CLII. - localização da(s) ambulância(s)
 - CLIII. - localização do posto médico
 - CLIV. - localização do Jecrim

i) Comunicações e Sinalização

333. Comunicações claras, eficientes e, sobretudo, confiáveis, é parte importante de qualquer esquema de segurança;

334. Parte vital do sistema de comunicação é a provisão de placas grandes, claras, legíveis, e posicionadas adequadamente;

335. As placas podem ser divididas em três os tipos, a saber:

- CLV. placas de segurança
 - proibição
 - advertência
 - obrigatórias
 - saídas de emergência ou atendimento médico
 - equipamento de combate ao fogo
- CLVI. placas informativas, comunicam informações relativas ao estádio, ao jogo ou a restrições específicas, por exemplo:
 - plantas do estádio
 - regulamentos indicando o que é proibido
 - placas direcionais
 - indicadoras de setores, fileiras e assentos
- CLVII. placas e cartazes comerciais: estas não podem em nenhuma hipótese conflitar em espaço, uso de cores ou tipologia semelhante ou ainda com a obstrução da visão das placas de segurança

336. As comunicações entre e a partir de membros da equipe de segurança devem ser claras, concisas e construtivas. Treinamento e capacitação devem garantir que não ocorra confusão no uso de termos específicos ou com o significado de instruções e /ou direções;

337. O único contato direto que a maior parte dos espectadores mantém com a administração do clube é através de Comissários ou outros funcionários. Por isso, é essencial que qualquer informação transmitida para eles seja clara e precisa;

338. Informações falsas ou confusas, grosseria ou falta de disposição para ajudar são exemplos de péssima comunicação e, portanto, constituem elo fraco na corrente de segurança;

j) Crianças, idosos e pessoas com necessidades especiais

339. A presença de crianças pequenas no meio de torcida em pé traz preocupações particulares porque, assim como adultos baixos ou pessoas idosas, elas podem não ter força e estatura ideal para lidar com o movimento da multidão. Também podem ficar vulneráveis se pressionadas contra divisórias, alambrados ou outros sistemas de separação;

340. É possível que crianças migrem para frente em arquibancadas com ou sem adultos para obter posição melhor para assistir ao jogo. Na frente, porém, crianças são mais vulneráveis à pressão máxima em caso de movimento dos torcedores às suas costas (em movimento no caso de gol ou outras situações especiais);

341. Os gestores de segurança de cada estádio devem reconhecer este perigo potencial e desenvolver estratégia e medidas para garantir a segurança das crianças e adultos vulneráveis nestas situações;

342. O ideal é criar espaços próprios para famílias (Torcedor-Família em São Paulo), apropriadamente gerenciados;

343. Pessoas com necessidades especiais: é da responsabilidade do estádio garantir que acomodações para estes espectadores sejam apropriadas e seguras;

344. O estádio deve ter espaço apropriado para o desembarque e embarque de cadeiras de rodas e, sempre que possível, uma entrada independente;

345. É recomendável que os gestores do estádio busquem aconselhamento especializado para o desenvolvimento destas acomodações, considerando as necessidades quanto a banheiros, guichês para a compra de ingressos, bebidas ou lanches; bem como para a sinalização considerando pessoas com limitações visuais;

341. Os gestores de segurança de cada estádio devem reconhecer este perigo potencial e desenvolver estratégia e medidas para garantir a segurança das crianças e adultos vulneráveis nestas situações;

342. O ideal é criar espaços próprios para famílias (Torcedor-Família em São Paulo), apropriadamente gerenciados;

343. Pessoas com necessidades especiais: é da responsabilidade do estádio garantir que acomodações para estes espectadores sejam apropriadas e seguras;

344. O estádio deve ter espaço apropriado para o desembarque e embarque de cadeiras de rodas e, sempre que possível, uma entrada independente;

345. É recomendável que os gestores do estádio busquem aconselhamento especializado para o desenvolvimento destas acomodações, considerando as necessidades quanto a banheiros, guichês para a compra de ingressos, bebidas ou lanches; bem como para a sinalização considerando pessoas com limitações visuais;

Parte V - Recomendações Complementares

Capítulo 15 - Torcidas Organizadas

346. Sobre torcidas organizadas muito se tem debatido. É o primeiro tema à baila quando se trata de buscar soluções para o problema entre torcedores do futebol e qualquer pessoa poderia dizer que a culpa é delas. Certo! E errado!

347. Certo porque estão inequivocamente ligadas à violência e basta acompanhar o noticiário ou, pior, basta ir a certos jogos para ser ter certeza;

348. Por que errado? Porque isto não aconteceu de uma hora para a outra nem tampouco por conta de decisão mal tomada. Foi um processo, no qual, como descrito neste Relatório, permitiu-se a decadência da infra-estrutura, o envelhecimento de práticas e processos, o descompasso da legislação e tudo mais que transformou o que antes garbosamente chamávamos de “praça de esportes” numa terra de ninguém. Uma terra sem lei;

349. A torcida organizada ocupou este espaço e na sequência ocupou o espaço da rua no embalo da impunidade. Às polícias militares coube a tarefa de conter a violência no enfrentamento dos acontecimentos. Perdemos a capacidade de definir e fazer cumprir as regras de convivência no estádio e no caminho dele. De certa forma, aconteceu o pior, pois parte dos torcedores ditos comuns, do quais se espera ajuda no combate à violência, acabaram incorporando parte do discurso e da ação violenta no estádio. A vitória da intolerância;

350. A conquista da Copa em 2002, o brilho de tantos craques do naipe dos Ronaldos e Robinhos, o sucesso dos que, como Kaká, não precisam posar de “maus” para conquistar respeito por toda parte; a aura de um capitão como Cafu que a todos encheu de orgulho no Japão... esta turma de Fenômenos talvez tenha despertado nas pessoas novamente o desejo de voltar ao estádio. Mas outro estádio. O do esporte com paz. Sem o terror do vandalismo. Sem a miséria do filho que não volta para casa;

351. As torcidas, todas elas, inclusive, e especialmente, as organizadas, são sim bem vindas quando nos remetemos àqueles que trazem a alegria do cantar ininterrupto às arquibancadas. Àqueles que, chova ou faça sol, ganhando ou perdendo, seguem seus clubes com paixão;

352. Porém, a mensagem da Comissão Paz no Esporte a estas torcidas é na verdade um convite para que voltem para o estádio; sim, voltem como torcedores que são; respeitando as regras de convivência entre iguais e entre contrários. Regras para tornar o estádio outra vez à casa da alegria do futebol brasileiro;

353. A comissão debateu o assunto, ouviu outros especialistas, acompanhou de perto alguns momentos dramáticos deste ano que passou. Tive a oportunidade de visitar os lugares onde o vandalismo de criminosos, travestidos de torcedores, deixou marcas que não serão esquecidas tão cedo, como nas horas de terror que criminosos, travestidos de torcedores, em São Paulo, impuseram a moradores, comerciantes e transeuntes da avenida Paulista e região na noite da final da Copa Libertadores, em 2005;

354. Na Câmara dos Deputados, estivemos alguns de nós, Comissão e colaboradores, para uma audiência pública sobre o trabalho da Comissão. Na ocasião, três representantes de três das maiores torcidas do Ceará nos cobraram pelo fato de não estarmos usando o nordeste para mostrar que é possível a convivência entre torcedores e torcidas diferentes. Dias depois, um deles, matou a tiros um torcedor do Botafogo numa escaramuça à saída do

Rio de Janeiro, depois de um jogo do campeonato brasileiro. Ao lado do que matou, mais um corpo para a macabra aritmética da violência de quem prega a paz. O que fazer então? Perguntamos a muita gente que a muito convive com este problema aparentemente insolúvel e o que mais ouvimos poderia ser resumido numa única frase: “é preciso acabar com as torcidas organizadas”;

355. Pode parecer simples, mas não é. Optamos, a Comissão, pelo caminho mais difícil, porém, mais amplo. Vamos às causas e não somente aos efeitos. E quando digo às causas nem me atrevo a mergulhar nas causas de natureza sociológicas, para cujas explicações há gente muito mais qualificada do que eu, mas, refiro-me às causas dentro do próprio futebol e de sua organização;

356. Às causas decorrentes da impunidade; esta, fruto do citado descompasso entre a lei e os usos e costumes. Às causas que têm origem na falta de condições culturais e práticas para a adoção de políticas de prevenção modernas e inteligentes aqui no sentido do uso das ferramentas - as mais variáveis dentre as disponíveis para tratamento da informação - num sentido bem específico para este universo um pouco diferente, o do futebol;

357. Às causas que nos levaram a imaginar que é normal uma pessoa urinar num copo e jogá-lo na cabeça de outrem mais à frente. Há até quem ache engraçado. Então que importância tem ofender alguém se, afinal, todos estão ofendendo. Que importância tem, afinal, dar uns safanões naquele camarada que insiste em pedir que o outro fique sentado porque atrapalha. Quem se importa que o camarada se recuse a ceder o lugar que não lhe pertence só porque chegou mais cedo. Por que não quebrar a pia do banheiro se o time perdeu e o árbitro estava, todos viram(?), desde o início mal intencionado. Nenhuma importância porque, afinal, nada vai acontecer. Futebol é assim mesmo;

358. O problema é que mudar não será fácil. Não basta “acabar” com a torcida uniformizada, ou organizada. Muito do que ela tem de ruim já contaminou o torcedor comum. O comportamento das pessoas no estádio de futebol é inimaginável em outro espaço de entretenimento. Durante os trabalhos da Comissão me reuni com as lideranças das maiores torcidas de São Paulo (Gaviões, Mancha Alvi-Verde, TUP, Independente, Torcida Jovem do Santos, Torcida Jovem da Ponte, Guerreiros da Tribo) e perguntei a eles se iam ao cinema. Diante da resposta afirmativa de todos, perguntei a um deles como se comportaria se chegasse com a sessão já em andamento e se, nesse caso, diante de um banheiro lotado, urinaria no corredor ou num cantinho escuro da sala. Ficaram espantados com minha pergunta. No cinema?

359. Então porque pode no futebol? Porque ficou a coisa de que no futebol pode tudo! Então que tal poder coisa boa? Esta exposição toda para chegar ao ponto chave; é preciso mudar vários comportamentos e vamos começar por todo mundo. Sim, vamos do menor para o maior ou vice-versa. Não temos tempo. O Brasil tem tudo para sediar a Copa de 2014 e nenhum de nós quer perder esta. Muito menos ser minimamente responsável por não recebê-la. Então, o que fazer?

360. Quanto às torcidas organizadas, muitas coisas. Algumas delas bacanas. Eles vão gostar. Já coloquei isto na reunião citada. Outras sugestões talvez não gostem em princípio. A Comissão está segura de que funciona e de que será bom para todo o futebol. Para elas, inclusive. Temos certeza;

361. Já vimos que organização no acesso e na saída do estádio é ponto chave e compra de ingresso bastante problemática em certos jogos;

362. Além disso, é preciso trabalho cooperado entre lideranças das torcidas organizadas

para melhor mapeamento de focos de possível violência, permitindo às autoridades melhor planejamento do evento como um todo; Reuniões ordinárias entre torcidas e representantes da Segurança Pública, do Ministério Público e do Procon devem ser realizadas e as deliberações registradas em atas.

363. Se as propostas da Comissão podem ser benéficas para os torcedores comuns e moradores das áreas, de alguma forma relacionada com o futebol, pode ser especial para ajudar as torcidas organizadas na recuperação se sua própria vocação.

364. Em resumo, eis as propostas:

- CLVIII. - setores especiais para torcidas organizadas
- CLVIX. - nestes setores, sem obrigação de assistir ao jogo sentado
- CLX. - venda de ingressos na sede das maiores torcidas
- CLXI. - descontos para os ingressos adquiridos antecipadamente
- CLXII. - **cadastramento** para ingressar nestes setores
- CLXIII. - cadastramento sob responsabilidade da federação local**
- CLXIV. - ingresso no setor de organizadas, exclusivo para cadastrados
- CLXV. - no setor de organizadas, permissão para faixas, bandeiras e instrumentos musicais (em quantidade definida pela polícia militar)
- CLXVI. - setores com pontos de venda de água, refrigerantes (cerveja onde permitido) e alimentação
- CLXVII. - Banheiros em quantidade adequada
- CLXVIII. - NÃO a símbolos ou cantos de morte ou de estímulo a violência
- CLXIX. - NÃO a fogos e/ou sinalizadores de fumaça
- CLXX. - NÃO a faixas que atrapalhem outros setores do estádio
- CLXXI. - NÃO às provocações agressivas e xingamentos entre as torcidas, em qualquer circunstância ou local, mormente diante das divisórias entre elas no estádio
- CLXXII. - trabalho cooperado com a polícia no mapeamento dos possíveis focos de violência
- CLXXIII. - formalização de compromissos em amplo Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado entre todas as partes
- CLXXIV. - apoio para a realização do Fórum de Torcidas Organizadas
- CLXXV. - Fórum Regional durante Piloto em São Paulo

Capítulo 16 - Grupos de Trabalho e Prazos

365. Para dar seguimento detalhado às propostas contidas no Relatório, a Comissão propõe a formação de pequenos Grupos de Trabalho para em quarenta e cinco dias termos propostas detalhadas para cada caso.

366. Para cada Grupo contaremos com a participação de representantes das áreas envolvidas, tais como CBF, Clube dos Treze, Clubes, Comissão Nacional de Estudos Jurídicos Esportivos, Legislativo etc.

Os Grupos de Trabalho propostos (ordem alfabética):

- CLXXVI. - Banco de Dados
- CLXXVII. - Fontes de Financiamento
- CLXXVIII. - Legislação
- CLXXIX. - Operações do Estádio
- CLXXX. - Projetos Pilotos
- CLXXXI. - Torcidas Organizadas

Parte VI - Projeto Piloto SP

Capítulo 17 - Conceito e Abrangência

Por que São Paulo?

367. Necessidade: a situação em São Paulo é mais crítica do que no resto do país; violência nas ruas, estações de metrô e outros pontos de embarque têm sido freqüentes. Emboscadas; vandalismo uma constante. Confrontos entre torcidas e com a polícia; invasões de campo. No ano passado, durante a noite da final da Copa Libertadores, grupos organizados vandalizaram a Paulista e adjacências, depredando o que estivesse pela frente e saqueando o comércio local. Um posto de gasolina na própria Paulista chegou a ter algumas de suas bombas arrancadas pela turba. O terror foi indescritível, os prejuízos incalculáveis; Ninguém foi preso, ninguém foi punido.

368. Nos últimos dez anos, vinte e duas mortes e centenas de feridos (apenas na Cidade de São Paulo). O público, assustado, tem medo de ir ao futebol e famílias muitas vezes já não permitem que seus filhos freqüentem os estádios.

Oportunidade: A sociedade espera uma atitude e ações do governo.

Participação e Compromisso da FPF

369. A Comissão tem um aliado importante: o presidente da Federação Paulista de Futebol e sua diretoria, que apóiam a realização de várias experiências pontuais, a título de Piloto, em partidas realizadas em São Paulo durante os Campeonatos Brasileiro e Paulista.

Capítulo 18 - Ações previstas e Responsabilidades

370. Para as ações Piloto em São Paulo (capital e interior) a Comissão propõe trabalhar com modelos em determinados tipos de jogos de estádios previamente escolhidos;

371. Para a Polícia Militar sugerimos o uso pela tropa em serviço no estádio de colete na cor verde limão (ver Modelo de Colete nos parágrafos 192 a 194), de modo a sua presença ficar diferenciada e com grande visibilidade;

372. Torcidas Organizadas: cadastramento dos associados das Torcidas pela FPF, com a emissão de **Cartão de Identificação do Torcedor - Cartão de Torcedor**. Este cartão terá informações sobre o torcedor gravadas em dispositivo apropriado para ser lido na entrada do Setor de Torcidas Organizadas e em outros dispositivos, sempre que necessário;



373. Em operação modelo testaremos os cartões para entrada no Setor Laranja do estádio do Morumbi, através de parceria da federação com o fornecedor de ingressos e operador das catracas do estádio do São Paulo FC; A mesma operação será realizada nos estádios do Pacaembu (jogos do SC Corinthians), Palestra Itália (SE Palmeiras), Vila Belmiro (Santos FC) e Moisés Lucarelli (AA Ponte Preta), em Campinas e em outros estádios que recebam jogos considerados de risco;

374. O tipo de cartão a ser utilizado, os equipamentos de gravação e leitura, bem como os softwares necessários já foram definidos e estão prontos para os testes; Numa segunda etapa os cartões poderão ser utilizados para carregamento de ingressos e/ou outras vantagens para o torcedor.

375. O cadastramento das torcidas organizadas, bem como a elaboração das séries históricas sobre os jogos **Categoria A** (de risco), a integração com as informações cadastradas pela Polícia Militar, são os primeiros passos para a construção de um Banco de Dados modelo dentro da mais avançada tecnologia da gestão da informação, permitindo o melhor planejamento possível para a prevenção da violência;

376. Sugerimos um **Grupo de Trabalho** especializado para desenhar o modelo desejado, bem como para tratar das ferramentas necessárias para a integração com a Rede Infoseg;

377. Ainda em continuidade ao estabelecimento de modelos-padrão, o Setor Laranja do Morumbi será operado como setor exclusivo das torcidas organizadas do São Paulo e setores a serem definidos serão implantados nos demais estádios citados;

378. Torcedores de Organizadas não cadastrados, ou sem o cartão de identificação, poderão comprar ingresso para outros setores do estádio, onde, porém, não poderão usar ou portar quaisquer peças relativas a qualquer torcida organizada;

379. Nos setores de Organizadas, haverá venda de água, refrigerantes e lanches, bem como será garantido banheiros para homens e para mulheres - em número adequado à presença de torcedores;

380. O fornecedor de ingressos e operador das catracas do Estádio do Morumbi já estuda a mecânica e os procedimentos para piloto de venda de ingressos dentro da Tricolor Independente, maior torcida organizada do São Paulo FC; tal ação poderá ser estimulada pela concessão de descontos para compra antecipada;

381. Adoção da categorização antecipada das partidas de acordo com o nível de risco, estabelecido por um conjunto de situações mais o histórico da própria partida quanto à presença de público, problemas operacionais, com ingressos, trânsito, violência etc. (ver 183.)

382. Para as partidas Categoria **A++**; **A+** e **A**, **Alto Risco**, **Médio Risco** e **Risco** respectivamente, as seguintes providências serão postas em prática:

CLXXXII. - Jecrim

CLXXXIII. - Plano de Ação conjunto elaborado 72 horas antes, com a participação, além da Gerência de Segurança do clube, pessoal de área comercial e administrativa, polícia militar, autoridade de trânsito, autoridade local, bombeiros e serviço Médico

- CLXXXIV. - Comissários de Estádio à razão de 1/350 nos setores comuns e 1/150 nos setores de organizadas; cálculo sobre o público presumido, conforme carga de ingressos
- CLXXXV. - bolsão de segurança com raio de 300 metros, dentro do qual não será permitido nenhum comércio de barracas ou ambulantes
- CLXXXVI. - revisão do mapeamento dos focos de potencial ocorrência de violência
- CLXXXVII. - esquemas especiais de policiamento preventivo com revista, nos terminais de ônibus e estações de trens e metrô
- CLXXXVIII. - esquemas especiais de revista em ônibus, desde os pontos dos caminhos para estádios
- CLXXXIX. - tolerância zero com provocações e xingamentos desde os caminhos e também dentro dos estádios
 - CXC. no dia de jogos, venda de ingressos nos estádios somente até três horas antes do início das partidas
 - CXCI. nos estádios, bilheteria operando com 100% da capacidade instalada nas quarenta e oito horas que antecedem as partidas e preparadas para fazer troca
 - CXCII. Nos jogos B devem operar com 70%. Mínimo de 30% nos jogos C
 - CXCIII. banheiros na razão de 1/500, calculados sobre o público presumido (carga de ingressos), distribuídos por todos os setores
 - CXCIV. nenhum setor sem venda de água, refrigerante e lanches
 - CXCV. todas as dependências em bom estado de limpeza; mínima manutenção durante o jogo
 - CXCVI. sistema de som funcionando em padrão de segurança (ver Comunicações)

383. Elaboração, em conjunto com a FPF de plano de treinamento para capacitação do RH envolvido com a operação “jogo de futebol”;

384. Procurar agências de propaganda dispostas a colaborar para desenvolver campanha para mostrar que a violência entre torcidas e o vandalismo pelas ruas nada tem a ver com o futebol. Ao contrário, prejudica, denigre a imagem do futebol e de todos os torcedores; no âmbito da campanha, em conjunto com a Secretária de Segurança Pública, implantar um disque-denúncia do futebol para que a própria população possa denunciar qualquer preparação de atos de violência, emboscadas ou vandalismo por parte de grupos organizados;

385. Propor para as secretarias de educação do município e do estado, elaboração de programa para começar na escola o trabalho de conscientização de crianças sobre o tema prevenção da violência, da convivência entre os contrários e da importância das torcidas para a beleza e segurança de todos nos espetáculos esportivos;

Disseminação da Excelência

386. Durante o processo Piloto em São Paulo, convidar responsáveis por áreas afins de outros estados da união para compartilhamento sistematizado e disseminação das experiências aplicadas, à maneira dos usos e costumes de cada praça e torcida.



Anexo 1



Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

Cria a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos - CONSEGUE

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, inciso VI, alínea "a", da Constituição, e

Considerando a necessidade de desenvolver instrumentos e implementar medidas que assegurem permanente melhoria e contribuam para o constante aperfeiçoamento das condições de segurança nos locais de prática desportiva;

Considerando que os espetáculos desportivos públicos no país, particularmente, nos estádios de futebol, revelam um quadro de insegurança e violência que freqüentemente ameaçam, intimidam e desrespeitam o torcedor;

Considerando que compete ao Ministério do Esporte supervisionar e coordenar as ações destinadas à implantação de políticas e medidas de fiscalização, com a finalidade de promover a modernização dos meios de organização e promoção dos espetáculos esportivos em geral em todo País;

Considerando, finalmente, a competência do Ministério da Justiça, por intermédio da Secretaria Nacional de Segurança Pública, para elaborar propostas de legislação e regulamentação em assuntos de segurança pública, referentes ao setor público e ao setor privado;

DECRETA:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Ministério do Esporte, a Comissão Nacional de Prevenção da Violência e Segurança nos Espetáculos Esportivos - CONSEGUE, com a finalidade de apoiar e acompanhar a implantação da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos.

Art. 2º Para o efeito do disposto no art. 1º, compete à CONSEGUE:

I - propor medidas capazes de reduzir os índices de acidentes, violência e criminalidade nos estádios e locais de práticas desportivas;

II - apoiar as iniciativas adotadas com base na Lei no 10.671, de 15 de maio de 2003, que dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor;

III - acompanhar a implantação de políticas públicas que visem à segurança dos torcedores, bem como à adequação e melhoria dos estádios;

IV - articular os diversos órgãos públicos e organizações da sociedade civil para a cooperação, a troca de experiências e o desenvolvimento regular das ações conjuntas necessárias à efetividade da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos;

V - identificar, sistematizar e apoiar a disseminação, em âmbito nacional, das melhores práticas verificadas na área esportiva, de caráter local ou estadual;

VI - elaborar e difundir diretrizes e orientações técnicas para o aperfeiçoamento das estratégias de ação pelos diversos agentes e nos vários setores envolvidos com o esporte;

VII - propor e opinar sobre normas e regulamentações para o funcionamento dos estádios e a realização de espetáculos esportivos em condições de conforto e segurança;

VIII - articular o apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento, a implementação e a avaliação de medidas de caráter estratégico ou prioritário, para a implantação da política nacional de prevenção da violência e segurança nos espetáculos esportivos, por meio de convênios e parcerias com os vários órgãos públicos e organizações da sociedade civil;

IX - acompanhar a implementação das políticas propostas e colaborar para o seu aperfeiçoamento em cada localidade ou estabelecimento esportivo; e

X - elaborar seu regimento interno.

Art. 3º A CONSEGUE será integrada pelos seguintes membros:

I - dois representantes do Ministério do Esporte;

II - dois representantes do Ministério da Justiça;

III - um representante do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC; e

IV - cinco representantes da sociedade civil organizada e autoridades de notória experiência no tema, escolhidos dentre pessoas reconhecidas por sua atuação na área de segurança nos estádios.

Art. 4º A CONSEGUE será presidida pelo Ministro de Estado do Esporte.

§ 1º O Presidente, em suas faltas ou impedimentos, será substituído pelo Vice-Presidente, indicado pelo Ministro de Estado da Justiça.

§ 2º O Presidente da CONSEGUE terá voto de qualidade.

Art. 5º O Ministro de Estado do Esporte e o Ministro de Estado da Justiça nomearão, para mandato de dois anos, os titulares e os suplentes da CONSEGUE, respeitada a composição de que trata o art. 3º.

§ 1º O Presidente da CONSEGUE poderá, sempre que necessário ou conveniente, convidar

autoridades ou representantes da sociedade civil organizada para participar de suas reuniões.

§ 2º A função dos membros da CONSEGUE é de relevante interesse público e não será remunerada.

§ 3º Eventuais despesas com diárias e passagens dos membros da CONSEGUE correrão à conta dos órgãos ou entidades que representam.

Art. 6º A CONSEGUE se reunirá ordinariamente a cada três meses, sempre no primeiro mês de cada trimestre e, extraordinariamente, por convocação do seu Presidente ou por requerimento da maioria dos seus membros.

Parágrafo único. Quando realizadas na Capital Federal, os Ministérios do Esporte e da Justiça darão apoio técnico e administrativo às reuniões da CONSEGUE.

Art. 7º A CONSEGUE aprovará, em sua segunda reunião ordinária, o seu Regimento Interno, observadas as disposições do presente Decreto.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 19 de janeiro de 2004; 183º da Independência e 116º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Márcio Thomaz Bastos

Agnelo Santos Queiroz Filho

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 20.1.2004

Anexo 2

OS MINISTROS DE ESTADO DO ESPORTE e DA JUSTIÇA, no uso das atribuições que lhes confere o artigo 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal e, tendo em vista os artigos 3º e 5º do Decreto nº 4.960, de 19 de janeiro de 2004, resolvem:

Art. 1º Designar para compor a Comissão Nacional de Prevenção da Violência nos Espetáculos Esportivos CONSEQUE, sob a presidência do Ministro de Estado do Esporte, os seguintes membros:

I Representantes do Ministério do Esporte:

Titulares:

Marco Aurelio Ravanelli Klein - Diretor de Programa da Secretaria Executiva

Francisco Xavier da Silva Guimarães - Consultor Jurídico

Suplentes:

João Carlos Toledo Cirello - Coordenador-Geral de Planejamento e Acompanhamento de Gestão

José Cácio Tavares da Silva - Assessor do Secretário nacional de Esporte de Alto Rendimento

II Representantes do Ministério da Justiça:

Titulares:

Cel Aurélio Ferreira Rodrigues - Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico em Segurança Pública, Programas e Projetos Especiais

José Hilário Nunes Medeiros - Coordenador-Geral de Ações de Integração de Segurança Pública

Suplentes:

Cel Miguel Libório Cavalcante Neto - Coordenador-Geral de Gestão, Acompanhamento e Avaliação Técnica do Plano Nacional de Segurança Pública

Dagoberto Albernaz Garcia - Chefe de Gabinete da Secretaria Nacional de Segurança Pública

III Representante do Conselho Nacional de Defesa Civil CONDEC:

Titular:

Paulo Roberto Feregueti Góes - Diretor do Departamento de Minimizações de Desastres da Secretaria Nacional de Defesa Civil

Suplente:

Juranil da Costa Zanina Filho - Assessor da Gerente da Secretaria Nacional de Defesa Civil

IV Representantes da sociedade civil organizada e autoridades de notória experiência no tema:

Francisco Horta - Presidente de Honra do Fluminense Futebol Clube do Rio de Janeiro

Ricardo Adriano Vasconcelos Dias - Presidente da Torcida Ativa de Minas Gerais (ONG)

Rodrigo Terra - Promotor do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Muniz Gonçalves Ferreira - Professor da Universidade Federal da Bahia UFBA

Tem. Cel. Marcos Cabral Marinho de Moura - Polícia Militar do Estado de SP

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Anexo 3

MODELO DA PLANILHA PARA VISITAS TÉCNICAS



COMISSÃO PAZ NO ESPORTE

Visitas às Praças Esportivas

Data **17 / 09 / 2005** Visitador **Marcos W. Vita Filho**

Estádio **Palestra Italia** Cidade **São Paulo** Fone _____
Administrador _____ E-mail _____

Jogo **Palmeiras X Cruzeiro**

Capacidade Total 32 mil Assentos (# %) _____

Cadeiras Cobertas **2.500** Cadeiras Descobertas **2.000**

Arquibancadas **27.500** Tamanho _____ (1 a 5) _____

Áreas de Acesso

Bilheterias (#) **39 (6 sócios)** (1 a 5) **1**

Portão Principal (1 a 5) **2** Outros Portões (#) _____ (1 a 5) **1**

Catracas (#) **43** Tipo **eletrônicas** (1 a 5) **3**

Pontos de Revista (#) **3** (1 a 5) **4**

(1 a 5) 1 péssimo 2 ruim 3 regular 4 bom 5 ótimo

(#) = quantidade

Perímetro Externo

Barracas com mesas (#) **17** Outros pontos-de-venda de álcool **sim**

Carro-lanchonete (#) **sim** Ambulantes (#) **sim** Outros (#) **sim**

Pavimentação (1 a 5) **5** Limpeza (1 a 5) **2** Higiene (1 a 5) **2**

Iluminação externa (1 a 5) **2** da Praça de Esporte (1 a 5) **2**

Sinalização (1 a 5) **5** Tamanho **5** Visibilidade (1 a 5) **4**

Área de Dispersão

(1 a 5) **2** Obs. **Muito apertado e estreito (ruas)**

Área Interna

Corredores Largura (1 a 5) **5** Iluminação (1 a 5) **4** Limpeza (1 a 5) **4**

Escadarias (1 a 5) **4** Largura (1 a 5) **3** Iluminação (1 a 5) **4**

Sinalização (1 a 5) **4** Tamanho (1 a 5) **3** Visibilidade (1 a 5) **4**

Estacionamento

Estacionamento da Praça Esportiva(#) **2 (1sócio/1diretoria)** Capacidade(#) **180**

Particulares (#) **sim** Capacidade estimada (#) _____

(1 a 5) 1 péssimo 2 ruim 3 regular 4 bom 5 ótimo
(#) = quantidade

Transporte

Metrô? **sim** (#) **1** Trem? **sim** Ônibus? **sim** (# de linhas) _____

Conveniência

Lojas? **Sim** (#) **1** Telefones Públicos? **Sim (nas ruas)** (#) _____

Outras? _____ Tipo _____ (#) _____

Alimentação

Cadeiras Cobertas (#) _____ Descobertas (#) _____

Arquibancadas (#) _____

Bebida Alcoólica? **Sim (fora do estádio)** Tipo **fermentados** Copo plástico? **sim**

Ambulantes? **sim** Tipo **pipoca, amendoim e bebida e balas**

Restaurante? **não** (#) _____ Instalações (1 a 5) **2**

Lanchonetes: 14

Banheiros

Cadeiras Cobertas (#) _____ Descobertas (#) _____ } **15 + 2 (3º andar)**

Arquibancadas (#) _____

Iluminação (1 a 5) **3** Limpeza (1 a 5) **1** Higiene (1 a 5) **1**

(1 a 5) 1 péssimo 2 ruim 3 regular 4 bom 5 ótimo
(#) = quantidade

Segurança

Monitores? _____ (#) Treinados? _____ Uniformizados? **sim** Câmeras TV? **sim**

Brigada Incêndio? _____ (#) _____ Ambulância? **sim** (#) _____

Ambulatório? **sim** Médicos? **sim** (#) _____ Desfibrilador? **sim** (#) _____

Obs. _____

(1 a 5) 1 péssimo 2 ruim 3 regular 4 bom 5 ótimo
(#) = quantidade

Outros comentários

Anexo 4

PORTARIA Nº 659/SEHAB G/95

O Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

CONSIDERANDO a precariedade das estruturas dos estádios de futebol da cidade de São Paulo, constatada em vistorias realizadas por SEHAB/ CONTRU;

CONSIDERANDO os sinistros ocorridos nos últimos tempos nos estádios de futebol, de vários países;

CONSIDERANDO que laudos técnicos de estrutura, elaborados por escritórios técnicos de notória especialização, constatarem situações de risco iminente para os espectadores desses estádios e,

CONSIDERANDO que acidentes foram evitados pela pronta atuação da Prefeitura do Município de São Paulo, nesses locais; e

CONSIDERANDO as disposições da Lei nº 9433, de 1º de abril de 1982,

RESOLVE

I - Os estádios de futebol, existentes no Município de São Paulo, deverão ser adaptados para atender as exigências desta Portaria.

II - As dependências dos estádios de futebol e ginásios esportivos, destinadas ao público, deverão ser organizadas por setores.

1 - Os setores que trata este inciso deverão ter lotação máxima de 10.000 (dez mil) pessoas e atender as seguintes determinações:

a) serem identificados por cores, possuírem acessos independentes e corredores internos que permitam o livre trânsito de pessoas.

b) disponham de instalações sanitárias privativas, na quantidade mínima de uma bacia e um mictório para cada 500 (quinhentas) pessoas, distribuídas por sexo.

III - Os setores deverão dispor de assentos fixos, individualizados e numerados com dimensão mínima de 0,50m de largura por 0,35m de profundidade.

IV - Deverão ser destinados assentos para acomodação de deficientes físicos, na proporção de 1% (um por cento) da lotação total do estádio.

1 - O acesso aos assentos de que trata o "caput" deste inciso deverá ser adequado à utilização por parte do deficiente físico.

V - Os estádios deverão ser dotados de sistema de monitoramento automatizado do comportamento de suas estruturas, especialmente durante a realização de grandes espetáculo públicos.

1 - São considerados grandes espetáculos públicos aqueles em que seja atingida lotação igual ou superior a 70% (setenta por cento) da capacidade do estádio.

2 - O Sistema de Monitoramento a que se refere este artigo poderá ser permanente ou contratado quando da realização desses espetáculo públicos.

3 - Por ocasião da renovação da Licença de Funcionamento do estádio, deverão ser apresentados à Prefeitura os relatórios técnicos de monitoramento.

VI - Para garantir a segurança dos espectadores, os setores deverão ser dotados de equipamento que permita a imediata detecção de situações de emergência ou capazes de gerar pânico, de forma a propiciar a adoção de medidas para rápido escoamento do público.

1 - Em cada setor deverá ser mantida brigada com treinamento para atuação em situações de emergência.

2 - As rotas de fuga deverão ser identificadas através de sinalização adequada.

VII - Os estádios deverão ser dotados, ainda, de Posto de Atendimento Médico para prestação de primeiros socorros, equipado para remoção, nos casos em que esta for necessária.

1 - Deverão, também, possuir "Plano de Emergência" para remoção de acidentados, em caso de ocorrências de maior gravidade.

VIII - Os interessados deverão protocolar na Secretaria da Habitação e Desenvolvimento Urbano - SEHAB, no Departamento de Controle de Uso de Imóveis - CONTRU, projeto de adaptação do estádio às exigências da FIFA, acompanhado de cronograma físico de execução de obras, no prazo de 90 (noventa) dias a contar da publicação desta Portaria.

1 - A falta de conclusão das etapas estabelecidas no cronograma apresentado, no prazo estabelecido, acarretará a interdição parcial ou total do estádio de futebol e a aplicação das penalidades previstas na Lei 9433, de 01 de abril de 1982.

IX - Todos os estádios de que trata o inciso I deverão estar adaptados às exigências desta Portaria até 31 de dezembro de 1996.

X - A não execução das obras, conforme o previsto no cronograma físico apresentado acarretará a exigência da diminuição gradativa da lotação máxima de estádio.

XI - Os estádios e ginásios esportivos deverão adotar, para a venda de ingressos e acesso do público, dispositivo em "chicana", de modo a condicionar a formação de fila única, visando impedir a aglomeração de pessoas.

XII - A venda dos ingressos nos estádios e ginásios esportivos deverá ser feita antecipadamente e encerrada até 30 (trinta) minutos antes do horário previsto para o seu início, apenas no caso de grandes Espetáculos Públicos, conforme estabelecido no item V.1 desta Portaria.

XIII - O não atendimento às disposições desta Portaria e às demais exigências da legislação de segurança vigente implicarão na aplicação das penalidades previstas em lei.

XIV - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 575/SEHAB G/95.

LAIR ALBERTO SOARES KRAHENBUHL
Secretário da Habitação e Desenvolvimento Urbano

Anexo 5

LEI 10.671 DE 15 MAIO DE 2003 ESTATUTO DE DEFESA DO TORCEDOR

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Estatuto estabelece normas de proteção e defesa do torcedor.

Art. 2º Torcedor é toda pessoa que aprecie, apóie ou se associe a qualquer entidade de prática desportiva do País e acompanhe a prática de determinada modalidade esportiva.

Parágrafo único. Salvo prova em contrário, presumem-se a apreciação, o apoio ou o acompanhamento de que trata o caput deste artigo.

Art. 3º Para todos os efeitos legais, equiparam-se a fornecedor, nos termos da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, a entidade responsável pela organização da competição, bem como a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo.

Art. 4º (VETADO)

CAPÍTULO II DA TRANSPARÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO

Art. 5º São asseguradas ao torcedor à publicidade e transparência na organização das competições administradas pelas entidades de administração do desporto, bem como pelas ligas de que trata o art. 20 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998.

Parágrafo único. As entidades de que trata o caput farão publicar na internet, em sítio dedicado exclusivamente à competição, bem como afixar ostensivamente em local visível, em caracteres facilmente legíveis, do lado externo de todas as entradas do local onde se realiza o evento esportivo:

I - a íntegra do regulamento da competição;

II - as tabelas da competição, contendo as partidas que serão realizadas, com especificação de sua data, local e horário;

III - o nome e as formas de contato do Ouvidor da Competição de que trata o art. 6º;

IV - os borderôs completos das partidas;

V - a escalação dos árbitros imediatamente após sua definição; e

VI - a relação dos nomes dos torcedores impedidos de comparecer ao local do evento desportivo.

Art. 6º A entidade responsável pela organização da competição, previamente ao seu início, designará o Ouvidor da Competição, fornecendo-lhe os meios de comunicação necessários ao amplo acesso dos torcedores.

§ 1º São deveres do Ouvidor da Competição recolher as sugestões, propostas e reclamações que receber dos torcedores, examiná-las e propor à respectiva entidade medidas necessárias ao aperfeiçoamento da competição e ao benefício do torcedor.

§ 2o É assegurado ao torcedor:

I - o amplo acesso ao Ouvidor da Competição, mediante comunicação postal ou mensagem eletrônica; e

II - o direito de receber do Ouvidor da Competição as respostas às sugestões, propostas e reclamações, que encaminhou, no prazo de trinta dias.

§ 3o Na hipótese de que trata o inciso II do § 2o, o Ouvidor da Competição utilizará, prioritariamente, o mesmo meio de comunicação utilizado pelo torcedor para o encaminhamento de sua mensagem.

§ 4o O sítio da internet em que forem publicadas as informações de que trata o parágrafo único do art. 5o conterá, também, as manifestações e propostas do Ouvidor da Competição.

§ 5o A função de Ouvidor da Competição poderá ser remunerada pelas entidades de prática desportiva participantes da competição.

Art. 7o É direito do torcedor a divulgação, durante a realização da partida, da renda obtida pelo pagamento de ingressos e do número de espectadores pagantes e não-pagantes, por intermédio dos serviços de som e imagem instalados no estádio em que se realiza a partida, pela entidade responsável pela organização da competição.

Art. 8o As competições de atletas profissionais de que participem entidades integrantes da organização desportiva do País deverão ser promovidas de acordo com calendário anual de eventos oficiais que:

I - garanta às entidades de prática desportiva participação em competições durante pelo menos dez meses do ano;

II - adote, em pelo menos uma competição de âmbito nacional, sistema de disputa em que as equipes participantes conheçam, previamente ao seu início, a quantidade de partidas que disputarão, bem como seus adversários.

CAPÍTULO III

DO REGULAMENTO DA COMPETIÇÃO

Art. 9o É direito do torcedor que o regulamento, as tabelas da competição e o nome do Ouvidor da Competição sejam divulgados até sessenta dias antes de seu início, na forma do parágrafo único do art. 5o.

§ 1o Nos dez dias subseqüentes à divulgação de que trata o caput, qualquer interessado poderá manifestar-se sobre o regulamento diretamente ao Ouvidor da Competição.

§ 2o O Ouvidor da Competição elaborará, em setenta e duas horas, relatório contendo as principais propostas e sugestões encaminhadas.

§ 3o Após o exame do relatório, a entidade responsável pela organização da competição decidirá, em quarenta e oito horas, motivadamente, sobre a conveniência da aceitação das propostas e sugestões relatadas.

§ 4o O regulamento definitivo da competição será divulgado, na forma do parágrafo único do art. 5o, quarenta e cinco dias antes de seu início.

§ 5o É vedado proceder a alterações no regulamento da competição desde sua divulgação definitiva, salvo nas hipóteses de:

I - apresentação de novo calendário anual de eventos oficiais para o ano subseqüente,

desde que aprovado pelo Conselho Nacional do Esporte CNE;

II - após dois anos de vigência do mesmo regulamento, observado o procedimento de que trata este artigo.

§ 6º A competição que vier a substituir outra, segundo o novo calendário anual de eventos oficiais apresentado para o ano subsequente, deverá ter âmbito territorial diverso da competição a ser substituída.

Art. 10. É direito do torcedor que a participação das entidades de prática desportiva em competições organizadas pelas entidades de que trata o art. 5º seja exclusivamente em virtude de critério técnico previamente definido.

§ 1º Para os fins do disposto neste artigo, considera-se critério técnico a habilitação de entidade de prática desportiva em razão de colocação obtida em competição anterior.

§ 2º Fica vedada à adoção de qualquer outro critério, especialmente o convite, observado o disposto no art. 89 da Lei nº 9.615, de 24 de março de 1998.

§ 3º Em campeonatos ou torneios regulares com mais de uma divisão, será observado o princípio do acesso e do descenso.

§ 4º Serão desconsideradas as partidas disputadas pela entidade de prática desportiva que não tenham atendido ao critério técnico previamente definido, inclusive para efeito de pontuação na competição.

Art. 11. É direito do torcedor que o árbitro e seus auxiliares entreguem, em até quatro horas contadas do término da partida, a súmula e os relatórios da partida ao representante da entidade responsável pela organização da competição.

§ 1º Em casos excepcionais, de grave tumulto ou necessidade de laudo médico, os relatórios da partida poderão ser complementados em até vinte e quatro horas após o seu término.

§ 2º A súmula e os relatórios da partida serão elaborados em três vias, de igual teor e forma, devidamente assinadas pelo árbitro, auxiliares e pelo representante da entidade responsável pela organização da competição.

§ 3º A primeira via será acondicionada em envelope lacrado e ficará na posse de representante da entidade responsável pela organização da competição, que a encaminhará ao setor competente da respectiva entidade até as treze horas do primeiro dia útil subsequente.

§ 4º O lacre de que trata o § 3º será assinado pelo árbitro e seus auxiliares.

§ 5º A segunda via ficará na posse do árbitro da partida, servindo-lhe como recibo.

§ 6º A terceira via ficará na posse do representante da entidade responsável pela organização da competição, que a encaminhará ao Ouvidor da Competição até as treze horas do primeiro dia útil subsequente, para imediata divulgação.

Art. 12. A entidade responsável pela organização da competição dará publicidade à súmula e aos relatórios da partida no sítio de que trata o parágrafo único do art. 5º até as quatorze horas do primeiro dia útil subsequente ao da realização da partida.

CAPÍTULO IV

DA SEGURANÇA DO TORCEDOR PARTICIPE DO EVENTO ESPORTIVO

Art. 13. O torcedor tem direito a segurança nos locais onde são realizados os eventos esportivos antes, durante e após a realização das partidas.

Parágrafo único. Será assegurada acessibilidade ao torcedor portador de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 14. Sem prejuízo do disposto nos arts. 12 a 14 da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990, a responsabilidade pela segurança do torcedor em evento esportivo é da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo e de seus dirigentes, que deverão:

I - solicitar ao Poder Público competente a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios e demais locais de realização de eventos esportivos;

II - informar imediatamente após a decisão acerca da realização da partida, dentre outros, aos órgãos públicos de segurança, transporte e higiene, os dados necessários à segurança da partida, especialmente:

- a) o local;
- b) o horário de abertura do estádio;
- c) a capacidade de público do estádio; e
- d) a expectativa de público;

III - colocar à disposição do torcedor orientadores e serviço de atendimento para que aquele encaminhe suas reclamações no momento da partida, em local:

- a) amplamente divulgado e de fácil acesso; e
- b) situado no estádio.

§ 1º É dever da entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solucionar imediatamente, sempre que possível, as reclamações dirigidas ao serviço de atendimento referido no inciso III, bem como reportá-las ao Ouvidor da Competição e, nos casos relacionados à violação de direitos e interesses de consumidores, aos órgãos de defesa e proteção do consumidor.

§ 2º Perderá o mando de campo por, no mínimo, dois meses, sem prejuízo das sanções cabíveis, a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo que não observar o disposto no caput deste artigo.

Art. 15. O detentor do mando de jogo será uma das entidades de prática desportiva envolvidas na partida, de acordo com os critérios definidos no regulamento da competição.

Art. 16. É dever da entidade responsável pela organização da competição:

I - confirmar, com até quarenta e oito horas de antecedência, o horário e o local da realização das partidas em que a definição das equipes dependa de resultado anterior;

II - contratar seguro de acidentes pessoais, tendo como beneficiário o torcedor portador de ingresso, válido a partir do momento em que ingressar no estádio;

III - disponibilizar um médico e dois enfermeiros-padrão para cada dez mil torcedores presentes à partida;

IV - disponibilizar uma ambulância para cada dez mil torcedores presentes à partida; e

V - comunicar previamente à autoridade de saúde a realização do evento.

Art. 17. É direito do torcedor a implementação de planos de ação referentes a segurança, transporte e contingências que possam ocorrer durante a realização de eventos esportivos.

§ 1º Os planos de ação de que trata o caput:

- I - serão elaborados pela entidade responsável pela organização da competição, com a participação das entidades de prática desportiva que a disputarão; e
- II - deverão ser apresentados previamente aos órgãos responsáveis pela segurança pública das localidades em que se realizarão as partidas da competição.

§ 2º Planos de ação especiais poderão ser apresentados em relação a eventos esportivos com excepcional expectativa de público.

§ 3º Os planos de ação serão divulgados no sítio dedicado à competição de que trata o parágrafo único do art. 5º no mesmo prazo de publicação do regulamento definitivo da competição.

Art. 18. Os estádios com capacidade superior a vinte mil pessoas deverão manter central técnica de informações, com infra-estrutura suficiente para viabilizar o monitoramento por imagem do público presente.

Art. 19. As entidades responsáveis pela organização da competição, bem como seus dirigentes respondem solidariamente com as entidades de que trata o art. 15 e seus dirigentes, independentemente da existência de culpa, pelos prejuízos causados a torcedor que decorram de falhas de segurança nos estádios ou da inobservância do disposto neste capítulo.

CAPÍTULO V DOS INGRESSOS

Art. 20. É direito do torcedor partícipe que os ingressos para as partidas integrantes de competições profissionais sejam colocados à venda até setenta e duas horas antes do início da partida correspondente.

§ 1º O prazo referido no caput será de quarenta e oito horas nas partidas em que:

- I - as equipes sejam definidas a partir de jogos eliminatórios; e
- II - a realização não seja possível prever com antecedência de quatro dias.

§ 2º A venda deverá ser realizada por sistema que assegure a sua agilidade e amplo acesso à informação.

§ 3º É assegurado ao torcedor partícipe o fornecimento de comprovante de pagamento, logo após a aquisição dos ingressos.

§ 4º Não será exigida, em qualquer hipótese, a devolução do comprovante de que trata o § 3º.

§ 5º Nas partidas que compõem as competições de âmbito nacional ou regional de primeira e segunda divisão, a venda de ingressos será realizada em, pelo menos, cinco postos de venda localizados em distritos diferentes da cidade.

Art. 21. A entidade detentora do mando de jogo implementará, na organização da emissão e venda de ingressos, sistema de segurança contra falsificações, fraudes e outras práticas que contribuam para a evasão da receita decorrente do evento esportivo.

Art. 22. São direitos do torcedor partícipe:

- I - que todos os ingressos emitidos sejam numerados; e
- II - ocupar o local correspondente ao número constante do ingresso.

§ 1º O disposto no inciso II não se aplica aos locais já existentes para assistência em pé, nas competições que o permitirem, limitando-se, nesses locais, o número de pessoas, de acordo com critérios de saúde, segurança e bem-estar.

§ 2º missão de ingressos e o acesso ao estádio na primeira divisão da principal competição nacional e nas partidas finais das competições eliminatórias de âmbito nacional deverão ser realizados por meio de sistema eletrônico que viabilize a fiscalização e o controle da quantidade de público e do movimento financeiro da partida.

§ 3º O disposto no § 2º não se aplica aos eventos esportivos realizados em estádios com capacidade inferior a vinte mil pessoas.

Art. 23. A entidade responsável pela organização da competição apresentará ao Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, previamente à sua realização, os laudos técnicos expedidos pelos órgãos e autoridades competentes pela vistoria das condições de segurança dos estádios a serem utilizados na competição.

§ 1º Os laudos atestarão a real capacidade de público dos estádios, bem como suas condições de segurança.

§ 2º Perderá o mando de jogo por, no mínimo, seis meses, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo em que:

I - tenha sido colocado à venda número de ingressos maior do que a capacidade de público do estádio; ou

II - tenham entrado pessoas em número maior do que a capacidade de público do estádio.

Art. 24. É direito do torcedor partícipe que conste no ingresso o preço pago por ele.

§ 1º Os valores estampados nos ingressos destinados a um mesmo setor do estádio não poderão ser diferentes entre si, nem daqueles divulgados antes da partida pela entidade detentora do mando de jogo.

§ 2º O disposto no § 1º não se aplica aos casos de venda antecipada de carnê para um conjunto de, no mínimo, três partidas de uma mesma equipe, bem como na venda de ingresso com redução de preço decorrente de previsão legal.

Art. 25. O controle e a fiscalização do acesso do público ao estádio com capacidade para mais de vinte mil pessoas deverá contar com meio de monitoramento por imagem das catracas, sem prejuízo do disposto no art. 18 desta Lei.

CAPÍTULO VI DO TRANSPORTE

Art. 26. Em relação ao transporte de torcedores para eventos esportivos, fica assegurado ao torcedor partícipe:

I - o acesso a transporte seguro e organizado;

II - a ampla divulgação das providências tomadas em relação ao acesso ao local da partida, seja em transporte público ou privado; e

III - a organização das imediações do estádio em que será disputada a partida, bem como suas entradas e saídas, de modo a viabilizar, sempre que possível, o acesso seguro e rápido ao evento, na entrada, e aos meios de transporte, na saída.

Art. 27. A entidade responsável pela organização da competição e a entidade de prática desportiva detentora do mando de jogo solicitarão formalmente, direto ou mediante convênio, ao Poder Público competente:

- I - serviços de estacionamento para uso por torcedores partícipes durante a realização de eventos esportivos, assegurando a estes acesso a serviço organizado de transporte para o estádio, ainda que oneroso; e

- II - meio de transporte, ainda que oneroso, para condução de idosos, crianças e pessoas portadoras de deficiência física aos estádios, partindo de locais de fácil acesso, previamente determinados.

- Parágrafo único. O cumprimento do disposto neste artigo fica dispensado na hipótese de evento esportivo realizado em estádio com capacidade inferior a vinte mil pessoas.

•CAPÍTULO VII

•DA ALIMENTAÇÃO E DA HIGIENE

- Art. 28. O torcedor partícipe tem direito à higiene e à qualidade das instalações físicas dos estádios e dos produtos alimentícios vendidos no local.

- § 1º O Poder Público, por meio de seus órgãos de vigilância sanitária, verificará o cumprimento do disposto neste artigo, na forma da legislação em vigor.

- § 2º É vedado impor preços excessivos ou aumentar sem justa causa os preços dos produtos alimentícios comercializados no local de realização do evento esportivo.

- Art. 29. É direito do torcedor partícipe que os estádios possuam sanitários em número compatível com sua capacidade de público, em plenas condições de limpeza e funcionamento.

- Parágrafo único. Os laudos de que trata o art. 23 deverão aferir o número de sanitários em condições de uso e emitir parecer sobre a sua compatibilidade com a capacidade de público do estádio.

•CAPÍTULO VIII

•DA RELAÇÃO COM A ARBITRAGEM ESPORTIVA

- Art. 30. É direito do torcedor que a arbitragem das competições desportivas seja independente, imparcial, previamente remunerada e isenta de pressões.

- Parágrafo único. A remuneração do árbitro e de seus auxiliares será de responsabilidade da entidade de administração do desporto ou da liga organizadora do evento esportivo.

- Art. 31. A entidade detentora do mando do jogo e seus dirigentes deverão convocar os agentes públicos de segurança visando à garantia da integridade física do árbitro e de seus auxiliares.

- Art. 32. É direito do torcedor que os árbitros de cada partida sejam escolhidos mediante sorteio, dentre aqueles previamente selecionados.

- § 1º O sorteio será realizado no mínimo quarenta e oito horas antes de cada rodada, em local e data previamente definidos.

- § 2º O sorteio será aberto ao público, garantida sua ampla divulgação.

•CAPÍTULO IX

•DA RELAÇÃO COM A ENTIDADE DE PRÁTICA DESPORTIVA

- Art. 33. Sem prejuízo do disposto nesta Lei, cada entidade de prática desportiva fará o, obrigatoriamente:

publicar documento que contemple as diretrizes básicas de seu relacionamento com os torcedores, disciplinando, obrigatoriamente:

- I - o acesso ao estádio e aos locais de venda dos ingressos;
- II - mecanismos de transparência financeira da entidade, inclusive com disposições relativas à realização de auditorias independentes, observado o disposto no art. 46-A da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998; e
- III - a comunicação entre o torcedor e a entidade de prática desportiva.

Parágrafo único. A comunicação entre o torcedor e a entidade de prática desportiva de que trata o inciso III do caput poderá, dentre outras medidas, ocorrer mediante:

- I - a instalação de uma ouvidoria estável;
- II - a constituição de um órgão consultivo formado por torcedores não-sócios; ou
- III - reconhecimento da figura do sócio-torcedor, com direitos mais restritos que os dos demais sócios.

CAPÍTULO X DA RELAÇÃO COM A JUSTIÇA DESPORTIVA

Art. 34. É direito do torcedor que os órgãos da Justiça Desportiva, no exercício de suas funções, observem os princípios da impessoalidade, da moralidade, da celeridade, da publicidade e da independência.

Art. 35. As decisões proferidas pelos órgãos da Justiça Desportiva devem ser, em qualquer hipótese, motivadas e ter a mesma publicidade que as decisões dos tribunais federais.

§ 1º Não correm em segredo de justiça os processos em curso perante a Justiça Desportiva.

§ 2º As decisões de que trata o caput serão disponibilizadas no sítio de que trata o parágrafo único do art. 5º.

Art. 36. São nulas as decisões proferidas que não observarem o disposto nos arts. 34 e 35.

CAPÍTULO XI DAS PENALIDADES

Art. 37. Sem prejuízo das demais sanções cabíveis, a entidade de administração do esporte, a liga ou a entidade de prática desportiva que violar ou de qualquer forma concorrer para a violação do disposto nesta Lei, observado o devido processo legal, incidirá nas seguintes sanções:

- I - destituição de seus dirigentes, na hipótese de violação das regras de que tratam os Capítulos II, IV e V desta Lei;
- II - suspensão por seis meses dos seus dirigentes, por violação dos dispositivos desta Lei não referidos no inciso I;
- III - impedimento de gozar de qualquer benefício fiscal em âmbito federal; e
- IV - suspensão por seis meses dos repasses de recursos públicos federais da administração direta e indireta, sem prejuízo do disposto no art. 18 da Lei no 9.615, de 24 de março de 1998.

§ 1º Os dirigentes de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão sempre:

- I - o presidente da entidade, ou aquele que lhe faça às vezes; e
- II - o dirigente que praticou a infração, ainda que por omissão.

§ 2º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, no âmbito de suas competências, multas em razão do descumprimento do disposto nesta Lei.

§ 3o A instauração do processo apura tório acarretará adoção cautelar do afastamento compulsório dos dirigentes e demais pessoas que, de forma direta ou indiretamente, puderem interferir prejudicialmente na completa elucidação dos fatos, além da suspensão dos repasses de verbas públicas, até a decisão final.

Art. 38. (VETADO)

Art. 39. O torcedor que promover tumulto, praticar ou incitar a violência, ou invadir local restrito aos competidores ficará impedido de comparecer às proximidades, bem como a qualquer local em que se realize evento esportivo, pelo prazo de três meses a um ano, de acordo com a gravidade da conduta, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

§ 1o Incurrerá nas mesmas penas o torcedor que promover tumulto, praticar ou incitar a violência num raio de cinco mil metros ao redor do local de realização do evento esportivo.

§ 2o A verificação do mau torcedor deverá ser feita pela sua conduta no evento esportivo ou por Boletins de Ocorrências Policiais lavrados.

§ 3o A pena se dará por sentença dos juizados especiais criminais e deverá ser provocada pelo Ministério Público, pela polícia judiciária, por qualquer autoridade, pelo mando do evento esportivo ou por qualquer torcedor partícipe, mediante representação.

Art. 40. A defesa dos interesses e direitos dos torcedores em juízo observará, no que couber, a mesma disciplina da defesa dos consumidores em juízo de que trata o Título III da Lei no 8.078, de 11 de setembro de 1990.

Art. 41. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios promoverão a defesa do torcedor, e, com a finalidade de fiscalizar o cumprimento do disposto nesta Lei, poderão:

I - constituir órgão especializado de defesa do torcedor; ou

II - atribuir a promoção e defesa do torcedor aos órgãos de defesa do consumidor.

CAPÍTULO XII

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 42. O Conselho Nacional de Esportes - CNE promoverá, no prazo de seis meses, contado da publicação desta Lei, a adequação do Código de Justiça Desportiva ao disposto na Lei no 9.615, de 24 de março de 1998, nesta Lei e em seus respectivos regulamentos.

Art. 43. Esta Lei aplica-se apenas ao desporto profissional.

Art. 44. O disposto no parágrafo único do art. 13, e nos arts. 18, 22, 25 e 33 entrarão em vigor após seis meses da publicação desta Lei.

Art. 45. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 15 de maio de 2003; 182o da Independência e 115o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Agnelo Santos Queiroz Filho
Álvaro Augusto Ribeiro Costa

Este texto não substitui o publicado no D.O.U. de 16.5.2003

Anexo 6

NORMAS BRASILEIRAS DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - ABNT

As normas que estabelecem a obrigatoriedade do posto de atendimento médico são: a Res SS-169 de 19Jun96 (DOE 20Jun96), Res CFM (Conselho Federal de Medicina) -1451/95; e Res CREMERJ-100/96, e as orientações da Organização Mundial de Saúde e do Estatuto do Torcedor

Conforme orientação da OMS, é aconselhável ter 1 (hum) médico para cada 5.000 pessoas e 2 (dois) enfermeiros para cada médico, podendo ser variável conforme o tipo de público e Espetáculo.

- I. São materiais obrigatórios de um Posto Médico;
- II. Ambulância equipada para transporte e atendimento de socorro;
- III. Local de registro médico e arquivo;
- IV. Sanitários;
- V. Local de esterilização de materiais (instrumental);
- VI. Material de Limpeza (faxina);
- VII. Água corrente encanada (pia e bancada);
- VIII. Piso lavável e resistente a detergentes (carpete não);
- IX. Instrumental cirúrgico;
- X. Aspirador de secreções;
- XI. Fonte de oxigênio;
- XII. Mesa de atendimento (maca);
- XIII. Material de ausculta cardíaca;
- XIV. Material de pressão arterial;
- XV. Material de coleta de resíduos;
- XVI. Caixa básica de enfermagem;
- XVII. Material para traqueotomia e dissecação de veias;
- XVIII. Anestesia local;
- XIX. Material de sutura.

Antes de iniciado o Espetáculo Público, se possível, deve-se anunciar em alto-falantes ou em telões as rotas de saída e a localização dos extintores. Em São Paulo, nos teatros, cinemas, casas de shows e praças de Espetáculo Públicos, o CONTRU, obriga tal procedimento através da Lei Municipal 34571/94.

A sinalização do local de Espetáculo Público constitui fator fundamental do controle da multidão na medida em que reduz significativamente a circulação desnecessária de contingente humano, prevenindo eventuais confrontações de facções antagônicas, lotação desordenada de setores específicos e pânico., são reguladas pelas NBR 9077/93; NBR 13434/95 e NBR 13435/95.

A sinalização externa tem por escopo orientar o público com relação ao setor pertinente ao ingresso adquirido e sobre a infra-estrutura de serviços colocados à sua disposição.

Já a sinalização interna visa orientar os deslocamentos na área interna, distribuindo racionalmente a ocupação dos espaços e a utilização dos serviços internos.

A sinalização indicativa visa orientar o público em situações de normalidade, deve ser simplificada, sintetizando a maior gama de informações úteis no menor volume de texto.

A sinalização emergencial visa orientar o público em situações de pânico, deve ser visível em qualquer circunstância, com utilização de sinais convencionais capazes de estimular respostas imediatas dirigidas às vias de fuga ou aos postos de socorro.

Os portões devem ser do tipo articulado para fora, visto o número de pessoas na área interna da praça de espetáculo públicos, e se for de outra forma poderá obstruir a vazão do público e

necessitem ficar fechados devem ser equipados com barras antipânico de acionamento por ação mecânica de um toque humano, conforme normas de saídas emergências da ABNT NBR 9077/93. Estudos da ONU consideram como tempo satisfatório - para total evacuação do público da praça de esportes - a faixa compreendida entre 13 e 17 minutos (média de 15") na Inglaterra, são 8 minutos - posto que em tempo superior, existe risco de tragédia de grandes proporções. A largura dos portões para evacuações de emergência e tráfego normal de pessoas na entrada e saída do local corresponde ao cálculo das relações de metragem, público, e tempo de evacuação. Considerando um tempo de esvaziamento do local em 15 minutos e para isso ser possível a medida mínima para as saídas seria de 1,5 cm por pessoa presente.

Normas Brasileiras NBR da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT Normas da ABNT

ABNT NBR9077 Saídas de emergência em edificações.

1 - Objetivo

- Esta norma fixa as condições exigíveis que as edificações devem ter para que sua população possa abandoná-la em caso de incêndio, protegida em sua integridade física.
- Permitir fácil acesso para ajuda externa.
- As saídas comuns devem ser projetadas para servirem também como saídas de emergência.

2 - Amplitude

- Define a nomenclatura de cada item que compõe a edificação.
- Define o tamanho adequado de cada componente em função do tipo de edificação e volume da população.
- Exemplifica, detalha e ilustra com gravuras, como devem ser piso, rampas, portas, janelas, escadas etc.
- Dispõem também sobre o que é obrigatório e o que aconselhável.

ABNT NBR13434-1 Sinalização de segurança contra incêndio e pânico Princípios de projeto

1 - Objetivo

- Esta norma fixa os requisitos exigíveis na instalação do sistema de sinalização de segurança contra incêndio e pânico nas edificações.
- Classifica o Tipo de sinalização e indica os modelos.

2 - Amplitude

- Além da classificação e modelo informa através de ilustrações como devem ser colocadas.

ABNT NBR 13434-2 Sinalização contra incêndio e pânico Símbolos e suas formas, dimensões e cores

1 - Objetivo

- Esta norma padroniza as formas, as dimensões e as cores da sinalização contra incêndio e pânico.
- Apresentar também, os símbolos que devem ser utilizados.

2 - Amplitude

- Definem os símbolos, as cores convencionadas, os tamanhos adequados e apresenta farta ilustração de como devem ser colocados.

ABNT NBR 13434-3 Sinalização de segurança contra incêndio e pânico Requisitos e métodos de ensaio

1 - Objetivo

- Esta norma define os requisitos mínimos de desempenho e os métodos de ensaios exigidos para avaliar a sinalização contra incêndio e pânico.

2 - Amplitude

- Determina as características dos materiais para confecção da sinalização, como testá-los através de ensaios e quais os parâmetros para avaliação dos resultados.

Anexo 7

LEI Nº 9.470 DE 27 DE ZEMBRO DE 1996

A lei, de 27 de dezembro de 1996, proibindo a venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios paulistas, já incluía a exigência dos lugares numerados, entretanto, sem fazer referência ao encadeiramento.

Lei nº 9470 de 27Dez96 estabelece:

(Projeto de lei n 616/95, do Deputado Nabi Abi Chedid - PSD)

Dispõem sobre a manutenção de toda a lotação com lugares numerados nos estádios de Futebol, ginásios de esportes e estabelecimentos congêneres

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SÃO PAULO:

Faço saber que a assembléia legislativa decreta e eu promulgo a seguinte Lei:

Artigo 1º “É obrigatória em todas os estádios de futebol, ginásio de esporte e demais estabelecimento congêneres do Estado de São Paulo, a manutenção de toda a lotação com lugares numerados”.

Artigo 2º Nos bilhetes de ingresso dos locais descritos no Art. anterior deverá constar, obrigatoriamente, o numero do lugar a ser ocupado pelo adquirente.

Artigo 3º Os locais referidos no Art. 1º terão o prazo de 120 (cento e vinte) dias para proceder à adaptação do disposto nesta Lei.

Artigo 4º O descumprimento do disposto na presente Lei acarretará ao infrator multa correspondente a 1000 (mil) UFESP, dobrada na reincidência .

Artigo 5º Nos estádios de futebol, e ginásios de esportes mencionados no artigo 1º fica proibido a venda, a distribuição ou utilização de:

I - bebida alcoólica;

II - fogos de artifício de qualquer natureza;

III - hastes ou suporte de bandeiras;

IV - copos e garrafas de vidro e bebidas acondicionadas em latas.

Artigo 6º A proibição aludida no inciso I do artigo anterior estende-se nos dias de jogos, a um raio de 200 metros de distância das entradas dos estádios e ginásios de esporte.

Artigo 7º O Poder Executivo regulamentará esta Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua publicação.

Artigo 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei, correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas, se necessárias.

Artigo 9º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio dos Bandeirantes, 27 de dezembro de 1996.

Ficha Técnica do Relatório Final

Elaboração e Redação

Marco Aurelio Klein

Revisão e Acompanhamento

João Carlos Cirello

Apoio Geral

Deise Meireles Castelo Branco

Fotos

Marco Aurelio Klein

Clube Atlético Paranaense

Logomarca da Comissão

colaboração da **Sight Momentum**

Editoração



FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL



www.bpspromoco.es.com.br

Direção de Arte

Rodolfo Kussarev

Diagramação

Thaís Baggio

Arte-finalização

Livia Vendramini

Agosto/2006



Comissão Nacional de Prevenção da Violência para a Segurança dos Espetáculos Esportivos

Decreto n. 4.960 - Brasília, 19 de janeiro de 2004

"Os brasileiros amantes do esporte querem ir ao estádio em paz, em segurança e com conforto. O Estatuto do Torcedor e o trabalho realizado pela Comissão Paz no Esporte e seus colaboradores -materializado neste Relatório, indicam os caminhos para garantirmos isto".

Orlando Silva Jr.

Ministro de Estado do Esporte

"O Relatório da Comissão Paz no Esporte é instrumento da maior importância no esforço da Federação Paulista de Futebol e dos nossos filiados no intuito de promover a segurança e o conforto para o torcedor".

Marco Polo Del Nero

Presidente da Federação Paulista de Futebol

"Trata-se de trabalho minucioso e de fôlego, que tem como escopo principal o resgate do verdadeiro amante do futebol aos estádios. Esperamos que as medidas propostas sejam implementadas, com efetiva participação entre as entidades envolvidas. O Ministério Público de São Paulo contribuirá para o êxito da empreitada".

Éder do Lago e Paulo Castilho

Ministério Público de São Paulo

"É um trabalho inédito no Brasil, que se harmoniza com os propósitos da Câmara Técnica do Desporto da Fundação Procon e de seus integrantes: a paz nos estádios, como forma de transformar o futebol brasileiro no melhor do mundo também fora de campo"

Marli Aparecida Sampaio

Diretora Executiva da Fundação Procon São Paulo

Ministério do Esporte

Ministério da Justiça

